

PATRÍSTICA

SANTO AGOSTINHO

A mentira
Contra a mentira



SANTO AGOSTINHO

A MENTIRA
CONTRA A MENTIRA



SUMÁRIO

Capa

Folha de rosto

Apresentação

Introdução

A MENTIRA

Dificuldade do tema

Anedotas não são mentiras

A definição de mentira

Qualquer intenção de falsidade é mentira

Opiniões humanas e testemunhos das Escrituras

A mentira é mortífera

A pureza corporal não justifica a mentira

A vida eterna não justifica a mentira

Males piores que não justificam a mentira

Inaceitável a mentira em assuntos religiosos

Mentiras que prejudicam

Mentiras vantajosas, que não prejudicam

Há mentira honesta?

Falso testemunho e mentira

Mente quem oculta um réu

O exemplo de Firmo

Como proceder

Oito tipos de mentiras

A Escritura e sua interpretação

A boca do coração

Não mentir e não querer mentir

A dispersão dos mentirosos

Se alguma vez é lícito mentir

Avaliações erradas dos homens

Consequências do pecado

A santidade exige pureza, castidade, verdade

A pureza do corpo não justifica a mentira

Resumo: nunca mentir

CONTRA A MENTIRA

Circunstâncias da obra

Os priscilianistas

A mentira torna vão o martírio

A mentira do católico é mais grave que a do herege

Um exemplo

Seguir o método dos hereges é distanciar-se da verdade

Uma única mentira arruína a fé de outras pessoas

É pior um católico que nega sua fé que um herege que nega sua heresia

Se o católico mente, torna-se pior que o priscilianista

Renegar a Cristo de mentira é renegá-lo de fato

Objecções e respostas

Contra a mentira usem-se o amor e as armas da verdade

A fé deve ser professada

A verdade deve estar dentro e fora

A necessidade do discernimento

Nunca se admita a mentira, nem a bem intencionada

A mentira, um mal em si, não pode ser boa

Pecados leves e graves

Passagens difíceis das Escrituras

Uma coisa é ocultar a verdade, outra é mentir

Os mistérios ocultos sob as palavras da Sagrada Escritura

A oposição que usa as Escrituras para justificar suas mentiras

O caso de Pedro e Paulo

Não há passagem no Evangelho que permita a mentira

Há exemplos no Antigo Testamento que não devem ser imitados

Não há mentira justa

A mentira em casos extremos

É preciso demonstrar que não é mentira aquilo que parece ser

E a mentira que provoca a morte?

Não se deve ensinar a mentira

A verdade não ensina a mentir

Mentira, blasfêmia, perjúrio

E mentir para a salvação de alguém?

Epílogo

Coleção

Ficha catalográfica

Notas

APRESENTAÇÃO

Surgiu, pelos anos 1940, na Europa, especialmente na França, um movimento de interesse voltado para os antigos escritores cristãos, conhecidos tradicionalmente como “Padres da Igreja”, ou “santos Padres”, e suas obras. Esse movimento, liderado por Henri de Lubac e Jean Daniélou, deu origem à coleção “Sources Chrétiennes”, hoje com centenas de títulos, alguns dos quais com várias edições. Com o Concílio Vaticano II, ativou-se em toda a Igreja o desejo e a necessidade de renovação da liturgia, da exegese, da espiritualidade e da teologia a partir das fontes primitivas. Surgiu a necessidade de “voltar às fontes” do cristianismo.

No Brasil, em termos de publicação das obras desses autores antigos, pouco se fez. A Paulus Editora procura, agora, preencher esse vazio existente em língua portuguesa. Nunca é tarde ou fora de época para rever as fontes da fé cristã, os fundamentos da doutrina da Igreja, especialmente no sentido de buscar nelas a inspiração atuante, transformadora do presente. Não se propõe uma volta ao passado através da leitura e estudo dos textos primitivos como remédio ao saudosismo. Ao contrário, procura-se oferecer aquilo que constitui as “fontes” do cristianismo, para que o leitor as examine, as avalie e colha o essencial, o espírito que as produziu. Cabe ao leitor, portanto, a tarefa do discernimento. A Paulus Editora quer, assim, oferecer ao público de língua portuguesa, leigos, clérigos, religiosos, aos estudiosos do cristianismo primevo, uma série de títulos, não exaustiva, cuidadosamente traduzida e preparada, dessa vasta literatura cristã do período patrístico.

Para não sobrecarregar o texto e retardar a leitura, procurou-se evitar as anotações excessivas, as longas introduções, estabelecendo paralelismos de versões diferentes, com referências aos empréstimos da literatura pagã, filosófica, religiosa, jurídica, às infindas controvérsias sobre determinados textos e sua au-

tenticidade. Procurou-se fazer com que o resultado desta pesquisa original se traduzisse numa edição despojada, porém séria.

Cada obra tem uma introdução breve, com os dados biográficos essenciais do autor e um comentário sucinto dos aspectos literários e do conteúdo da obra, suficientes para uma boa compreensão do texto. O que interessa é colocar o leitor diretamente em contato com o texto. O leitor deverá ter em mente as enormes diferenças de gêneros literários, de estilos em que estas obras foram redigidas: cartas, sermões, comentários bíblicos, paráfrases, exortações, disputas com os heréticos, tratados teológicos vazados em esquemas e categorias filosóficas de tendências diversas, hinos litúrgicos. Tudo isso inclui, necessariamente, uma disparidade de tratamento e de esforço de compreensão a um mesmo tema. As constantes, e por vezes longas, citações bíblicas ou simples transcrições de textos escriturísticos devem-se ao fato de que os Padres escreviam suas reflexões sempre com a Bíblia numa das mãos.

Julgamos necessário um esclarecimento a respeito dos termos patrologia, patrística e Padres ou Pais da Igreja. O termo patrologia designa, propriamente, o estudo sobre a vida, as obras e a doutrina dos Pais da Igreja. Ela se interessa mais pela história antiga, incluindo também obras de escritores leigos. Por patrística se entende o estudo da doutrina, das origens dela, suas dependências e empréstimos do meio cultural, filosófico, e da evolução do pensamento teológico dos Pais da Igreja. Foi no século XVII que se criou a expressão “teologia patrística” para indicar a doutrina dos Padres da Igreja, distinguindo-a da “teologia bíblica”, da “teologia escolástica”, da “teologia simbólica” e da “teologia especulativa”. Finalmente, “Padre ou Pai da Igreja” se refere a escritor leigo, sacerdote ou bispo, da Antiguidade cristã, considerado pela tradição posterior como testemunha particularmente autorizada da fé. Na tentativa de eliminar as ambiguidades em torno desta expressão, os estudiosos convencionaram em receber como “Pai da Igreja” quem tivesse estas qualificações: ortodoxia de doutrina, santidade de vida, aprovação eclesiástica e Antiguidade. Mas os próprios conceitos de ortodoxia, santidade e Antiguidade são ambíguos. Não se espera

encontrar neles doutrinas acabadas, buriladas, irrefutáveis. Tudo estava ainda em ebulição, fermentando. O conceito de ortodoxia é, portanto, bastante largo. O mesmo vale para o conceito de santidade. Para o conceito de Antiguidade, podemos admitir, sem prejuízo para a compreensão, a opinião de muitos especialistas que estabelece, para o Ocidente, Igreja latina, o período que, a partir da geração apostólica, se estende até Isidoro de Sevilha (560-636). Para o Oriente, Igreja grega, a Antiguidade se estende um pouco mais, até a morte de São João Damasceno (675-749).

Os “Pais da Igreja” são, portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, construindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes e os dogmas cristãos, decidindo, assim, os rumos da Igreja. Seus textos se tornaram fontes de discussões, de inspirações, de referências obrigatórias ao longo de toda a tradição posterior. O valor dessas obras que agora a Paulus Editora oferece ao público pode ser avaliado neste texto:

Além de sua importância no ambiente eclesiástico, os Padres da Igreja ocupam lugar proeminente na literatura e, particularmente, na literatura greco-romana. São eles os últimos representantes da Antiguidade, cuja arte literária, não raras vezes, brilha nitidamente em suas obras, tendo influenciado todas as literaturas posteriores. Formados pelos melhores mestres da Antiguidade clássica, põem suas palavras e seus escritos a serviço do pensamento cristão. Se excetuarmos algumas obras retóricas de caráter apologético, oratório ou apuradamente epistolar, os Padres, por certo, não queriam ser, em primeira linha, literatos, e sim arautos da doutrina e moral cristãs. A arte adquirida, não obstante, vem a ser para eles meio para alcançar esse fim. [...] Há de se lhes aproximar o leitor com o coração aberto, cheio de boa vontade e bem-disposto à verdade cristã. As obras dos Padres se lhe reverterão, assim, em fonte de luz, alegria e edificação espiritual (B. Altaner e A. Stuiber. Patrologia, São Paulo: Paulus, 1988, p. 21-22).

A Editora

INTRODUÇÃO

Marcos Roberto Nunes Costa

Como nos diz o próprio Agostinho, no início de seu opúsculo *De mendacio (A mentira)*, “mentir é um grande problema que muitas vezes nos inquieta em nosso dia a dia. Sucede por vezes acusarmos, de forma imprudente, como mentira o que não é mentira, e pensarmos, às vezes, que se possa mentir de forma honesta, informal ou por misericórdia”.^[1] Ou seja, Agostinho já estava atento a uma realidade humana que bem descreve, na atualidade, a escritora Maria Helena de Oliveira:

Ninguém gosta de admitir esta dura verdade: todos mentem. Seja para agradar a alguém, escapulir de uma encrenca, ser o herói de alguma aventura nunca vivida, levar vantagem na vida. Com suas pernas curtas, a mentira caminha no passo do homem desde que o mundo é mundo e não dá o menor sinal de perder o fôlego; muito pelo contrário, todos temos um pouco ou muito de Pinocchio. Há milhares de anos, como se estivesse conformado com o fato de que viver sem pregar uma mentirinha é tão impossível como viver sem respirar, o filósofo chinês Confúcio (551-479 a.C.) recomendava que se apelasse para esse antiquíssimo recurso quando a verdade prejudicasse uma família ou a nação.^[2]

Além de um problema humano, aparentemente corriqueiro, “o problema da mentira está – também – intimamente coligado com aquele da verdade, que constitui um dos temas prediletos da teoria especulativa”.^[3] Em síntese, o tema da mentira envolve dois grandes problemas filosóficos: saber se a mentira faz parte da natureza humana ou da essência do ser humano e se esta entra em contradição com a verdade, motivos pelos quais o tema foi trabalhado por diversos pensadores desde a Antiguidade, tanto entre os pagãos^[4] como entre os cristãos;^[5] mas, “entretanto – como observa Boniface Ramsey –, Agostinho é o primeiro Padre da Igreja a ter abordado esse tema, consagrando-lhe um tratado intitulado *mend.*, em 395”.^[6] Ou melhor, dois, pois vinte e cinco anos mais tarde, em 420, não estando satisfeito com o que ali havia

escrito, ou tendo deixado alguns pontos confusos ou obscuros na primeira obra, escreveu um segundo opúsculo, intitulado *Contra mendacium*^[7] (*Contra a mentira*).^[8]

Quanto aos motivos imediatos que levaram Agostinho a escrever o primeiro opúsculo – *mend.* –, não há nenhuma referência explícita na própria obra. Mas, pelos temas nele desenvolvidos, dá para se deduzir que a questão da mentira era algo que estava incomodando a sociedade e, principalmente, a Igreja na época de Agostinho, o que levou Maria Bettetini, na introdução a sua tradução do *mend.*, a concluir que “o *De mendacio* foi portanto escrito por Agostinho por motivos pastorais (frente à frequência com que mentiam seus fiéis), apologéticos (responde aos maniqueus que negavam a autoridade do Antigo Testamento com base nas mentiras dos patriarcas), exegéticos (responder a Jerônimo, que acusava Paulo de não ter manifestado com sinceridade seu pensamento na controvérsia acerca dos cristãos judaizantes)”.^[9]

Já quanto ao segundo opúsculo – *Contra mendacium* (doravante *c. mend.*) –, nas *Retratações*, Agostinho diz que, não estando satisfeito com as análises feitas no *De mendacio*, classificado por ele como um texto “obscuro, espinhoso, cheio de dificuldades” (*retr.* 1,17), foi levado a escrever um segundo opúsculo com o intuito de corrigir e esclarecer melhor o que havia escrito no opúsculo anterior.^[10] Aliás, exatamente por isso, nas *Retratações*, Agostinho declara que havia ordenado que o *mend.* fosse destruído,^[11] mas graças aos seus copistas, que não lhe obedeceram, a obra foi preservada e chegou até nós.

Em *c. mend.* 1, há clara indicação de que a obra foi escrita como resposta ou comentário às “muitas coisas” (questões) que lhes foram enviadas pelo católico Consêncio,^[12] preocupado em combater algumas seitas heréticas, principalmente o priscilianismo^[13] (amplamente mencionado na obra), as quais pregavam falsas doutrinas, a que chama de “mentira religiosa”, que é classificada por Agostinho nos dois opúsculos como o pior de todos os tipos de mentiras, e que deve ser evitada a qualquer custo,

visto ser considerada por Agostinho como um pecado mortal ou capital.

Em síntese, Agostinho foi levado a escrever as duas supracitadas obras para combater principalmente a má interpretação dada *por alguns católicos que consideravam certos tipos de mentiras como úteis e moralmente aceitáveis*, como um “mal necessário” ou um “mal menor” para se evitar um “mal maior”, antecipando-se àquilo que na Modernidade ficaria conhecido por “tese da exceção à mentira”. Pois, por exemplo, esse foi exatamente o motivo que levou o pensador Immanuel Kant a escrever, mais tarde, na Modernidade, o ensaio *Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade*, em resposta ao artigo *Das reações políticas* (1796), de Benjamin Constant, em que critica *a incondicionalidade do dever de dizer a verdade*, supostamente defendida por Kant em suas obras anteriores ao supracitado ensaio. Dizemos supostamente, pois, no referido artigo, Benjamin Constant não menciona expressamente o nome de Kant, fala apenas de certo “filósofo alemão”, mas que Kant tomou para si, assumindo que havia defendido essa tese em locais diversos de algumas de suas obras.^[14] Não só Benjamin Constant, mas também Arthur Schopenhauer, Max Stirner^[15] e Jean Paul Sartre, dentre outros, na Modernidade e Contemporaneidade, cada um a sua maneira, irão relativizar o dever de dizer a verdade, quando, para todos eles, o indivíduo tem o direito de mentir em determinadas circunstâncias, e/ou o dever de dizer a verdade quando tiver direito a ela.^[16]

1. Definição/natureza da mentira, segundo Santo Agostinho

Se examinarmos a estrutura argumentativa da primeira das supracitadas obras – o *mend.* –, perceberemos que, após uma rápida introdução, em que apresenta a importância do tema, dadas as dificuldades em definir o que venha a ser a mentira, Agostinho escolhe como instrumento metodológico de suas análises seguir uma “via negativa”. Uma herança ou reflexo de sua rápida passagem pelo ceticismo acadêmico. Para tal, a partir de *mend.* 2, começa a examinar a questão da mentira por aquilo que não é ela,^[17] com uma análise/negação sucessiva de supostos tipos de

mentiras, que inicia com os tipos mais simples, que vão sendo negados/substituídos ao longo do texto por tipos mais complexos, aperfeiçoando suas argumentações rumo a uma possível definição do que venha a ser a natureza da mentira, formando o método que Lisiane Blans chamou de “aperfeiçoamento sucessivo de casos”. Ou seja,

Agostinho vai além das definições usuais da sua época; à medida que adquire algumas definições sobre certos termos através da listagem de casos (método por enumeração de casos), ele irá acrescentar novas variáveis, outros elementos de forma sucessiva (método por aperfeiçoamento sucessivo) para elucidar a problemática da mentira, em grau crescente de dificuldade [...]. Por meio desse método será investigado o conjunto “do que é”, retirando ou adicionando variáveis em um processo de melhoria gradual, para que dentre esses elementos se possa chegar a uma delimitação precisa do que é a mentira. [18]

E dentre os casos de supostas mentiras começa pelas anedotas, que dentre as tipologias de mentiras por ele examinadas são as únicas que “nunca podem ser consideradas mentiras, porque possuem uma clara significação pela maneira de falar e atitude de quem brinca, *em não querer enganar*, ainda que não diga coisas verdadeiras”, [19] o que já deixa entrever que a definição do que venha a ser a mentira, que virá mais adiante, terá como ponto central a questão do querer ou a intenção deliberada do querer enganar. De forma que, embora continue com seu método de “aperfeiçoamento sucessivo de casos”, já em *mend.* 3, Agostinho chega – ou antecipa – à conclusão de que “mente aquele que tem uma coisa em mente e expressa outra diferente com palavras ou outros sinais”. [20] Essa é a definição clássica que assume no início da obra e preservará até o fim, inclusive na segunda obra, *c. mend. (Contra a mentira)*, [21] e não só nestas, mas em toda sua produção literária até o final de sua vida, em que estão claros dois elementos na análise/definição do que venha a ser mentir: a) primeiro, a vontade ou intenção deliberada, ou melhor, a má intenção, pois, para Agostinho, no ato de mentir está a consciência de que se está mentindo deliberadamente, e que pressupõe b) a certeza de que o

que se diz é mentira, ou pelo menos a crença de que sabe o que venha a ser a verdade, de forma que, como diz nas *Confissões*, “ninguém diz uma mentira sem que ele próprio não saiba o que é verdade” (*conf.* 10,66).^[22] Com isso Agostinho faz uma importante distinção entre mentir e se enganar ou errar, pois “quem expressa o que crê ou opina interiormente, ainda que seja um erro, não mente. Crê que é tal como enuncia e, levado por essa crença, expressa o que sente [...]. Logo, pode-se dizer um erro sem mentir se quem o enuncia pensa que é como disse, e pode-se dizer uma verdade mentindo se quem a expressa pensa que diz uma falsidade e quer fazer passar por verdade, ainda que efetivamente não seja”.^[23]

Segundo Z. Loparic, parafraseando a obra kantiana *Sobre o fracasso de todas as tentativas filosóficas na teodiceia* (1791), Agostinho, igualmente a Kant, depois de condenar a falsidade como o principal crime da natureza humana, defende que “mente aquele que aceita como verdadeiro aquilo que não é objeto da sua consciência intelectual. Também mente quem diz aos outros que acredita em algo assim. Tal espécie de mentira é a mais criminosa de todas, visto que ‘solapa o fundamento de todo e qualquer propósito virtuoso, a sinceridade’”.^[24]

Mais do que isso, nos *Princípios metafísicos da doutrina da virtude* (1797), Kant, depois de falar da veracidade como sinônimo de honestidade, probidade, sinceridade etc., diz que a mentira, que é contrária a essas palavras, chega a denegrir a personalidade de quem a pratica, pois um homem que “não crê ele próprio no que diz ao outro tem menos valor do que se fosse uma mera coisa”, visto que,

da propriedade da coisa de ser útil, um ser humano pode fazer um uso, pois a coisa é algo efetivo e dado. Mas a comunicação dos próprios pensamentos a alguém mediante palavras que, entretanto, contêm (propositadamente) o contrário daquilo que pensa o falante constitui um fim diretamente oposto à natural conformidade a fins da faculdade do falante de comunicar seus pensamentos e constitui, assim, uma renúncia por parte dele à sua personalidade, e um tal falante é uma mera aparência enganosa de um ser humano, não um ser humano ele próprio.^[25]

Voltando a Agostinho, este, ao dar continuidade às análises das várias facetas que assume a mentira, chegando a um total de oito tipos de mentira por ele examinados – que Gabriele Greggersen chama de “tipologias de mentiras”–, [26] deixa entrever que a mentira vai além dos atos de fala e sinais, o que leva a comentadora Lisiane Blans a afirmar que, em Agostinho, “ela – a mentira – possui várias faces e algumas delas não se esgotam no domínio do engano, ela abrange também a simulação, a dissimulação, a omissão e o silêncio”. [27] Ou seja, a mentira “é mais do que uma afirmação que não corresponde à realidade. Ela é a expressão da ação ou expressão do agente, pelos atos de fala ou pelos atos de cala, mediante gestos e sinais”. [28] Com isso, Agostinho eleva a questão da mentira para além do problema da linguagem ou da verdade, acrescentando a isso uma conotação moral, [29] centrada na intenção do que fala ou cala; e isto é o que importa, o critério a partir do qual todos os atos de fala e de cala são julgados, conforme vemos no opúsculo *mend.*: “ninguém poderá duvidar que mente aquele que, com ânimo deliberado, diz algo falso com intenção de enganar”. [30] Daí dizer Jacques Derrida:

O que conta aqui, em primeiro e último lugar, é a intenção. Santo Agostinho assinalava também: “não há mentira, apesar do que se diz, sem intenção, desejo ou vontade de enganar” (*fallendi cupiditas, voluntas fallendi*) (2). Tal intenção, que define a veracidade ou a mentira na ordem do *dizer*, do ato de dizer, permanece independente da verdade ou da falsidade do conteúdo, daquilo que é *dito*. A mentira depende do dizer e do querer-dizer, não do dito: “... não se mente ao enunciar uma asserção falsa que cremos verdadeira [...]. Pois é pela intenção (*ex animi sui*) que se deve julgar a modalidade dos atos (3)”. [31]

Ou seja, embora toda rejeição à mentira seja, no fundo, uma defesa da verdade, o problema, ou o que está em questão, não é a verdade em si, mas a intenção de quem fala (ou cala), que pode ser má até quando fala a verdade, como acentua o mesmo comentador em seu escrito *História da mentira*:

Mentir não é enganar-se nem cometer erro; não se mente dizendo apenas o falso, pelo menos se é de boa fé que se crê na verdade daquilo que se

pensa ou daquilo acerca do que se opina no momento. É o que lembra Santo Agostinho na abertura de seu *De mendacio* (I) no qual, aliás, propõe uma distinção entre crença e opinião que poderia ser para nós, ainda hoje, de forma nova, de grande alcance. *Mentir é querer enganar o outro, às vezes até dizendo a verdade*. Pode-se dizer o falso sem mentir, mas pode-se dizer o verdadeiro no intuito de enganar, ou seja, mentindo. Mas não mente quem acredita naquilo que diz, mesmo que isto seja falso.^[32]

Com isso, apesar de ser considerado um neoplatônico, nesse ponto Agostinho se afastava em muito de Platão,^[33] que em *Teeteto* 187c-201d reduz a mentira a um problema de linguagem, de falseamento da verdade, ou seja, um falso juízo da realidade, considerando a mentira como um problema de ignorância ou engano por parte de quem mente.

Muito embora o próprio Platão, no *Hípias Menor*, uma obra da juventude, havia admitido que o mentiroso não é um ignorante, pelo contrário, quem mente tem de ter a sabedoria ou capacidade para tal, tem de saber pelo menos mentir; ou uma mentira para ser bem feita tem de ser racionalmente bem construída, conforme consta num trecho do diálogo entre Sócrates e Hípias:

Sócrates: Você está dizendo que os mentirosos são, por exemplo, *incapazes* de fazer algo (como os doentes) ou *capazes* de fazer algo?

Hípias: Capazes – digo eu –, e como! Entre muitas outras coisas, de enganar os homens!^[34]

Nesse segundo sentido, o pensamento de Platão estaria em sintonia com o de Agostinho, o qual, no opúsculo *mend.*, diz que “o mentiroso sabe ou opina saber que aquilo que pensa é verdade, mas expressa algo diferente do que tem em mente. E, por conhecer a verdade interiormente e expressar algo diverso do que se tem em mente, o falante terá mentido” (*mend.* 3), colocando o acento no querer ou na intenção deliberada da vontade. Daí, contrariamente ao Platão do *Teeteto*, que coloca a ignorância como causa do mentir, no Platão do *Hípias Menor*, e com ele Agostinho, segundo Lisiane Blans,

a condição necessária para um bom mentiroso seria a instrução; o instruído teria maiores chances de sucesso em ser mendaz, por

demonstrar conhecimento de causa. Assim, o mentir voluntário é realizado por quem é mais hábil, enquanto o mentir involuntário é realizado por desconhecimento ou ignorância. O sábio age voluntariamente (por vontade), sendo superior ao ignorante que age involuntariamente (sem saber ou sem querer). O conhecimento adquirido pelo sábio lhe possibilita maior capacidade de mentir ou de dizer a verdade conforme a sua vontade. Nisso o ignorante estaria restrito, pois as suas ações decorrem da ignorância, e não da sua vontade; então se ele mente ou diz a verdade não é por vontade, mas por falta de instrução.^[35]

Bem mais próximo de Agostinho estaria Kant, o qual, conforme palavras de José Leonardo González Valderrama, ao classificar Agostinho como um *universalista*, diz: “Uma posição comum sobre estas interrogações é a posição que chamarei *universalista*, que sustenta que toda mentira é imoral. Entre os defensores dessa postura, encontramos, por exemplo, Santo Agostinho e Kant”.^[36] Ou seja, no tocante à mentira, *universalistas* são todos aqueles que condenam a mentira como algo imoral a partir de princípios universais transcendentais não humanos (necessários, imutáveis, eternos etc.), contra aqueles que dão à mentira um caráter relativo, sujeito às condições ou circunstâncias humanas (contingentes), conforme palavras do mesmo comentador:

Os *universalistas* acreditam que o que determina o valor moral de uma mentira está numa instância *transcendental não humana*; e, nesse sentido, a condição transcendental desses casos torna-se o critério de avaliação moral. Por exemplo, Agostinho recorre a Deus como instância transcendental não humana, que serve como uma garantia universal da verdade, de modo que esta adquire um valor divino e universal; a consequência disso é que a mentira – ou seja, o que prejudica a verdade – é considerado um ato contra Deus, ou seja, a mentira é um pecado. O outro caso é o de Kant, que apela para a razão como instância transcendental, que também é o critério moral para a excelência; na sequência de uma moral racional como a de Kant, obtemos – como veremos a seguir – que toda mentira é imoral. Tanto o Deus de Agostinho como a Razão de Kant são instâncias não humanas – transcendentais – que têm uma realidade superior à realidade *contingente* dos homens; e por esta condição especial – afastada das contingências – essas instâncias têm o direito de julgar moralmente, de modo *necessário e universal*, a

mentira. Para Kant e Agostinho, não há espaço para exceções: respectivamente, toda mentira é imoral e toda mentira é um pecado.^[37]

2. Sobre o “suposto direito de mentir”, antes de Santo Agostinho

No tocante ao “suposto direito de mentir” ou à “tese da exceção à mentira”, temos uma primeira defesa dessa teoria na *República*, em que Platão, embora proclame a verdade como um bem em si e proponha um “modelo ideal de sociedade justa”, fundada na virtude dos seus cidadãos e em especial de seus governantes, chega a defender certo “direito de mentir”, ou pelo menos de “ocultamento da verdade” (a chamada mentira política), em casos especiais.^[38] Para tal, depois de censurar os “sofistas”, por seu descompromisso para com a verdade, no livro 2 da supracitada obra, Platão questiona se a mentira é necessariamente algo odioso, ou se pode vir a ser algo útil:

E quanto à mentira por palavras? Quando e a quem é útil, a ponto de não merecer desprezo? Não será em relação aos inimigos e aos chamados amigos, quando, devido a um delírio ou qualquer loucura, intentam praticar má ação, que ela se torna útil como um remédio, a fim de desviar? E, na composição de fábulas que ainda há pouco referíamos, por não sabermos onde está a verdade relativamente ao passado, ao acomodar o mais possível a mentira à verdade, não estamos a tornar útil a mentira?^[39]

Mais adiante, no livro 3, Platão é mais categórico ao admitir a mentira como um “remédio social”: “Mas é que, realmente, deve ter-se em alto apreço a verdade. De fato, dissemos bem há pouco, se na realidade, a mentira é inútil aos deuses, mas útil aos homens sob a forma de remédio, é evidente que tal remédio se deve dar aos médicos, mas os particulares não devem tocar-lhe”.^[40] Ou seja, o ato de mentir é admissível como “remédio social”, mas deverá ser aplicado unicamente pelo governante, o “rei-filósofo” (na alegoria acima “os médicos”) que, segundo Giovanni Casertano, “possuindo a ciência política, é o único que atingiu a ciência do bem e, por conseguinte, ‘saber usar’ bem a mentira”,^[41] e que só se justifica em situações em que estiverem em jogo os interesses ou a sobrevivência da *Polis*. É a chamada “mentira nobre”: “Portanto, se

a alguém compete mentir, é aos chefes da *Polis*, por causa dos inimigos ou dos cidadãos, para benefício da *Polis*; todas as restantes pessoas não devem provar deste recurso”.^[42]

Em síntese, segundo Giovanni Casertano, para Platão,

é necessário que se diga a verdade nas virtudes/habilidades técnicas, para o bem social; nas políticas não, pelo mesmo bem social. Por outras palavras, deve-se fingir sempre que é justo, para salvar uma “verdade” necessária, a justiça: não dizer a verdade nas técnicas danifica a sociedade; dizê-la sempre na política danifica ainda mais a sociedade, isto é, a própria convivência humana. Podemos concluir disto que ela pode então requerer mentiras: que é a “verdade” platônica sobre a necessidade social do falso, tal como aparece na *República*.^[43]

Nesse sentido, embora seja considerado um neoplatônico, Agostinho está mais próximo de Aristóteles, que em sua obra *Ética a Nicômaco* (livro 4 – 1127a, 15-30 e 1127b, 5-30) condena veementemente a mentira, classificada por ele como algo “em si mesma vil e culpável”, ao contrário da verdade, que é “nobre e digna de louvor”, daí fazer apologia ao homem virtuoso, que é aquele que é verdadeiro no que diz e no que faz:

Não estamos falando daquele que cumpre a sua palavra nas coisas que dizem respeito à justiça ou à injustiça (pois isso pertence a outra virtude), mas do homem que, em assuntos onde nada disso está em jogo, é veraz tanto em palavras como na vida que leva, porque tal é o seu caráter. Sem embargo, uma pessoa dessa espécie será naturalmente equitativa, porquanto o homem que é veraz e ama a verdade quando não há nada em jogo deve sê-lo ainda mais quando vai nisso uma questão de justiça. Evitará a falsidade em tais casos como algo de ignóbil, visto que a evitava por si mesma; e tal homem é digno de louvor.^[44]

Bem como, a exemplo de Agostinho, Aristóteles trata a mentira como uma disposição de caráter, como algo culpável, centrada na intenção ou vontade daquele que mente: “Com efeito, não é a capacidade que faz o jactancioso, mas o propósito, pois é em virtude dessa disposição de caráter e por ser um homem de determinada espécie que ele é jactancioso”.^[45]

3. Sobre o “suposto direito de mentir”: Santo Agostinho e seus sucessores

Preocupado em refutar àqueles que “pensavam que às vezes se possa mentir de forma honesta, informal ou por misericórdia”,^[46] a partir do capítulo XIV dessa obra, Agostinho passa a examinar determinados tipos ou espécies de mentiras em particular, caso a caso, o que anteriormente fora chamado de “tipologias de mentiras”,^[47] totalizando um número de oito tipos de mentiras. E, embora defenda o princípio geral de que “nunca se deve mentir” ou que “toda mentira é condenável”, entretanto, admite que, pelo grau de consequências, gravidade ou danos que elas causam – seja para com aquele que mente ou outrem a quem ela prejudique, principalmente em relação à salvação eterna –, haja uma hierarquização entre os tipos de mentiras. Assim, em ordem decrescente de gravidade, partindo do pior de todos os tipos, a “mentira religiosa” – que é uma mentira, mesmo que seja em nome de uma causa nobre, isto é, mesmo que para converter e/ou trazer de volta o herege para o seio da Igreja – faz a seguinte classificação:

- 1 – mentiras em matéria de doutrina religiosa;
- 2 – mentiras que prejudicam alguém e não favorecem ninguém;
- 3 – mentiras que favorecem alguém, mas que prejudicam outrem;
- 4 – mentiras que se dizem pelo simples prazer de mentir;
- 5 – mentiras que se dizem para agradar os outros com palavras bonitas;
- 6 – mentiras que se dizem para proteger os bens materiais;
- 7 – mentiras que se dizem para salvaguardar a vida;
- 8 – mentiras que se dizem para conservar a pureza corporal de alguém.^[48]

Já no opúsculo *c. mend. (Contra a mentira)*, há uma revisitação de todos esses tipos de mentiras, que são encaixados e analisados a partir da ordem já trabalhada na primeira obra, ou quando usados para justificar a “mentira em assuntos religiosos”, que reaparece como a pior de todas as mentiras. Ou, dito de outra forma, o *c. mend.* é uma análise mais detalhada ou aprofundada da mentira religiosa, a partir da qual são inseridos na discussão os demais tipos de mentiras analisadas na obra anterior – *mend.* É uma obra direcionada, como já anunciamos anteriormente, aos católicos

heréticos, principalmente os priscilianistas, os quais intentavam encontrar exemplos de mentiras nas Sagradas Escrituras (dos oito tipos examinados na primeira obra),^[49] a fim de fundamentar, como lícitas, suas mentiras, uma vez praticadas com o intuito de levar os homens à salvação.

Contra aquilo que dizem ser mentira na Bíblia, Agostinho rebate dizendo que: ou elas não são mentiras, devendo ser interpretadas alegoricamente, ou, se são, não devem ser tomadas como exemplos, mantendo o princípio geral de que todas as mentiras são condenáveis, e que nunca se deve mentir (ou imitar a mentira) sob qualquer pretexto.

Ou seja, fazendo uma análise a partir dos efeitos que a mentira tem sobre a pessoa que mente e sobre as outras pessoas que são enganadas, e não pelo conteúdo da fala dita mentirosa, Agostinho admite uma hierarquia entre os tipos de mentiras, na qual umas são menos graves do que outras, pelo menor grau de dano que causam, mas mantém o princípio geral de que todas são condenáveis, uma vez que a mentira em si é um mal, e o que devemos ensinar a todos é “não mentir” ou “jamais mentir”.^[50]

Agostinho se distancia assim dos defensores da “tese da exceção à mentira” da Antiguidade, especialmente Platão, e antecipa o que viria a defender, mais tarde, na Modernidade, o filósofo Immanuel Kant em suas principais obras – especialmente na *Fundamentação da metafísica dos costumes* –, o qual, na contramão de muitos outros pensadores de seu tempo – que deram ao problema da mentira um tratamento jurídico, político, linguístico ou ideológico – e preocupado com a defesa ontológica da verdade, manteve o princípio universal de que mentir é sempre algo condenável, dando, igualmente a Agostinho, um caráter moral ao problema da mentira,^[51] conforme vemos na referida obra: “Toda a gente tem de confessar que uma lei que tenha de valer moralmente, isto é, como fundamento duma obrigação, tem de ter em si uma necessidade absoluta; que o mandamento: ‘não deves mentir’ não é válido somente para os homens, e que outros seres racionais não teriam

de se importar com ele, e assim todas as demais leis propriamente morais”.^[52]

Muito embora, o próprio Kant, nas *Lições de Ética*,^[53] uma obra póstuma a ele atribuída, em nome de um dos princípios fundamentais de sua filosofia – a liberdade inata do ser humano –, entrando em contradição com as obras anteriores, chega a admitir, em pelo menos um caso, a legitimidade ou o direito de mentir: em casos de tortura ou coação, desde que esta não venha a prejudicar ninguém. Assim ele diz na referida obra: “[...] portanto, o único caso em que está justificado mentir por necessidade se produz quando me vejo coagido a declarar e estou assim mesmo convencido de que meu interlocutor quer fazer um uso indevido de minha declaração”.^[54]

Pois “ali onde não há ações livres em absoluto, onde não se dá personalidade alguma, não cabe nenhuma obrigatoriedade [...]. Para que haja obrigação se pressupõe, portanto, o uso da liberdade”.^[55]

Daí Maria José Vidal considerar que nas “*Lições de Ética* se expressa essa concessão e se apresenta de fato uma posição menos extrema e rigorosa do que a que é desenvolvida no SDM”.^[56] Nessas *Lições*, Kant parece admitir a prudência e a mentira como instrumentos de defesa perante um agressor que nos forçasse a uma declaração, numa situação em que estaríamos cientes de seu uso indevido”.^[57]

Temos, assim, um caso de defesa da “tese da exceção à mentira” em Kant, que o leva a se distanciar de Santo Agostinho, que, apesar de reconhecer que há mentiras mais graves e menos graves, a depender do nível de prejuízo que causam a quem mente e/ou aos outros, jamais admitiu a mentira como algo útil e necessário, mantendo o princípio de que mentir é sempre algo condenável do ponto de vista moral e cortando pela raiz toda e qualquer “tese da exceção à mentira”, ainda que para evitar males maiores, visto que,

se pensarmos que se possam cometer roubos para evitar outros roubos, incestos para evitar outros incestos, sacrilégios para evitar outros sacrilégios; nossos pecados para evitar os alheios; os menores para evitar outros maiores, e, ainda quando se tratasse dos piores e mais atroz,

julgaríamos que poderíamos cometê-los, se fossem menores em número, com o fim de evitar uma quantidade maior que haveriam de cometer os outros. [58]

Em síntese, a título de conclusão, encerramos com as palavras de Silvia Maria Contaldo, segundo a qual, ao tratar da mentira, “Agostinho propõe uma ética de princípios imperativos de modo a expurgar, muito mais do que proibir, pequenas concessões ou exceções que, gradativamente, contaminam as relações humanas, sejam elas na esfera particular ou na esfera pública e desfazem todo e qualquer preceito moral que garantiria a todos uma vida (mais) verdadeira”. [59]

A MENTIRA

Dificuldade do tema

1 A grande questão que nos inquieta [quando pensamos] sobre a mentira é que muitas vezes ela já se encontra como que fazendo parte das nossas ações e do nosso cotidiano. Temerariamente, consideramos como mentira o que não é mentira, ou, por vezes, julgamos ser permitido mentir de forma honesta e justa, quando o fazemos por um ato de bondade.^[1] Desse problema, trataremos com bastante atenção, buscando juntamente com aqueles que, assim como nós, buscam a verdade, e, se porventura encontrarmos algo, nada afirmamos precipitadamente, a abordagem mesma o indicará suficientemente ao leitor atento.

De fato, o tema é demasiadamente obscuro, assemelha-se a curvas sinuosas que frequentemente fogem à atenção de quem procura. Desse modo, escapa-nos às mãos da mesma forma que fora descoberto, e torna a reaparecer para depois ocultar-se novamente. Todavia, ao final, uma investigação mais segura confirmará nossa opinião. Se nela houver algum erro, como a verdade livra de todo erro e a falsidade envolve em todo erro, considero que nunca se erra com mais segurança que quando se erra com muito amor à verdade e muito desprezo à falsidade.^[2] Aos que [nos] repreendem com severidade dizendo ser isso excessivo, a mesma verdade talvez diga: “isso ainda não é suficiente”.

De qualquer modo, ó leitor, nada repreendas antes de concluíres a leitura; assim terás menos a repreender. Também não busques neste texto a eloquência, pois tenho trabalhado em um grande volume de assuntos, e, na pressa de concluir rapidamente um tema tão necessário à vida cotidiana como este, o cuidado com as palavras foi muito pouco, quando não completamente negligenciado.

Anedotas não são mentiras

2 Excetuando, portanto, as anedotas,^[3] que nunca foram tomadas por mentiras, uma vez que elas têm um sentido bastante claro, devido à própria tonalidade em que são pronunciadas e o seu espírito jocoso, que em nada tem a intenção de enganar,^[4] ainda que não diga coisas verdadeiras.

Outra questão, que não pretendemos examinar por aqui, é se uma alma perfeita pode fazer uso de tal modo de expressão. Portanto, excluindo as anedotas, primeiramente, não devemos considerar mentiroso quem não está mentindo.

A definição de mentira

3 Por isso, vejamos o que seja a mentira. Com efeito, nem todo aquele que diz algo falso mente, se acredita ou supõe ser verdadeiro aquilo que diz. Mas, entre acreditar e supor há uma diferença: àquele que acredita, ocorre às vezes de não conhecer o que acredita, ainda que não duvide em absoluto daquilo em que crê firmemente, enquanto aquele que supõe acha que sabe o que realmente ignora. Quem expressa o que crê interiormente, ou guarda em seu pensamento aquilo que supõe, ainda que isso seja falso, não mente. Pois acredita [ser verdade] o que declara a sua fé, e, impulsionado por essa crença, a expressa conforme o que ele sente. No entanto, não ficará sem culpa, ainda que não minta, se acredita no que não deve acreditar, ou imagina que sabe o que na realidade ignora, mesmo que seja a verdade, uma vez que acredita conhecer aquilo que desconhece. Assim, mente aquele que tem uma coisa em seu espírito e enuncia outra diferente com palavras ou outros sinais.^[5]

Por isso, podemos dizer que o mentiroso tem um coração duplo, isto é, um pensamento ramificado: um que, conhecendo ou sentindo [em seu espírito] qual é a verdade de fato, não se pronuncia, e outro que, mesmo conhecendo ou sentindo [que não é verdade], ainda assim, profere o que é falso.^[6] Daí se segue que se pode dizer algo falso sem mentir, se se acredita realmente ser [algo] conforme o que foi dito, ainda que não seja. E se pode mentir dizendo a verdade [quando se tem a intenção de mentir], mas se se acredita que algo é falso quando na realidade é verdadeiro. Porque é a partir da intenção da alma, e não pela verdade ou falsidade das próprias coisas, que algo deve ser considerado como verdade ou mentira.^[7] Portanto, podemos dizer de quem declara algo falso como verdadeiro, mas que acredita ser verdadeiro [o que disse], que está em erro ou que se precipitou, mas não pode ser chamado de mentiroso, porque não possui um coração duplo quando declara alguma coisa, ou seja, ele não tem a intenção de enganar, apenas está errado [quanto ao que pensa].

A culpa do mentiroso está em seu desejo intencional de enganar; [e isso, de fato,] quando engana, se acreditamos nele quando diz uma coisa falsa; ou quando não engana, seja por não acreditarmos nele, seja por ele, com vontade de enganar, dizer uma verdade que não considera tal; neste caso, ele não engana se se acredita nele, embora ele desejasse enganar, exceto na medida em que nos faz pensar que ele sabe o que diz e nisso crê.

Qualquer intenção de falsidade é mentira

4 Contudo, pode surgir uma pergunta sutil: sem a intenção de enganar, a mentira desaparece por completo? Que diremos de alguém que mente sobre algo, sabendo que é uma falsidade, mas o faz porque julga não ser digno de crédito, e por isso quer livrar-se da pessoa com quem fala, pois percebe que ela não vai acreditar?

Nesse ponto, se mentir é dizer algo diferente do que sabemos ou pensamos, essa pessoa mente, muito embora não tenha a intenção de enganar. Mas se mentir é dizer algo com a intenção de enganar, essa pessoa não mente, pois justamente por isso fala o que é falso, muito embora saiba ou pense que é falso: para que aquele com quem ela fala, não acreditando em suas palavras, não se engane, pois esse alguém não acredita que ele sabe ou pensa assim. Daí, pode acontecer que uma pessoa diga algo falso para não enganar aquele a quem fala; e pode ocorrer ainda o inverso, ou seja, de alguém dizer a verdade, a fim de enganar. De fato, aquele que diz a verdade porque pensa que ninguém vai acreditar nele – justamente porque sabe que não é digno de fé –, presumindo que a pessoa acreditará ser falso aquilo que diz, diz a verdade para enganar.

Pode-se, então, perguntar quem é que, de fato, mente: se aquele que diz algo falso para não enganar ou aquele que diz a verdade para enganar, quando este sabe ou pensa dizer a verdade e aquele sabe ou pensa dizer algo falso. Já dissemos que quem não sabe que é falso o que diz não mente, se acredita que diz a verdade, enquanto mente aquele que diz algo verdadeiro quando acredita que é falso, uma vez que a ambos devemos julgar a partir das suas intenções.

Desse modo, não é uma questão tão simples a que propusemos, isto é, o caso da pessoa que sabe ou pensa que disse uma coisa falsa sem a intenção de enganar. Como quando um homem sabe que um determinado caminho está ocupado por ladrões, e uma pessoa, preocupada com sua própria segurança, receia seguir por esse caminho, e aquele [primeiro] homem, sabendo que essa pessoa não acreditará em suas palavras, lhe diz que ali não há

ladrões, a fim de não deixá-lo ir por ali – já que ela acredita que há ladrões – assim, uma vez que ele disse que não há ladrões, a pessoa decide não acreditar [seguindo por outro caminho], uma vez que supõe que ele seja mentiroso. Porém, no outro caso, alguém sabe ou acredita que é verdadeiro o que diz e o diz para enganar. Como quando um homem, que sabe que ninguém acredita nele, diz que os ladrões estão em um determinado lugar, onde realmente sabe que estão, para que o outro vá mais confiante e caia nas mãos dos ladrões, uma vez que este último pensa que é falso o que lhe foi dito.

Qual desses homens mentiu: o que decidiu dizer algo falso para não enganar, ou o que escolheu contar a verdade para enganar? O que dizendo algo falso conduziu outro ao caminho certo, ou aquele que falou a verdade e fez com que outro seguisse pelo caminho errado? Ou, por acaso, ambos mentiram: um por dizer algo falso, o outro pela intenção de enganar? Ou nenhum deles mentiu: um, porque não desejava enganar, e o outro porque queria dizer a verdade? Agora, não se trata de saber qual dos dois pecou, mas quem mentiu. Pois de imediato parece que pecou aquele que falou a verdade, pois fez com que o homem caísse em mãos dos ladrões, e que não pecou, ou até fez um bem, aquele que, ao dizer algo falso, evitou que um homem perecesse [nas mãos dos ladrões].

Mas esses exemplos podem ser invertidos, de modo que aquele que não quis enganar alguém poderia querer que esse alguém sofresse uma desgraça maior, pois, para muitos, conhecer certas verdades – tais que lhes deveriam ser ocultas – os levou à destruição; e aquele que quis enganar alguém poderia fazer algo útil a esse alguém, pois há quem, ao conhecer a verdade de algum mal sofrido por seus entes queridos, atente contra a própria vida, o que não fariam se considerassem falsa a informação. Assim, ser enganado lhe foi proveitoso, como para o outro foi prejudicial conhecer a verdade. Portanto, não se trata da intenção de ajudar ou de prejudicar, ou se o primeiro disse uma falsidade para não enganar e o segundo, a verdade para enganar, mas nos interessa investigar o que diz respeito à verdade e à falsidade, para, assim,

questionar se algum deles, ou ambos, ou nenhum deles mentiu, independentemente dos benefícios ou danos de que falamos.

Se a mentira consiste em afirmar algo falso com intenção, mentiu o primeiro que desejou dizer, e de fato disse, algo falso, embora não tenha enganado; porém, se a mentira consiste em afirmar qualquer enunciado com intenção de enganar, não o primeiro, mas o segundo mentiu, porque disse a verdade com a intenção de enganar. Mas se a mentira consiste em dizer algo com intenção de qualquer falsidade, então, ambos mentiram: o primeiro porque quis afirmar algo falso, e o segundo porque, com sua verdade, quis fazer crer que era algo falso. No entanto, se a mentira é dizer algo falso com a intenção de enganar, então nenhum dos dois mentiu,^[8] porque um disse uma coisa falsa para persuadir à verdade, e o outro disse algo verdadeiro para induzir ao erro.

Estaremos, pois, longe de toda temeridade e toda mentira se, quando precisarmos falar e desejarmos persuadir alguém daquilo que dissemos, simplesmente afirmarmos o que sabemos que é verdadeiro e digno de crença. Mas quando dizemos o que é desnecessário, ou tomamos o falso por verdadeiro, ou damos por conhecido o que nos é desconhecido, ou acreditamos no que não se deve crer, mas não tentamos convencer senão do que afirmamos, não falta o erro de certa imprudência, mesmo que não haja mentira alguma. Portanto, não se há de temer nenhuma das definições acima quando se tem em si a intenção bem consciente de expressar o que sabemos, ou o que opinamos, ou o que acreditamos ser verdadeiro, e não procuramos persuadir a outra coisa senão quanto ao que anunciamos.^[9]

Opiniões humanas e testemunhos das Escrituras

5 Outra questão muito mais importante e necessária é saber se, em algum momento, pode ser útil mentir. Portanto, pode persistir a dúvida se mente alguém que não tem vontade de enganar, ou que afirma algo falso para não enganar aquele com quem fala, embora deseje dizer algo falso, o faz para persuadi-lo a algo verdadeiro; e se porventura mente aquele que diz a verdade com o desejo de enganar. Mas ninguém pode duvidar de que mente aquele que deliberadamente diz uma coisa falsa com intenção de enganar. Portanto, dizer uma coisa falsa com intenção de enganar é uma mentira declarada.^[10] Mas outra questão é se apenas isso é uma mentira.

Por enquanto, iremos investigar esse tipo de mentira sobre o qual todos consentimos: se por algum motivo pode ser útil dizer uma coisa falsa com a intenção de enganar. Os que assim pensam apresentam testemunhos [das Escrituras Sagradas] para provar sua opinião: recordam que Sara, depois de rir, negou aos anjos que havia rido;^[11] que Jacó, perguntado por seu pai, respondeu ser Esaú, seu primogênito;^[12] e que as parteiras egípcias mentiram, com a aprovação e favor de Deus, para salvar da morte os hebreus recém-nascidos.^[13] E, elencando muitos outros exemplos, citam as mentiras daqueles homens que ninguém teria a audácia de culpar, e assim se deveria confessar que, às vezes, a mentira não só não é digna de repreensão, mas pode até ser digna de louvor.

E acrescentam que não só os homens familiarizados com os Livros Sagrados, mas todos os homens dotados de senso comum dizem: “Se alguém buscasse refúgio [em tua casa], e com uma mentira você pudesse livrá-lo da morte, acaso não mentirias? Se algum enfermo te perguntasse algo que não lhe convém saber, e que [a verdade] lhe agravaria seu estado de saúde, ousarias dizer a verdade mesmo que o levasse à morte, ou silenciarias, uma vez que, com uma mentira, honesta e misericordiosa, poderias contribuir para a sua saúde?”. Com inúmeros argumentos desse tipo, acreditam que, se há uma razão válida, às vezes, é permitido mentir.

6 Por outro lado, aqueles que concordam que jamais se deve mentir argumentam com mais força, valendo-se, em primeiro lugar, da autoridade divina [das Escrituras], pois no Decálogo está escrito: “Não dirás falso testemunho”.^[14] Ora, isso compreende toda mentira, pois todo aquele que diz alguma coisa dá testemunho da sua intenção. Mas alguém pode afirmar que nem todo falso testemunho pode ser considerado uma mentira. Pois bem, quem então poderá contestar o que está escrito: “A boca que mente mata a alma”?^[15] E se alguém julgar que se pode isentar certos tipos de mentiras, lemos noutro lugar: “Perecerão todos os que dizem mentiras”.^[16] Por isso, de sua própria boca afirma o Senhor: “Seja seu falar, sim, sim, ou não, não, pois tudo que excede a isso vem do mal”.^[17] Daí o Apóstolo, ao aconselhar a nos despojarmos do “homem velho”, o qual simboliza todos os pecados, citar, como consequência, em primeiro lugar: “Pelo que, renunciando a toda mentira, cada um fale a verdade”.^[18]

7 E dizem não se assustarem com os exemplos de mentiras encontrados nos livros do Antigo Testamento, em que tudo o que foi escrito deve ser entendido em sentido figurado, ainda que tenha acontecido na realidade. E tudo o que foi escrito ou dito em sentido figurado não pode ser considerado mentira, uma vez que todo enunciado [figurado] refere-se [ao fato] a que foi proferido. Assim, tudo o que foi feito ou dito em sentido figurado deve ser entendido segundo o que significa para aqueles a quem foi proposto. Portanto, temos de acreditar que tudo o que está escrito, que disseram ou fizeram aqueles homens, que em tempos proféticos gozavam de grande autoridade, disseram e fizeram em sentido profético. Tampouco deixam de ter sentido profético tais acontecimentos, uma vez que o mesmo Espírito profético [que os inspirou] ordenou que fossem guardados na memória ou registrados por escrito.

Quanto às parteiras egípcias, que disseram uma coisa em vez de outra ao Faraó, embora não se possa dizer que foram guiadas pelo Espírito profético para revelar uma realidade futura, embora desconhecendo o significado do seu ato, foram, na medida do seu

mérito, aprovadas e recompensadas por Deus. Aquele que geralmente mentiu para fazer o mal e agora mente para fazer o bem progrediu bastante. Mas uma coisa é o que é louvável por si mesmo, e outra, o que é elogiado em comparação a algo pior. Por isso, nos felicitamos de uma forma quando uma pessoa está com saúde, e de outra, quando um enfermo melhora. Por isso, na mesma Escritura também se diz que Sodoma foi justificada, quando comparada às atrocidades e aos crimes cometidos pelo povo de Israel.^[19]

E assim essa regra aplica-se a todas as mentiras que são mencionadas no Antigo Testamento; não encontrando aí nada que seja repreensível ou digno de censura, visto que não são, de forma alguma, mentiras. Dessa forma, ou deve ser aprovada pelo caráter esperançoso e benfazejo do seu ato, ou em virtude do seu significado oculto [profético], que lhe descaracteriza como sendo uma mentira.

8 Por essa razão, nos livros do Novo Testamento, com exceção de algumas expressões alegóricas usadas pelo Senhor, se considerarmos a vida e os costumes dos santos, não encontraremos nada, nem em suas palavras, nem em suas realizações, que possa induzir à imitação da mentira. Porque o fingimento de Pedro e Barnabé não é simplesmente lembrado [por lembrar], mas observe que ele foi reprovado e corrigido.^[20]

Tampouco o apóstolo Paulo usou desse fingimento, como alguns supõem, nem quando circuncidou Timóteo, ou mesmo quando celebrou alguns sacramentos, de acordo com o rito judaico, mas usou da sua liberdade de opinião, com a qual havia pregado que a circuncisão não era útil aos gentios, nem nociva aos judeus. Por isso, se pensou que não havia necessidade de ligar aqueles aos costumes judaicos, nem desviar estes das tradições de seus antepassados. Daí suas palavras: “Alguém foi chamado, estando circuncidado? Não seja incircunciso. Algum incircunciso foi chamado? Não se faça circuncisão. A circuncisão não é nada, a incircuncisão não é nada: o que importa é observar os

mandamentos de Deus. Que cada um permaneça na condição de quando foi chamado”.^[21]

Como se pode refazer o prepúcio quando este foi cortado? Diz o Apóstolo: “Não refaça”, no sentido de “não viver como se tivesse refeito o prepúcio”, isto é, como se ele tivesse novamente encoberto a carne, com a parte que foi descoberta, e, de algum modo, deixasse de ser judeu; e, em outro lugar ele diz: “Sua circuncisão tornou-se incircuncisão”.^[22] E isso o Apóstolo disse não para obrigar os gentios a não serem circuncidados, nem para que os judeus conservem os costumes dos seus pais, mas para que nem estes nem aqueles sejam forçados a viver segundo o costume do outro. E cada um possa seguir a sua prática sem a obrigação de obedecê-la. Assim, se algum judeu desejasse abandonar as práticas e obrigações do judaísmo, não seria proibido pelo Apóstolo, uma vez que não via nenhuma perturbação nisso; se aconselhou para que permanecessem neles, foi para que os judeus não ficassem incomodados com questões supérfluas e acabassem esquecendo-se do que realmente é necessário à salvação.

Tampouco proibiu nenhum gentio de circuncidar-se se assim o desejasse, mostrando que rejeitava [a circuncisão] não por ser prejudicial, mas sim porque a considerava indiferente, como um selo cuja utilidade se desvaneceu com o tempo. Pois, embora não se possa esperar dela salvação alguma, tampouco se deve temer alguma perda. Por esse motivo, Timóteo, tendo sido chamado na incircuncisão, sendo filho de mãe judia, para mostrar a seus parentes que não se aprende na doutrina cristã a desconsiderar os sacramentos da Lei Antiga, com o intuito de ganhá-los [para a fé], foi circuncidado pelo Apóstolo.^[23] Dessa forma, mostrava aos judeus que se os gentios não a acolhiam, não era porque eram maus ou foram perniciosamente orientados funestamente por seus pais, mas porque já não era necessária à salvação, após a realização desse grande mistério o qual toda a Antiga Escritura, ao longo dos séculos, trouxe à luz por meio de significados proféticos.

Assim, Paulo, sob a insistência dos judeus, também teria circuncidado a Tito; porém, esses falsos irmãos infiltrados [entre os

cristãos] desejavam propagar que o próprio Paulo havia cedido à sua verdade de que a esperança de salvação evangélica estava na circuncisão da carne e outras observâncias desse tipo, e que sem essas [práticas] Cristo seria inútil [aos homens]. Muito pelo contrário, a verdade é que Cristo não teria nenhum benefício para aqueles que foram circuncidados pensando que nisso estava a salvação. Daí estas palavras: “Eu, Paulo, declaro: se vos deixardes circuncidar, Cristo não vos servirá de nada”.^[24] A partir dessa liberdade, Paulo manteve as observâncias paternas, cuidando apenas de pregar isto: que não se pensasse que nelas estava a salvação cristã.

Pedro, ao contrário, com sua dissimulação, obrigou os gentios a viverem como judeus, como se a salvação estivesse [na prática] do judaísmo. Assim, encontra-se nas palavras de Paulo: “Como obrigar os gentios a viverem como judeus?”.^[25] Eles não estariam sujeitos a essas obrigações, se não acreditassem que Pedro as praticava como se tais observâncias fossem necessárias à salvação. Logo, não se pode comparar o fingimento de Pedro com a liberdade de Paulo. Portanto, devemos amar Pedro, que recebeu de bom gosto a correção; no entanto, sem acrescentar mentiras usando da autoridade de Paulo, que antes de tudo conduz Pedro ao caminho de volta, para que os gentios não fossem obrigados a judaizar. E ele mesmo em sua pregação atesta como foi considerado inimigo das tradições paternas, porque, não querendo impô-las aos gentios, não considerou a prática dos costumes dos seus pais. Agindo assim, nos mostra claramente que com a vinda de Cristo tais ritos não eram prejudiciais para o judeu, nem necessários para os gentios, nem benéficos a qualquer homem.^[26]

A mentira é mortífera

9 Assim, nenhuma autorização para mentir pode ser encontrada nos livros do Antigo Testamento, seja porque os fatos lá encontrados não são mentira, seja porque foram ditos de forma alegórica; ou mesmo porque aos bons não deve ser proposto imitar [as ações] dos maus que começaram a progredir, o que é algo louvável em comparação com coisas piores; nem tampouco nos livros do Novo Testamento, que nos propõe imitar a correção de Pedro, e não seu fingimento, da mesma forma como nos propõe imitar suas lágrimas, e não a sua negação.

Com muito mais confiança, afirmam que não se deve dar crédito a exemplos retirados da vida comum. Primeiro, ensinam que mentir é uma iniquidade, e o fazem a partir de muitos documentos das Sagradas Escrituras, especialmente onde está escrito: “O Senhor odeia a todos que praticam iniquidades e destrói a todos que dizem mentira”.^[27] Na verdade, como é costume nas Escrituras, o versículo seguinte explica o anterior. Assim, uma vez que a palavra iniquidade possui um significado bastante amplo, a mentira pode ser entendida como uma espécie de iniquidade; ou ainda, segundo julgamento de alguns, a mentira é muito pior que a iniquidade; assim, tanto mais grave é se colocar [a expressão] “destrói” no lugar de “odeia”. Talvez o fato de que Deus tenha odiado alguém, [num sentido] mais brando, seja para que Ele não viesse a perdê-lo; no entanto, a quem Ele perde, odeia em um grau mais elevado, uma vez que o pune mais severamente. Pois odeia a todos que praticam a iniquidade, mas perde a todos que dizem mentira.

Dito isso, quem dentre aqueles que dizem isso vão deixar-se comover com esses exemplos, quando dizemos: O que acontece se recorrer a ti um homem que, por tua mentira, pode libertar-se da morte? Mas a morte que insensatamente temem os homens que não temem o pecado não mata a alma, mas o corpo; morte que ensina o Senhor no Evangelho que não deve ser temida,^[28] mas a boca que mente mata a alma e não o corpo. Conforme está escrito

muito claramente nestas palavras: “A boca que mente mata a alma”.
[29]

Como, então, não dizer que será uma grande perversidade que, para uma pessoa viver corporalmente, outra tenha de morrer no espírito? Porque mesmo o amor ao próximo tem seus limites no amor de si mesmo: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”. [30] Como amarás o teu próximo como a ti mesmo se para preservar a vida temporal dele perdes a própria vida eterna? Porque perder sua própria vida temporal para salvar a de outrem não é amar o próximo como a si mesmo, porém mais do que a si mesmo: isso ultrapassa as regras da sã doutrina. Tampouco se pode perder a vida eterna, mentindo, para salvar a vida de outro. Ao contrário, um cristão não hesitará em perder sua vida temporal para salvar a vida eterna do próximo, pois nisso nos precedeu o exemplo do Senhor, que morreu por nós. E, por isso, nos disse: “Este é o meu mandamento: amai-vos uns aos outros como eu vos amei. Não há maior amor do que dar a vida pelos seus irmãos”. [31] Ninguém será tão tolo a ponto de dizer que o Senhor tivesse outra coisa em vista que não fosse a salvação eterna dos homens, quando fez o que ensinou e ensinou o que fez. Portanto, como mentindo se perde a vida eterna, nunca se deve mentir para salvar a vida temporal de ninguém.

Na verdade, estes que se horrorizam e se indignam pelo fato de alguém, por causa da mentira, se recusar a perder a sua alma para que o outro possa envelhecer na carne, que diriam se alguém pudesse ser salvo da morte pelo nosso roubo ou adultério? Acaso, então, teríamos de roubar ou cometer adultério? Eles não percebem as consequências de sua opinião. Por exemplo, se de repente um homem aparecesse com uma corda na mão, exigindo que [uma jovem] se entregasse aos seus desejos carnavais, sob pena de enforcar-se, caso não cedesse às suas exigências, ela deveria consentir [que fosse violentada] para preservar-lhe a vida? Isso é um crime abominável e absurdo; por que então permitir que nossa alma seja corrompida, pela mentira, para que alguém viva em seu corpo? Todos não condenariam como estupidez abominável que alguém entregasse seu corpo à corrupção para obter esse fim?

Portanto, nesse caso, a única questão a examinar é se a mentira é uma iniquidade.

Assim, de acordo com os exemplos mencionados, só nos resta perguntar se devemos mentir para a salvação de outrem, que é o mesmo que perguntar se alguém deve cometer alguma iniquidade para salvar [a vida de] alguém. Contudo, a salvação da alma rejeita [a ideia] de que não pode ser preservada sem justiça, e nos manda preferir não só a vida do próximo, mas também a nossa própria salvação temporal. Que falta, então, para nunca duvidarmos de que jamais devemos mentir? Pois não se pode dizer que haja algo maior ou mais caro, entre os bens temporais, que a vida e a saúde do corpo. E se nem essa se há de antepor à verdade, que poderão objetar, para nos convencer, aqueles que julgam que, às vezes, mentir é conveniente?

A pureza corporal não justifica a mentira

10 Em relação à pureza do corpo, pode acontecer que uma pessoa muito honrada venha a pedir-nos que mintamos convictamente para evitar, por meio de uma mentira, que ela seja estuprada. Mas é muito fácil responder que é inútil a pureza do corpo se falta a integridade da alma. Pois, se essa cai, inevitavelmente danifica o primeiro, embora pareça intacto. Isso porque a [pureza] não pode ser enumerada entre as coisas temporais, como se pudesse ser arrancada contra a vontade. Portanto, de modo algum a alma deve ser corrompida com mentira em prol do corpo, sabendo que o corpo permanece puro se a pureza não for retirada da alma. Pois toda agressão sofrida no corpo sem o consentimento ou desejo prévio deve ser considerado coerção, e não violação. E, apesar de toda coerção ser uma violação,^[32] nem toda violação é desonrosa, mas aquela que foi desejada ou consentida com apetite lascivo. Daí que, sendo a alma superior ao corpo,^[33] tanto mais criminosa é sua corrupção. E, assim, sempre se pode guardar a pureza, ao passo que não pode haver corrupção que não seja voluntária.

Certamente, se um estuprador atacar o corpo, de modo que nenhuma força contrária, nenhum tipo de acordo ou mesmo mentira possa evitar, é necessário reconhecer que nenhuma libidinagem alheia pode violar a pureza da alma.^[34] E como, sem dúvida nenhuma, a alma é melhor que o corpo, assim, a integridade da alma prepondera sempre sobre a integridade do corpo,^[35] uma vez que aquela pode ser preservada para sempre.^[36] E quem ousa afirmar que o mentiroso possui uma alma íntegra? Na verdade, a própria libido é definida como o apetite da alma pelo qual preferimos os bens temporais aos eternos.

Assim, ninguém possa convencer-nos de que alguma vez seja permitido mentir, a menos que se possa comprovar que alguém obteve algum bem eterno através da mentira. Porém, à medida que o homem se afasta da eternidade quanto mais se afasta da verdade, é absurdo dizer que, afastando-se da verdade, possa conseguir qualquer bem. E, se houver algum bem eterno que não compreenda

a verdade, já não será verdadeiro: tampouco será um bem, porque ele seria falso. E como se há de preferir a alma ao corpo, assim também há de se colocar a verdade diante da alma, para que ela não só prefira a verdade ao corpo, mas também a si mesma. E assim será tanto mais íntegra e casta se gozar na imutabilidade da verdade do que em sua mutabilidade. Se, pois, Ló, que por ser tão justo mereceu ter por hóspedes os anjos, ofereceu suas filhas para serem estupradas pelos sodomitas, preferindo que se violentassem as mulheres em vez dos homens,^[37] com maior diligência e constância não há de se conservar a pureza da alma quando é certo que a própria alma é superior ao corpo, muito mais que um corpo masculino é superior ao feminino?

A vida eterna não justifica a mentira

11 Talvez alguém pense que se possa mentir em favor de outra pessoa para preservar-lhe a vida, ou para que não venha a se decepcionar com as coisas temporais, as quais ama demasiadamente, e nos quais [talvez] pense ser possível encontrar ali a verdade eterna. Em primeiro lugar, não entendem que, nas mesmas condições já demonstradas anteriormente, não há nenhuma infâmia que não estivéssemos obrigados a aceitar. Então, a autoridade de sua doutrina seria interceptada e quase extinta, se, com nossas mentiras, convencêssemos aqueles que tentamos atrair a elas que, às vezes, se possa mentir.

Como a doutrina da salvação consiste em verdades que em parte devem ser acreditadas e em parte compreendidas, não se podem alcançar as segundas sem que antes se acredite nas primeiras.^[38] Dessa forma, como dar crédito àqueles que pensam que às vezes seja permitido mentir? Como não temer que se esteja mentindo exatamente [no momento] em que se nos exorta a acreditar? Assim, como saber se, depois de uma mentira bem intencionada, um homem apavorado com uma falsa história venha a evitar cometer um ato libidinoso e, assim, por meio dessa mentira seja atraído para as coisas espirituais?

Admitido e aprovado esse tipo de mentira, toda a doutrina da fé é completamente subvertida, e uma vez em ruínas, nem sequer o conhecimento com o qual alimentamos as crianças poderá ser alcançado. Com isso, retirando toda a doutrina da verdade, cede-se à falsidade mais licenciosa, uma vez que se permitiu que a mentira, mesmo bem intencionada, ocupasse seu espaço. Todo aquele que mente antepõe os interesses temporais, próprios ou alheios, à verdade. O que se pode fazer de mais perverso? Ou, quando, por meio de uma mentira, se deseja atrair alguém à verdade, corta-se o acesso à verdade; pois desejando torná-lo capaz [da verdade] ao mentir, torna-se incerto até mesmo quando diz a verdade. Por conseguinte, ou não podemos acreditar nos bons, ou devemos acreditar naqueles que dizem que, às vezes, se possa mentir, ou

devemos acreditar que os bons nunca mintam. Dessas três coisas, a primeira é perniciosa, a segunda seria uma tolice, e, portanto, só resta que os bons nunca mintam.

Males piores que não justificam a mentira

12 Embora essa questão já tenha sido considerada e tratada anteriormente, não é uma sentença fácil de ser solucionada. Primeiro, deve-se ouvir aqueles que dizem que não há nenhuma ação tão má que não possa ser cometida para evitar outra pior. E a essas ações humanas pertencem não só as que se fazem, mas também aquelas que se sofrem com o próprio consentimento. Portanto, se há uma razão para que o cristão optasse por oferecer incenso aos ídolos para evitar o estupro, de que o perseguidor o ameaçava caso não o oferecesse, parece ser justo perguntar por que não mentir para evitar um ato tão vergonhoso. Pois o mesmo consentimento, pelo qual se prefere sofrer abuso a oferecer incenso aos ídolos, não pode ser entendido como uma paixão, mas como um fato, que, para que não aconteça, prefere-se oferecer incenso aos ídolos. Portanto, quanto mais se escolheria a mentira, se por meio desta fosse possível afastar do seu santo corpo tão desumana infâmia!

13 Com razão, partindo dessas afirmações, pode-se perguntar se tal consentimento deve ser tomado como [simples] fato, ou se se trata de um consentimento sem nenhuma aprovação? Ou se estamos diante de uma aprovação, ao dizer que é preferível sofrer o mal a cometê-lo; se é mais correto oferecer incenso aos ídolos que sofrer um estupro; e assim decidir se é melhor mentir ou, nesse caso, oferecer incenso aos ídolos.

No entanto, se tal consentimento é mantido, então seriam homicidas aqueles que preferiram morrer a dar falso testemunho, [lembrando] que o homicídio mais grave é o suicídio. Então, por que não dizer que se suicidaram, quando escolheram submeter-se a este feito contra eles, [tudo] para não ceder ao que foram forçados? Ou, se pensa que é mais grave matar outra pessoa que tirar a própria vida, [que dizer] da situação dos mártires, diante dos olhos dos quais, se não negassem a Cristo, nem rendessem sacrifício aos demônios, teriam a morte, não de qualquer homem, mas do próprio pai, suplicando perseverantemente ao seu filho que não permita que

o matem? Acaso não está claro que, se ele permanecer fiel no testemunho de sua fé, os únicos homicidas serão aqueles que mataram seu pai, de forma que ninguém pode chamar a isso de parricídio? Pois, como ele não é partícipe de tão grande crime, ao ter preferido que seu pai, cuja alma estava prestes a ir para a perdição, fosse morto por desconhecidos, em vez de manchar a sua fé com falso testemunho, o seu consentimento não o faz partícipe de um crime tão horrendo, se ele pessoalmente não cometeria tão grande mal.

Dessa forma, não importa o que fizeram os outros, ele não cometeu crime algum. Daí que dizem esses perseguidores senão isto: faze o mal para que não o façamos nós? Embora seja verdade que, se o fizéssemos [ou seja, negássemos nossa fé], eles não o fariam, [isto é, não matariam nossos pais], ainda assim não deveríamos apoiá-los com o nosso crime. Ao contrário – como agora de fato o fizeram, uma vez que estes não negaram sua fé –, por que não os deixamos sozinhos com suas próprias manchas e crimes? Não devemos chamar isso de consentimento, uma vez que não aprovamos o que fazem, pois sempre optamos, enquanto nos foi possível, por repreendê-los para não o fazer; e, quando o fizeram, não só desaprovamos, como também condenamos com a mais forte repulsa de que somos capazes.

14 “Como – dirás – não seria crime de um e de outros, se os perseguidores não matassem os pais dele, caso ele negasse a fé?”. Se assim for, abramos a porta aos ladrões, uma vez que, se não a fecharmos, eles não [precisarão] arrombá-la. E matem também os homens, [juntamente] com os ladrões, se, assim, soubermos o que eles pretendem fazer, pois se nos prevenirmos e assassiná-los, eles não matarão outras pessoas. Ou, se alguém nos confessar que cometerá um parricídio, nós seremos coniventes com ele, se não o matarmos antes que ele o faça, pois não podemos impedir ou evitar o assassinato de outro modo. Em poucas palavras podemos afirmar: “foste seu cúmplice, pois ele não teria matado, se tu o matasses antes”.

“[Mas] o fato é que eu não desejava cometer nenhum desses males, mas consegui impedir apenas aquele que estava ao meu alcance; já o outro era alheio: não o pude evitar com minha advertência, não o devia impedir com uma má ação minha”. Portanto, não aprova o pecador aquele que se recusa a pecar no lugar do outro. Nem uma coisa nem outra agrada àquele que não quer que nenhuma seja admitida; pois, no que se refere a ele, o que está em seu poder não realiza, e, no que se refere ao outro, o condena com toda sua vontade.

E assim, aos que defendiam esse dilema, dizendo: “se não ofereceres incenso sofrerás a consequência”, se deve responder: “não aceito nem um nem o outro, pois odeio ambos e a nenhum deles consinto”. Com essas e outras palavras, que certamente são sinceras, não haverá nem consentimento nem aprovação alguma, e o que quer que sofra deles será considerado mau trato, [enquanto] para eles, pecados cometidos. Alguém perguntará: “Então alguém está obrigado a sofrer estupro em vez de oferecer incenso?”. Se perguntas a que alguém é obrigado, [digo] que nem uma coisa nem outra. Pois, se eu disser que ele é obrigado a uma dessas coisas, aprovarei uma delas, quando reprovarei as duas. [Mas] se perguntas qual das duas deve ser evitada, quando é impossível evitar ambas, mas [só] uma das duas, responderei: deve sempre evitar o seu pecado antes que o alheio, e até mesmo seu pecado leve antes que o alheio grave.

Assim, enquanto não se estuda mais diligentemente [essa questão], neste momento concedo que o estupro é mais grave do que a oferta de incenso, mas esta é ato dele próprio, e aquele é alheio, embora ele o sofra. E [de fato] o pecado é daquele de quem é o ato. Embora seja mais grave o assassinato do que o roubo, pior é cometer um roubo do que sofrer um homicídio. Assim, se for proposto a alguém que não quer praticar um roubo que ele morrerá, isto é, será assassinado [caso se oponha], já que ele não pode evitar ambos, tem de evitar o próprio pecado antes do pecado alheio. Por isso, aquilo que ele sofreu não será considerado pecado seu, ainda que pudesse ser evitado se quisesse cometer o seu.

15 Todo o nó dessa questão pode ser sintetizado na seguinte pergunta: se nenhum pecado alheio pode ser imputado a outrem, embora tenha sido cometido contra essa pessoa, que poderia evitar [um pecado mais grave] com o seu pecado mais leve, e não o fez ou; se se deve fazer uma exceção para as impurezas corporais. Ninguém diz que uma pessoa é impura por ser assassinada, ou jogada na prisão, ou mantida amarrada, ou açoitada, ou afligida com torturas e outros tipos de tormentos; nem por ser banida e sofrer perdas gravíssimas que a levem à completa indignação, ou se é privada de todas as honras e sofra todos os tipos de atrocidades com todos os tipos de insultos. Pois não há ninguém tão louco que se atreva a chamar de impuro quem injustamente tenha sofrido todas essas coisas. No entanto, se ele se cobre de estrume, ou, conscientemente, verte ou introduz coisas sujas por sua boca, ou pratica ações afeminadas, todos passam a odiá-lo e a chamá-lo de corrupto e impuro.

Portanto, deve-se concluir que, qualquer que seja o pecado que outra pessoa venha a cometer [sobre alguém], com exceção daqueles que tornam impuro [aquele que o sofre], não deve ser evitado com algum pecado próprio, nem a seu favor nem a favor de outro; mas, em vez disso, devemos suportar tudo bravamente e evitar qualquer tipo de pecado, mesmo uma mentira. E aquelas coisas que, quando feitas no homem, o tornam impuro, devemos evitá-las, mesmo com os nossos pecados, que por isso mesmo não podem ser chamados pecados, pois são feitos justamente para evitar a impureza. Pois o que foi feito seria justamente repreendido se não fosse feito, [e foi feito] de modo que não é pecado.

Disso devemos concluir que tampouco se pode chamar de impureza a uma ação que de nenhuma maneira podemos evitar. Pois o que sofre tem também uma forma de agir retamente: suportar pacientemente o que não pode evitar. Portanto, nenhum [homem] que atue retamente pode tornar-se impuro por contágio corporal. Mas todo [homem] iníquo é imundo diante de Deus. Portanto, está limpo todo aquele que é justo; ainda que não o seja perante os homens, o é diante de Deus, que não erra em seus julgamentos.

Por isso, nem ao permitir essas coisas, quando tem a possibilidade de evitá-las, [o homem] torna-se impuro pelo contato, mas pelo pecado cometido, porque não quis evitá-lo quando podia. Pois não seria pecado se fizesse tudo para evitá-lo. Portanto, aquele que mente para evitar essas coisas não peca.

16 Deveríamos isentar algum outro tipo de mentira, pela qual seja preferível sofrer essas coisas impuras, que cometer aquelas? Se assim for, nem tudo o que é feito para evitar essa impureza deixa de ser pecado, uma vez que é mais grave admitir certas mentiras do que sofrer essa violação. Porque, se alguém fosse perseguido por um estuprador e pudesse ser escondido com uma mentira, quem se atreveria a dizer então que não se deveria mentir?

Porém, se essa pessoa pudesse escapar [apenas] à custa de uma mentira que prejudicaria a reputação de outra pessoa, trazendo sobre ela uma falsa acusação de impureza? Por exemplo, se [nos vem] aquele que procura tal sujeito, e o direcionamos a outro homem, casto e alheio a todos os tipos de vícios, e dizemos: “vá a este [outro], e ele te proporcionará tudo, de modo que possas desfrutar mais licenciosamente, pois este [não só] conhece todas estas coisas, mas também as deseja”. E assim este se distancia daquele a quem procurava. Não sei se possa violar com uma mentira a fama de um terceiro para que não seja violado com a lascívia o corpo do outro.

Em suma, jamais se deve mentir em favor de uma pessoa, com uma mentira que prejudique outra, ainda que o dano seja mais brando do que o que sofreria aquele a quem poderíamos salvar com nossa mentira. Da mesma forma como não se pode retirar o pão de uma pessoa mais forte, sem o seu consentimento, para alimentar um mais fraco, tampouco se pode punir um inocente para que outro não seja assassinado. [Todavia,] certamente isso poderá ser feito se assim o quiserem, uma vez que não são ofendidos quando assim [se faz o que] o querem.

Mas é permitido manchar a reputação de alguém com um falso crime de estupro, mesmo com o seu consentimento, para evitar estupro do corpo alheio? Essa é a grande questão. E não sei se

encontraria facilmente razões para afirmar que seja [mais] justo permitir que se manche a reputação de outra pessoa com um falso crime de estupro, mesmo que ele o consinta, que permitir que seja violado o corpo de quem é forçado contra o seu consentimento.

Inaceitável a mentira em assuntos religiosos

17 Todavia, porém, se for proposto àquele que preferiu oferecer incenso aos ídolos a entregar seu corpo à abominável luxúria manchar a reputação de Cristo com uma mentira para evitar que essas coisas fossem feitas com ele, ele seria o mais insano dos homens se concordasse. E digo mais: seria [ainda mais] louco se, para evitar sofrer um ato libidinoso por parte de outra pessoa, sem o seu consentimento, falsificasse o Evangelho de Cristo com falsos elogios, preferindo evitar a corrupção alheia em seu corpo à corrupção da doutrina da santificação das almas e dos corpos. Desse modo, quando se trata da doutrina religiosa, temos que remover todos os tipos de mentiras que foram enunciados, ensinados e aprendidos. Não se pode imaginar um motivo que justifique uma mentira em tais casos; não podemos mentir nem mesmo com a intenção de atrair mais facilmente uma pessoa a essa doutrina. Pois, fracionando ou diminuindo levemente a autoridade da verdade, toda dúvida permanecerá; pois, se não se crê [na verdade], não pode haver certeza alguma. E, apesar de que seja lícito ao que disputa, ou ensina, ou predica coisas eternas, ou ao que narra ou apregoa coisas temporais relativas à edificação da religião ou pertinentes à piedade, ocultar por um tempo o que considera que deve esconder, nunca é lícito mentir ou ocultar algo mentindo.

Mentiras que prejudicam

18 Uma vez estabelecidas firmemente essas questões preliminares, podemos avaliar com mais segurança as outras mentiras. Mas, em consequência, deve-se advertir que se faz necessário rejeitar toda mentira que injustamente prejudique alguém. Porque ninguém deve inferir qualquer injúria, ainda que leve, para evitar outra ainda que seja mais grave. Nem se deve admitir mentira que, embora não prejudique ninguém, tampouco leva a nada e prejudica a quem mente gratuitamente. A este devemos chamar, com toda a propriedade, mentiroso. Mas importa distinguir entre o que mente e o mentiroso. Pois quem mente, [pode] mentir involuntariamente, mas o mentiroso ama a mentira e se deleita interiormente com o fato de mentir. Junto a este, devem ser colocados aqueles que, com sua mentira, querem agradar aos homens, tornando mais agradável sua conversa, pois não intentam injuriar nem caluniar a ninguém. Esse tipo de mentira já foi rejeitado antes. Estes diferem do gênero em que inserimos os mentirosos, pois eles se deleitam em mentir, se alegrando com suas próprias falácias. Estes gostam de agradar com suas conversas prazerosas, mas que não são verdadeiras como gostariam. Assim, como não encontram facilmente verdades que sejam agradáveis aos ouvintes, preferem mentir em vez de permanecer em silêncio. No entanto, é difícil, em alguma ocasião, narrar uma conversa completamente falsa, senão que na maioria das vezes, quando veem que eles abandonaram seu apelo, entrelaçam o falso e o verdadeiro.

Esses dois tipos de mentiras não são obstáculos para os que creem, pois em nada prejudicam a doutrina e a verdade da religião, nem impedem sua vantagem e utilidade. É suficiente para eles julgar que seja possível [ser verdade] o que lhes foi dito, e acreditar em um homem a quem eles não deveriam jamais sequer imaginar que pudesse estar mentindo. Qual o problema se se acredita que o pai ou avô de um homem foi uma boa pessoa, ainda que não fosse; ou se prestou serviço militar na Pérsia, ainda que nunca tenha ido sequer à Roma? Mas os que mentem prejudicam profundamente a

si mesmos, alguns porque abandonam a verdade para se alegrar nas mentiras, e outros porque preferem agradar a si mesmos que à verdade.

Mentiras vantajosas, que não prejudicam

19 Depois de rejeitar todos esses tipos de mentiras, passemos sem hesitar a considerar um novo gênero, que [parece] nos elevar gradualmente para o bem. Trata-se da mentira que o povo muitas vezes atribui às pessoas boas e benevolentes, [que passam a ideia de que] ao mentir não só não se faz mal a ninguém, mas pode-se favorecer a alguém.

Em relação a esse gênero de mentira, toda a contenda está centrada na questão de ser prejudicial ou não para uma pessoa agir contra a verdade, ainda que, com essa mentira, outra pessoa possa se beneficiar; ou se ela só pode dizer a verdade, que ilumina nossas mentes com sua luz interior e imutável. Certamente, age contra a verdade quem, apesar dos sentidos serem falhos, vai contra a verdade ao dizer que algo é dessa forma ou de outra, quando nem sua mente, nem seus sentidos, nem sua fé, nem sua crença o proclamam como tal.^[39] Portanto, a grande questão é saber se não se prejudica a si mesmo quem favorece a outro ou se, tendo-se em conta essa compensação, não se prejudica a si mesmo quem desse modo favorece a outro. Se assim for, segue-se que ele pode obter vantagem da mentira que não prejudica ninguém.

Mas essas coisas estão todas interligadas, de modo que conceder nesse ponto nos arrastaria, necessariamente, a consequências bastante perturbadoras. Pois se poderia perguntar em que poderia prejudicar a um homem, abundante em riquezas supérfluas, se lhe tirassem um alqueire dos seus milhares e milhares de alqueires de trigo, uma vez que essa medida poderia ser aproveitada para fornecer o alimento necessário ao que rouba. De modo que ele poderia roubar sem nenhuma acusação ou pecado de falso testemunho. Mas o que se pode dizer de mais perverso? Pois se alguém tivesse roubado o alqueire, e tu tivesses visto e fosses questionado, acaso poderias mentir, honestamente, em favor do pobre, conquanto que serias culpado se o fizesses para socorrer sua indigência? Como se devesses amar o próximo mais do que a ti mesmo! Portanto, ambos são desonestos e devem ser evitados.

Há mentira honesta?

20 Mas talvez alguém pense que algumas exceções possam ser adicionadas, que haja mentiras honestas que não só não prejudicam ninguém, mas que favorecem algumas pessoas, com exceção daqueles que dizem esconder ou defender algum crime. Por isso, a mentira acima mencionada é detestável, porque embora não prejudique a ninguém e favoreça o pobre, ela esconde o pecado do roubo. Mas, se ela não prejudicasse ninguém e favorecesse a qualquer um, e também não escondesse, nem defendesse nenhum tipo de pecado, não seria condenável.

Como, por exemplo, se alguém escondesse seu dinheiro na tua presença, para não perdê-lo por roubo ou violência, e, então, ao seres interrogado, tu mentiras, e não prejudicarias a ninguém, favorecendo aquele que precisava esconder o dinheiro. [Assim,] nenhum pecado cometerias mentindo; pois ninguém peca ao ocultar uma coisa sua que teme perder. Mas, se assim for, se não pecamos ao mentir, uma vez que não há pecado no que fazemos que não prejudique ninguém e ainda favorece alguém, o que vamos fazer com o pecado da mentira? Pois assim como está escrito: “não furtarás”, também está escrito: “não dirás falso testemunho”.^[40]

Portanto, ambos são proibidos. Assim, por que um falso testemunho é culpável quando se encobre um roubo ou qualquer outro pecado e não há de ser quando cometido por si mesmo, sem esconder outros pecados, como o roubo é condenável em si mesmo, assim como os demais pecados? Ou será que não é lícito ocultar um pecado, mas é lícito cometê-lo?

Falso testemunho e mentira

21 Mas, se isso é um absurdo, o que diremos? Acaso não é falso testemunho quando se mente para inventar um crime contra alguém, ou esconder um crime de outra pessoa, ou levar alguém a julgamento sem motivo? Pois parece que testemunho só é aquele que é necessário ao juiz para conhecer a causa. Mas se a Escritura entendesse apenas nesse sentido, o Apóstolo não teria dito: “Se os mortos não ressuscitam, então somos testemunhas falsas de Deus, pois estamos testemunhando contra Deus, ao dizermos que Deus ressuscitou Cristo”.^[41] Isso demonstra que o falso testemunho é uma mentira, mesmo quando for dito para elogiar falsamente alguém.

Acaso aquele que mente profere falso testemunho quando inventa ou esconde o pecado de alguém, ou de alguma forma prejudica outra pessoa? Pois, se é detestável toda mentira que prejudica a vida temporal do próximo, quanto mais aquilo que prejudica a vida eterna! Pois assim é toda mentira que é cometida em matéria religiosa. É por isso que o Apóstolo denomina falso testemunho quando se mente ao falar de Cristo, ainda que seja em forma de elogio. Porém, se for uma mentira que não seja caluniosa, que não esconda pecado de ninguém ou que não seja uma exigência judicial, que traga benefícios para outrem sem prejudicar ninguém, devemos dizer que, nesse caso, não se trata de um falso testemunho, ou de uma mentira censurável?

Mente quem oculta um réu

22 Então, o que farias se um homicida se refugiasse na casa de um cristão ou este soubesse onde ele está escondido: ao ser questionado sobre o paradeiro desse homicida por aquele que o procura para levá-lo à tortura, dever-se-ia mentir nesse caso? Como é que não mente quando se esconde o pecado, quando aquele pelo qual se mente cometeu um pecado tão hediondo? Ou dirás que não fora interrogado sobre o pecado, mas sobre o esconderijo? Por acaso, não é errado mentir para esconder os pecados do próximo? E mentir para esconder o pecador, [também] não é um erro? Sim, naturalmente, dirá alguém, pois um [homem] não peca por evitar um castigo, mas quando faz algo digno de punição. Pois é próprio da disciplina cristã jamais desistir de corrigir alguém, tampouco negar a ninguém o caminho da penitência.

Mas e se fores levado perante um juiz e fores interrogado acerca do lugar em que se esconde? Tu responderás que ele não está lá, quando sabes que está; ou dirás: “nem sei e nem vi”, quando vistes e sabes? Darás, pois, falso testemunho e matarás a tua própria alma para salvar o homicida? Ou vais mentir, até que sejas levado perante um juiz e, interrogado por ele, digas a verdade para não se tornar um falso testemunho?

Mas, por tua traição, levaras à morte o homem. E a *Sagrada Escritura* também odeia traidores. Acaso, não é traidor quem revela a verdade perante o juiz que o interroga, mas poderia ser traidor quem denuncia voluntariamente o outro à morte? E se for um homem justo e inocente que estiver escondido, de modo que você sabe onde ele está escondido, e um juiz, enviado por uma autoridade superior que pretende prendê-lo e levá-lo à morte, lhe perguntar; o que dirias nesse caso? Pois quem te pergunta não é mais o criador da lei, mas o executor da sentença. Acaso não darias falso testemunho se mentisses em favor do inocente, uma vez que quem te pede não é propriamente o juiz, mas o executor da lei? Que farias se te interrogasse o criador da lei ou um juiz iníquo, que busca

o inocente para torturá-lo? O que farias? Optarias por ser um traidor ou dar um falso testemunho?

Acaso será um traidor quem entregar livremente a um juiz justo um homicida escondido, e não o será quem disser a um juiz injusto onde está escondido um inocente, o qual busca para matá-lo, e que havia confiado lealmente em sua custódia? Quem ficará em dúvida ou incerto entre optar pelo crime de falso testemunho ou pelo de traição? Ou estás certo de que evitarás ambos os casos calando ou declarando que não dirás nada? Por que, então, não fazer isso antes de comparecer perante o juiz, a fim de evitar toda essa mentira? Pois, mantendo-se longe da mentira, escaparás de qualquer falso testemunho; pois, ou toda mentira é um falso testemunho, ou nem toda é. Mas, evitado todo falso testemunho, tal como tu o entendes, não evitarás toda mentira. Portanto, com tanta maior força e dignidade te comportarás se declaras: “não delatarei nem tampouco mentirei!”.

O exemplo de Firmo

23 Isso foi o que fez, em certa ocasião, com bastante firmeza de vontade, um bispo da igreja de Tagaste chamado Firmo. Pois quando foi interrogado pelos oficiais, enviados por ordem do Imperador, acerca de um homem que ele diligentemente havia escondido, respondeu que não podia mentir nem entregar tal homem. E por manter-se firme em sua decisão, sofreu inúmeros tormentos corporais – pois ainda não havia imperadores cristãos. Em seguida, ao ser levado perante o Imperador, [sua conduta] pareceu tão admirável que, sem dificuldade, obteve o perdão que solicitava em favor do refugiado.

Que conduta poderia ser mais corajosa e consistente? Porém, talvez alguém mais tímido possa dizer: “Posso estar preparado para suportar qualquer tormento e até mesmo a morte para evitar o pecado; mas, como não é pecado mentir ou dar falso testemunho, desde que não prejudique a ninguém [mas antes] beneficie alguém, seria uma tolice e um pecado grave sofrer voluntariamente e de forma desnecessária, submeter-me a tormentos, [para não] entregar nas mãos de executores a vida e a saúde de alguém que pode ser útil”.

A este eu pergunto: por que temer aquilo que está escrito: “Não dirás falso testemunho”^[42] e não temer o que se diz de Deus: “Perderás a todos os que dizem mentiras”.^[43] Tu responderás: “Não está escrito: ‘toda mentira’, e assim compreendo como se estivesse escrito: ‘perderás a todos os que dizem falso testemunho’”.

Tampouco ali se diz: “todo falso testemunho”. Mas ali está assim definido, porque essas coisas estão classificadas entre aquelas que são más em todos os sentidos. Acaso não está ali estabelecido: “não matarás”?^[44] Pois se, de fato, tudo isso é mau em todos os sentidos, como isentar desse crime os justos que, uma vez dada a lei, mataram a muitos? Mas responderás que ele executa uma sentença justa, e isso não se configura um homicídio.

Enfim, aceito os temores destes, e acredito que aquele homem, que não queria mentir ou trair seu refugiado, foi digno de ser

louvado, e acredito, ainda, que ele entendeu melhor o que está escrito e cumpriu corajosamente o preceito.

Como proceder

24 Mas, às vezes, pode acontecer que não nos perguntem sobre onde está aquele a quem se pretende encontrar, sem que sejamos obrigados a denunciá-lo, de modo que ele esteja tão bem escondido que não possa ser facilmente encontrado, a menos que seja traído; mas nos perguntem apenas se ele está ou não em tal lugar. Se sabemos que está ali, e ficamos em silêncio, nós o entregamos. Ou devemos dizer que não queremos afirmar se está ou não nesse lugar? Dessa resposta, aquele que o procura conclui que ele está lá; pois, se não estivesse, para evitar mentir ou traí-lo, teríamos respondido simplesmente que ali não estava. E assim, seja por nosso silêncio ou por nossas palavras, esse homem será delatado, de modo que aquele que busca entrará [no esconderijo], já que tem poder para isso, e o encontrará, o que poderia ter sido evitado ao contar uma mentira.

Assim, se não sabes onde ele está, não há nenhuma razão para esconder a verdade e tens que admitir que não sabes. Mas se sabes onde ele está, se ele está realmente naquele lugar que foi perguntado ou em outro lugar, não debes responder, quando fores perguntado se está lá ou não: “não responderei ao que me perguntas”, a não ser que pretendas dizer: “sei muito bem onde ele está, mas não mostrarei”. Pois se não responderes a quem te perguntar por um determinado lugar, e confessas que não o revelarás, é como se apontasses para esse lugar com o dedo confirmando a suspeita [daquele que procura] como certa.

Mas se primeiro confessares que sabes onde está, mas não o dirás, talvez possas despistar o inquisidor daquele lugar, que te pressionará para que declares onde ele se encontra. No entanto, o que quer que sofras bravamente, pela tua fé e compaixão, não serás culpado; ao contrário, [tua atitude] será digna de louvor. Com exceção apenas para as coisas imorais que, se algum homem sofre, não se diz que sofra por fortaleza, senão por atos de luxúria e desonestidade. Esse é o último tipo de mentira que trataremos com bastante diligência.

Oito tipos de mentiras

25 A mentira capital, e primeira a ser evitada, é aquela que se dá em matéria de doutrina religiosa. A essa mentira não se deve induzir ninguém, em nenhuma circunstância. A segunda é a que prejudica injustamente alguém, de modo que é prejudicial a uma pessoa, mas não favorece a ninguém. A terceira é a que favorece a alguém, mas prejudica a outro, isto quando não se trata de impureza corporal. A quarta é a que se comete pelo simples prazer de mentir e enganar, que é a mentira pura e simples. A quinta é aquela que visa a agradar, com palavras doces. Assim, evitando e rejeitando totalmente todas essas mentiras, segue um sexto tipo, que é a que, [além de] não prejudicar a ninguém, traz benefícios para outra pessoa; por exemplo, quando uma pessoa sabe onde se encontra o dinheiro que outro quer roubar injustamente de alguém, mas mente, dizendo que não sabe a quem quer que o interroque. A sétima é aquela que não prejudica a ninguém, e favorece a qualquer um, exceto no caso em que o juiz seja o inquiridor, como, por exemplo, quando se mente para não entregar um homem destinado à morte, mesmo não se tratando de um homem justo e inocente, mas de um criminoso; pois, segundo a doutrina cristã, jamais se pode desistir de alguém que pode se corrigir, nem tampouco se fechem as portas ao arrependimento de alguém. Sobre esses dois [últimos] tipos de mentira, que suscitam muitas controvérsias, já tratamos suficientemente, e já expressamos nossa opinião: que os verdadeiros fiéis, homens e mulheres, também as devem evitar, de modo que suportem todos os desconfortos com coragem e honradez.

O oitavo é o tipo de mentira que não faz mal a ninguém, e serve para impedir que alguém seja manchado em seu corpo, pelo menos quando se trata da impureza que tratamos acima. Pois, embora os judeus pensem ser uma impureza comer sem lavar as mãos,^[45] ou se alguém chama a isso de impureza, não se trata [desta], mas daquela que, para ser evitada, é necessário mentir.

Se houver uma mentira que prejudique alguém, ainda que a mentira salve o homem desse tipo de impureza que todos abominam e detestam, quer dizer, se se pode mentir quando se trata de uma injúria real, que ainda não pertence a esse tipo de impureza que agora tratamos, já não se trata de mentir, mas de saber se é permitido injuriar alguém, ainda que não seja mentindo, a fim de desviá-lo desse tipo de impureza. Não creio que isso se possa fazer de modo algum, ainda que se trate de uma injúria levíssima, como a do roubo de um alqueire de trigo que já falamos antes, ou ainda que seja embaraçoso decidir se devemos ou não cometer essa injúria, ou ainda que com essa se possa defender ou beneficiar outra pessoa de sofrer estupro. Mas, como eu disse, isso é outra questão.

Agora, vamos concluir a questão anterior, ou seja, se alguém está autorizado a mentir, quando a mentira é condição indispensável para nos salvar de sofrer um estupro ou [alguma outra] impureza execrável, [sabendo] que essa mentira não fará mal a ninguém.

A Escritura e sua interpretação

26 A esse respeito, teremos uma referência bastante elucidativa, se debatermos primeiramente, com bastante cuidado, aqueles pontos das autoridades divinas que proíbem a mentira. Se elas não nos derem alguma luz, em vão buscaremos uma saída. Pois devemos observar a todo custo os preceitos de Deus, e [aceitar com coragem] a sua vontade; e, mesmo que tenhamos de sofrer, ao observar seus mandamentos, que possamos sofrer com espírito tranquilo. Mas, se a alguém for oferecida uma saída mais fácil, nesse caso, não se deve recusar a mentira. Portanto, a divina Escritura não só contém os preceitos de Deus, mas também a vida e os costumes dos justos. Assim, se o significado de alguns preceitos se torna obscuro, torna-se compreensível através da ação dos santos – com exceção, portanto, daqueles fatos aos quais se pode atribuir um significado alegórico, embora ninguém duvide de que realmente ocorreram, como é o caso de quase todas as ocorrências nos livros do Antigo Testamento. Pois quem ousaria dizer que ali há algum fato que não contenha nenhuma profecia alegórica?

Por exemplo, quando o Apóstolo afirma que os [dois] filhos de Abraão, que nasceram e viveram de acordo com a ordem natural para expandir o povo de Deus – pois em seu nascimento não havia nada de extraordinário, nada prodigioso que pudesse induzir a alguma outra significação –, representam os dois Testamentos.^[46] E quando [o mesmo Apóstolo] nos diz que Deus fez um admirável benefício para o povo de Israel, ao livrá-lo da escravidão que os oprimia no Egito, bem como do castigo com o qual Ele o puniu pelos pecados cometidos no deserto: embora [Paulo] nos diga que tudo isso aconteceu em sentido figurado,^[47] que ações se poderão encontrar para revogar essa lei, sobre a qual se poderia afirmar com segurança que não contém nenhum sentido figurado? Evidentemente, devemos excetuar, portanto, as ações dos santos, que no Novo Testamento nos são propostas como exemplo para

compreender as [passagens] das Sagradas Escrituras, que devem ser rapidamente digeridas por seus leitores.

27 Assim, quando lemos no Evangelho: “Se alguém lhe dá um tapa na face direita, ofereça também a esquerda”,^[48] não encontramos exemplo mais perfeito e excelente de paciência do que o próprio Senhor. Mas, quando lhe foi dado um tapa, não disse: “Aqui está a outra face”, mas disse: “Se falei mal, mostre o que há de mal, mas se falei bem, por que bates em mim?”^[49] o que demonstra que a oferta da outra face deve ser feita no coração. Isso é também o que sabia o apóstolo Paulo por experiência própria, pois quando lhe deram uma bofetada perante o Pontífice, não disse: “Fere-me também na outra face”, mas: “O Senhor te ferirá, parede caiada! Tu te sentas para julgar-me de acordo com a lei e, violando a lei, ordenas que me batam?”^[50] Intuíva, com grande profundidade, que o sacerdócio judaico brilhava com um brilho externo, oficial, mas interiormente ardia em sórdidas concupiscências. E quando dizia isso, previa em espírito que estava prestes a passar pela vingança do Senhor. No entanto, seu coração foi preparado não só para receber outras bofetadas, senão também para sofrer pela verdade todos os tipos de torturas, inclusive amar aqueles que o maltrataram.

28 Também está escrito: “Eu vos digo que não jureis de modo algum”. Mas o Apóstolo jurou em suas cartas,^[51] e assim mostrou como se deve entender o sentido daquilo que foi dito: “Eu vos digo que não jureis de modo algum”.^[52] Assim, [isto foi escrito] para que não aconteça que, jurando, venhas a fazê-lo com [tanta] facilidade que acabe tornando-se um hábito e, com esse hábito, venhas a cair em pecado de perjúrio. Assim, entendemos que no Apóstolo não se encontra o fato de que não jurasse senão por escrito, em que a consideração mais cautelosa não permitiria à língua precipitar-se. Pois, ainda, isso procede do mal, conforme o que está escrito: “O que passar disso vem do mal”.^[53] Certamente, não do mal do Apóstolo, mas da fraqueza daqueles que lhe obrigaram a agir dessa forma para confirmar sua fé.

Se, de fato, Paulo jurou com palavras, em vez de por escrito, não sei se a Escritura nos diz alguma coisa. O Senhor disse: “Não jureis de modo algum”, sem conceder que fosse lícito jurar aos que escrevem. No entanto, seria precipitado [de nossa parte], e até um sacrilégio, acusar Paulo de perjúrio, especialmente em suas cartas, escritas e publicadas para a vida espiritual e a salvação de todas as nações.

Portanto, deve-se entender que essas palavras – “de modo algum” – significam que, quanto ao que depender de ti, não ames o juramento nem desejes jurar, nem o faças com prazer, como se isso fosse uma coisa boa.

29 Como quando se diz: “Não penseis no dia de amanhã, e não vos preocupeis sobre o que haveis de comer ou beber, ou com o que haveis de vestir”,^[54] quando sabemos que o próprio Senhor tinha sua bolsa, onde mantinha as doações necessárias para sustento temporal.^[55] E os próprios apóstolos tiveram a preocupação de coletar muitas coisas para aliviar a pobreza dos irmãos, não apenas para o amanhã, mas também para um longo período de fome, segundo lemos nos Atos dos Apóstolos.^[56] Assim, é evidente que esses preceitos devem ser entendidos no sentido de que não devemos fazer nada forçados pela ganância de acumular bens temporais, nem pelo medo de ser reduzidos à miséria.

30 Da mesma forma, os apóstolos foram instruídos a viver segundo o Evangelho e a não levar nada pelo caminho. E, em outro lugar, o Senhor indicou o significado dessas palavras quando disse: “O trabalhador é digno de seu salário”,^[57] em que ele mostra claramente que isso era uma permissão, e não uma ordem; para que, [se por acaso] alguém recebesse daqueles a quem prega alguma [provisão] necessária à sua sobrevivência, durante o trabalho de pregação, ninguém julgasse que estivesse fazendo algo ilegal. Mas isso poderia não ser feito, o que seria mais louvável, como bem demonstra o apóstolo Paulo, ao dizer: “Aquele que recebe o ensinamento da fé deve repartir todos os seus bens com o catequista”.^[58] E depois de mostrar que isso foi feito de forma

saudável em muitos lugares por aqueles a quem a Palavra é pregada, acrescentou: “Mas eu nunca usei esse poder”,^[59] porque o Senhor deu esse poder, ao dizer isso, mas não forçou como um preceito. Assim, quando não podemos compreender bem muitas coisas, tal como está escrito, pela vida dos santos podemos inferir como devem ser compreendidas, porque, se não nos corrigirmos com os exemplos, facilmente nos inclinaremos noutra direção.

A boca do coração

31 Então, conforme está escrito: “A boca que mente mata a alma”, podemos indagar de que boca [fala a Escritura]. Muitas vezes a Escritura, quando fala de boca, refere-se aos recintos mais íntimos do coração, onde ali é forjado tudo o que for decretado pela voz quando esta diz a verdade. Assim, aquele que gosta de mentir mente antes no coração. Mas pode não mentir de coração aquele que profere com sua voz algo diferente do que tem em seu interior, por saber que cometeu um erro, mas somente para evitar um mal maior, ainda que ambas as coisas lhe desagradem. Aqueles que afirmam isso dizem que deve ser entendido conforme está escrito: “Quem [anda com integridade] fala a verdade no seu coração”.^[60] Porque se deve sempre dizer a verdade de coração, mas nem sempre com a boca corporal, como quando para evitar um mal maior somos obrigados a dizer com palavras algo distinto do que temos interiormente.

Em relação à boca do coração, pode se considerar que, onde há uma locução, ali há também uma boca; caso contrário, seria um absurdo compreender, tampouco seria adequado afirmar que se “fala em seu coração”, se não for entendido, precisamente, na boca do coração. Além disso, no mesmo lugar está escrito: “A boca que mente mata a alma”. Se considerarmos as circunstâncias do texto, esta não pode ser entendida senão como a boca do coração. Mas aos homens isso não pode aparentar senão uma resposta obscura, já que não podem ouvir a Palavra do coração, mas apenas o que ressoa do corpo. Mas a Palavra da boca citada nas Escrituras é aquela que atinge o ouvido do Espírito do Senhor, que enche toda a terra, de modo que cita, no mesmo lugar, os lábios, a voz e a língua. Tudo isso não pode ser compreendido senão como sendo [a boca do] coração, porque sinaliza que nada do que é dito se esconde do Senhor. Porque, se fosse o som externo que atinge nossos ouvidos, tampouco se ocultaria dos homens.

Desse modo, de fato está escrito: “O Espírito de Sabedoria é compassivo, e não deixa impune quem calunia com os seus lábios,

porque Deus é testemunha de seus rins, perscruta o seu coração e ouve o que diz a sua língua. O Espírito do Senhor enche toda a terra, dá consistência a todas as coisas, tem ciência de tudo o que se diz. Por esse motivo, quem fala iniquidades não escapa dele, e a justiça vingadora não o poupará. Interrogar-se-á sobre os pensamentos dos ímpios, e o rumor de suas palavras chegará ao Senhor, e seus crimes serão comprovados. Porque um ouvido atento tudo escuta: nem mesmo o tumulto das murmurações lhe escapa. Portanto, tomai cuidado com a murmuração inútil, e evitai em vossa língua a maledicência. Porque mesmo a resposta obscura não fica no vácuo, e a boca mentirosa mata a alma”.^[61]

Vemos, então, como se perdem aqueles que pensam que está oculto e escondido o que projetam e maquinam em seu coração. E quis mostrar que estava tudo tão claro para os ouvidos de Deus, que ele mesmo chama de tumulto.

32 De forma bastante clara, também encontramos no Evangelho [referência] a essa boca do coração. Inclusive, no mesmo lugar, o Senhor fala da boca do coração e da boca do corpo, quando nos diz: “Será que ainda não compreendestes? Não compreendestes que tudo o que entra pela boca desce para o ventre e acaba indo para a fossa? Ao contrário, as coisas que saem da boca procedem do coração, e são estas que tornam o homem impuro. Pois é do coração que procedem as más intenções, os homicídios, os adultérios, a prostituição, os furtos, os falsos testemunhos e as blasfêmias, são estas coisas que tornam o homem impuro”.^[62]

No entanto, se neste [versículo] só se referisse à boca do corpo, como poderíamos entender: “o que procede da boca sai do coração”, uma vez que a saliva e o vômito também saem da boca? Então, ninguém se mancha quando come algo impuro, mas se mancha quando o vomita. E se isso é um absurdo, resta-nos entender que o Senhor fala da boca do coração: “Pois as coisas que saem da boca provêm do coração”; pois o roubo que pode ser cometido muitas vezes é praticado no silêncio da voz e da boca do corpo. Assim, seria uma loucura sem igual imaginar que um ladrão só se contamina com os seus pecados de roubo quando os

confessa ou os revela e permanece puro quando os comete em silêncio. Mas, na verdade, se entendemos a citação como sendo a boca do coração, então nenhum pecado tácito pode ser cometido ocultamente, pois não se pode cometer pecado sem que provenha da boca interior.

33 Assim como temos investigado de que boca se diz: “A boca que mente mata a alma”, agora podemos investigar de que mentira se trata. Parece que se trata, propriamente, da mentira pela qual se denigre alguém. Pois foi dito: “Cuidado com a murmuração, que em nada se aproveita e conduz a língua à difamação”. A difamação tem sua origem na malevolência, quando alguém não somente expressa com a boca e com a voz corporal o que inventou acerca de alguém, mas também, secretamente, deseja que seja acreditado como tal. Isso é verdadeiramente difamar com a boca do coração, e não pode permanecer obscuro e oculto perante Deus.

Não mentir e não querer mentir

34 Para aquilo que está escrito em outro lugar: “Cuidado com o desejo de proferir qualquer tipo de mentira”, para eles isso não significa que não se deve mentir. Porém, quando outra pessoa diz, com base no testemunho das Escrituras, que todos os tipos de mentiras devem ser reprovados, se houver o desejo de mentir, ainda que não se minta, essa vontade deve ser condenada. A tal interpretação leva o fato de que não foi dito: “Não profiras nenhum tipo de mentira”, mas “não desejes proferir nenhum tipo de mentira”; para que ninguém se permita não apenas mentir, mas sequer ter a intenção de mentir.

Outro afirma que, quando se diz: “Não desejes proferir nenhum tipo de mentira”, significa que devemos eliminar e afastar da boca do coração todo tipo de mentira, de modo que temos de nos abster de certas mentiras com a boca do corpo, especialmente as relativas à doutrina da religião. De algumas, no entanto, não devemos nos abster, como daquelas proferidas pela boca do corpo, quando, [por exemplo], se fizer necessário para evitar um mal maior; mas, com a boca do coração, temos de nos abster completamente de qualquer mentira. Assim, convém entender o que foi dito: “não desejes”, porque o desejar é atribuído sempre à boca do coração, de modo que é bastante apropriado [empregá-lo] para referir-se à boca do coração; assim, quando mentimos para evitar um mal maior, mentimos contra a nossa vontade.

Há também um terceiro sentido no qual se pode tomar este texto, “não desejes mentir”: aquele em que se permitiria mentir, excluindo alguns tipos de mentiras. Como se fosse dito: “não confies em qualquer homem”; o que não quer dizer não confiar em ninguém, mas não confiar em todos, ou seja, confiar apenas em alguns. Em seguida temos: “O hábito de mentir não conduz a nada bom”,^[63] pois soa quase como se não proibisse a mentira, mas apenas a mentira assídua, ou seja, o hábito de mentir e o gosto pela mentira. Nesse costume cairá certamente todo aquele que pensa que pode abusar de qualquer mentira – desse modo, nem sequer se evitariam

aquelas relativas à piedade e à religião, e o que poderia haver de mais criminoso, não só entre as mentiras, mas em qualquer tipo de pecado? E assim inclinará sua vontade a qualquer tipo de mentira, mesmo aquela sem importância e inofensiva, e logo este virá a mentir, não para evitar um mal maior, ou contra a sua vontade, mas de bom grado e voluntariamente.

Assim, esse texto pode ser interpretado de três formas: ou se evita não apenas todo tipo de mentira, mas também o desejo de mentir; ou abstém-se do desejo de mentir, mas mente contra sua vontade para evitar um mal maior; ou não se deve desejar qualquer tipo de mentira, salvo algumas que são permitidas.

A primeira forma é para aqueles que acreditam que nunca se deve mentir, as outras duas são para aqueles que pensam que se pode mentir em alguns casos. Quanto à outra parte do texto: “O hábito de mentir não conduz a nada bom”, não sei se admitiriam os da primeira interpretação, a menos que, embora seja um preceito para o perfeito^[64] não apenas não mentir, mas sequer desejar mentir, e o hábito de mentir não seja permitido aos proficientes. Como se o preceito – nunca mentir, nem ter vontade de mentir – contrariasse completamente os exemplos de algumas mentiras que foram aprovadas por grandes autoridades.

[Em relação a isso], deve-se responder que, nos exemplos citados, trata-se de proficientes que caminham em direção à perfeição e têm de cumprir, por necessidades da vida, um ofício de piedade; mas, como toda mentira é ruim, as almas perfeitas e espirituais devem fugir delas por todos os meios, de modo que aqueles que buscam a perfeição estão proibidos do hábito de mentir. Já falamos das parteiras egípcias que, por serem proficientes [no caminho da perfeição], mesmo mentindo foram aprovadas, porque fizeram da mentira um degrau para amar a autêntica e eterna salvação – quando alguém, ao mentir, o faz por misericórdia, ainda que seja para salvar a vida mortal do próximo.^[65]

A dispersão dos mentirosos

35 Também está escrito: “Perderás a todos os que dizem mentiras”. Um diz que aqui se condena todo tipo de mentira, sem exceção, e outro diz que se trata apenas da mentira de coração, como foi discutido anteriormente, porque quem diz a verdade em seu coração odeia a necessidade de mentir, e entende [isso] como uma penalidade desta vida mortal. Outro diz: “Deus, certamente, destrói a todos que dizem mentira, mas nem toda mentira, porque o Profeta se refere a uma mentira [em particular], que, ao ser cometida, ninguém será poupado [de sua pena]. Isso ocorre quando alguém mente e se recusa a confessar os seus pecados, e, ao contrário, os defende e não quer fazer penitência”. Pouco lhe importa se tenha feito iniquidade, ele deseja ser tomado como justo e não está disposto a ceder à medicina da confissão. É o que vem a intimar, com outras palavras, o texto: “Odeia, Senhor, todos os que praticam a iniquidade”.^[66] Mas não os destruirá se fizerem penitência confessando a verdade, fazendo com que essa verdade venha à luz, conforme está escrito no Evangelho de João: “Aquele que pratica a verdade vem para a luz”.^[67] Mas “perderás a todos aqueles” que não só fazem o que Ele odeia, mas falam mentira, intencionando uma falsa santidade e não confessando os seus pecados na penitência.

Se alguma vez é lícito mentir

36 No que diz respeito ao falso testemunho que está no Decálogo da Lei, de modo algum deve ser entendido que ali se trate apenas de guardar o amor à verdade na [boca] do coração, e que se possa proferir falso testemunho [com a boca do corpo] diante de quem falamos. Quando falamos com Deus, basta abraçar a verdade do coração; mas quando se trata de homens, a verdade deve ser proferida também com a boca do corpo, porque o homem não escuta o coração. No entanto, em relação ao testemunho em si, não seria absurdo perguntar a quem dás tal testemunho. Pois não somos testemunhas de todos com quem falamos, mas apenas daqueles a quem é devido, ou que precisam conhecer ou acreditar na verdade através de nós, como, por exemplo, o juiz, para que não erre ao julgar; ou o mestre que ensina a doutrina da religião, para que não erre, e sua autoridade venha a flutuar na dúvida. Mas quando alguém te interroga, ou deseja saber algo sobre ti, se busca o que não lhe interessa ou não lhe convém saber, então não busca um testemunho, mas um delator. Então, nesse caso, se mentires ficarás imune de falso testemunho, mas, certamente, não da mentira.

Portanto, caso se pergunte se algumas vezes pode ser permitido mentir, fica isto estabelecido: jamais seja lícito proferir nenhum falso testemunho. Ou, se [questionar se] toda mentira é um falso testemunho, para isso devemos considerar se podemos admitir algum tipo de compensação [como, por exemplo], para evitar um mal maior, conforme está escrito: “Honra teu pai e tua mãe”,^[68] que pode ser transgredido [sem nenhuma culpa para o transgressor] quando assim exigir uma obrigação superior; por exemplo, quando o próprio Senhor impede [aquele homem] – que foi chamado a proclamar o Reino de Deus – de ir prestar a última homenagem ao túmulo de seu pai.^[69]

37 Da mesma forma, sobre o que está escrito: “A criança que recebe a palavra está longe da perdição; recebendo-a, a toma para

si, e nada de falso sai de sua boca”,^[70] alguns dizem que há que entender-se assim: “A criança que recebe a palavra” significa a Palavra de Deus, que é a verdade, portanto: “Recebendo a verdade, a criança estará muito longe da perdição”, e isso refere-se ao dito anterior: “Perderás a todos que dizem mentira”. E o que se segue: “Recebendo-a, a toma para si” não sugere outra coisa além do que diz o Apóstolo: “Que cada um examine sua própria conduta, e então achará motivo de glória em si e não por comparação com outros”.^[71] Pois quem recebe a palavra, quer dizer, a verdade, não para si, mas para agradar aos homens, não a conservará vendo que a estes agrada manter a mentira. Porém, aquele que a recebe para si mesmo não deixa nada falso em sua boca; pois ainda que a mentira agrade aos homens, ele não mente, porque ele não recebeu a verdade para agradá-los, mas para agradar a Deus. Aqui está!

Portanto, não há razão para dizer: “perderás”, certamente, “a todos que dizem mentira”, mas não toda mentira, porque toda mentira é completamente cortada com estas palavras: “e nada de falso saia de sua boca”. Contudo, alguém pode dizer que esse [texto] deve ser entendido conforme o apóstolo Paulo entendeu a Palavra do Senhor: “Eu vos digo não jureis de modo algum”.^[72] Porque aqui nem todo juramento é excluído, mas o que sai do coração, de modo que nunca se faça com a aprovação de sua própria vontade, senão obrigado pela debilidade do outro, isto é, por causa da maldade do outro, ao que não se pode persuadir do que lhe disse, senão com o juramento. Ou para aquela nossa maldade, porque, cobertos com a pele da mortalidade, não somos capazes de mostrar todo o nosso coração; pois se, de fato, o pudéssemos, não precisaríamos prestar juramento.

E, no entanto, mesmo nessa forma completa da sentença, se declara: “Recebendo a verdade, a criança estará muito longe da perdição”, e se entende como daquela Verdade, pela qual tudo foi feito e permanece inalterado; e, assim, a segunda parte: “E nada de falso saia de sua boca”, pode referir-se à doutrina da religião, que é a que se esforça por levar-nos à contemplação da verdade; “nada

de falso saia da sua boca” significa que “nada de falso” deve ser misturado com essa doutrina.

Por isso, esse tipo de mentira não pode aceitar qualquer compensação e deve-se evitá-la completamente, acima de tudo. Por isso, ao dizer: “nada de falso”, se entendia absurdamente como se não se referisse a todo tipo de mentira; então, o “da sua boca” deve ser entendido, segundo a discussão anterior, como a boca do coração, na opinião daquele que acha que em alguns casos se pode mentir.

Avaliações erradas dos homens

38 Toda a discussão foi certamente alternada entre aqueles que dizem que nunca se deve mentir – citando, para provar [isso], o testemunho das Sagradas Escrituras – e aqueles que os contradizem e procuram um lugar para a mentira entre os testemunhos da mesma Palavra Divina. Pois nunca ninguém foi capaz de mostrar que se encontrasse tal coisa em uma palavra das Escrituras, na qual se vê que é preciso amar e não odiar toda mentira. Mas, às vezes, se tem de mentir para nossa tristeza, como, por exemplo, para evitar o que odiamos ainda mais completamente. Mas, mesmo nesse [caso], erram os homens que submetem coisas mais excelentes às mais vis. Pois quando se concorda que se deve admitir algum mal para não suportar outro maior, não se avalia esse mal com a regra da verdade, senão com a do costume e a própria concupiscência, e, assim, julga como mais grave aquilo que lhe aborrece mais, e não realmente o que deve ser mais evitado.

Todo esse vício é engendrado pela perversidade das afeições,^[73] pois, na verdade, temos duas vidas: uma eterna, divinamente prometida, e outra temporal, na qual estamos agora. Quando alguém começa a amar esta vida temporal mais do que a eterna, pensa que se deve fazer tudo por esta vida que tanto ama,^[74] e então acha que não há maiores pecados do que aqueles que fazem mal a esta vida, ou que dela tiraram algum proveito iníqua e ilegalmente, ou mesmo a elimina completamente pela morte. E assim, odeiam mais os ladrões, os saqueadores, os criminosos, os carrascos e assassinos que os lascivos, os ébrios e devassos, quando estes não incomodam ninguém. Pois não entendem ou não se importam com o fato de que eles ofendem a Deus, não porque isso lhe cause algum incômodo, mas pelo grande mal que causam a si mesmos, pois destroem os seus dons em si mesmos, inclusive os temporais, e, por sua corrupção, se apartam dos eternos, especialmente se já tinham começado a ser um templo de Deus, o que a todos os cristãos diz o Apóstolo: “Não sabeis que sois o templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós? Quem

destruir o templo de Deus, Deus o destruirá. Pois o templo de Deus é santo, e esse templo são vocês”.^[75]

Consequências do pecado

39 Certamente, todos esses pecados, sejam os que prejudicam os homens nas comodidades desta vida, sejam aqueles que os corrompem sem prejudicar a ninguém, todos esses pecados, ainda que pareçam oferecer alguma vantagem ou satisfação nesta vida temporal – pois, se não fosse por esse propósito ou finalidade, ninguém os cometeria – são, na verdade, inúmeros obstáculos que impedem de todas as formas [o homem] de trilhar o caminho da vida eterna.

Entre esses há alguns que afetam somente quem os comete, e outros que afetam também aqueles contra os quais são cometidos. Pois as coisas que guardamos devido a sua utilidade nesta vida, quando nos são roubadas por criminosos, somente estes é quem cometem pecado – e assim, acabam se privando da vida eterna –, e não aqueles que sofreram o roubo. Dessa forma, ainda que alguém consinta que lhe tirem os bens, seja para evitar algum mal, seja para evitar maiores inconvenientes, [essa pessoa] não apenas não peca, mas procede digna e corajosamente, e, assim, devido a sua conveniência, age sem qualquer culpa.

No entanto, no que diz respeito à guarda da santidade e da religião, se alguém tentar violar-lhes de forma abusiva, deve se defender, mesmo à custa de pequenos pecados, se houver necessidade e oportunidade de fazer sem prejudicar ninguém. Dessa forma, mesmo esses pecados deixam de sê-lo, quando são aceitos pela necessidade de evitar males maiores. Pois assim como acontece nos negócios, [nas coisas relacionadas] ao dinheiro ou mesmo a qualquer outro bem temporal, já não chamamos de perda aquilo que “perdemos” para obter um lucro maior; da mesma forma, em relação às coisas santas, não se pode chamar pecado aquilo que perdemos para evitar algo mais grave. Caso contrário, se pretendermos chamar de perda aquilo que perdemos para escapar de uma perda maior, chame também isso de pecado, muito embora ninguém tenha dúvida de que se deve consentir para evitar algo

mais grave, como ninguém duvidará de que se deva consentir uma perda menor para evitar um prejuízo maior.

A santidade exige pureza, castidade, verdade

40 Essas são as coisas que devemos guardar por causa da santidade: a pureza do corpo, a castidade da alma e a verdadeira doutrina. A pureza do corpo ninguém a viola sem o consentimento e a autorização da alma. Aquilo que, por força maior, ocorre em nosso corpo contra nossa vontade e sem o nosso consentimento não pode ser considerado impureza, pois pode haver alguma razão para permiti-lo, mas nenhuma para consenti-lo. Então, nós consentimos [algo], quando o aprovamos e desejamos, mas quando [apenas] permitimos [que algo aconteça] e não o desejamos, estamos cedendo somente para evitar uma obscenidade maior. [A violação] com consentimento certamente é uma impureza do corpo, porém, ela afeta a castidade da alma, pois a castidade da alma está na benevolência e no amor sincero, que não se corrompe senão quando amamos e apetecemos aquilo que a Verdade nos ensina a não amar ou apetecer.

Portanto, temos de guardar a sinceridade no amor de Deus e ao próximo, pois nisso a castidade da alma é santificada. E, se alguém ataca violentamente a pureza do nosso corpo, devemos nos esforçar com todas as nossas forças e com piedosa súplica desejar que o sentido inferior^[76] de nossa alma, que está latente em nossa carne, não se deleite com prazer algum. E se isso não for possível, que pelo menos o não consentimento guarde a castidade da alma, pois é necessário conservar a castidade da alma, no que diz respeito ao amor ao próximo, pela inocência e benevolência, e no que diz respeito a Deus, pela piedade. Assim, a inocência consiste em não prejudicar ninguém; a benevolência, em prestar um serviço a quem o podemos fazer; e a piedade, em honrar a Deus.

A Verdade da doutrina, da religião e da piedade não se viola senão com a mentira, pois a suma e profunda Verdade, da qual nasce essa doutrina, não pode de nenhum modo ser violada, tendo em vista que alcançá-la e nela permanecer, e, acima de tudo, a ela nos unir plenamente, não nos será permitido senão quando este corpo corruptível for revestido de incorruptibilidade, e este corpo

mortal for revestido de imortalidade.^[77] Mas, como toda a piedade nesta vida é um exercício que tende para este fim,^[78] exercício que nos oferece orientação para essa doutrina que, com as palavras humanas e os sinais visíveis dos sacramentos, nos orienta e convida a esta mesma Verdade, e, ainda, como essa doutrina pode ser corrompida pela mentira, se há de ter o máximo de cuidado em mantê-la incorruptível, para que, se alguém for violado na castidade da alma, tenha onde encontrar remédio; pois uma vez corrompida a autoridade da doutrina, não pode haver nenhum caminho, nem retorno para a castidade da alma.

A pureza do corpo não justifica a mentira

41 Diante de todas essas coisas, ficou constatado que a mentira que não viola a doutrina da piedade, nem a piedade em si mesma, nem a inocência, nem a benevolência, deve ser admitida para salvar a pureza do corpo. No entanto, se alguém se propõe a amar a verdade não só para contemplá-la, mas dizer a verdade em todas as circunstâncias, sem nunca proferir com a boca do corpo algo diferente do que viu e sentiu em sua alma, preferindo a beleza sempre verdadeira da fé não só ao ouro e à prata, às pedras preciosas e aos campos agradáveis, mas também a todos os bens e toda vantagem desta vida temporal, não sei se alguém em sã consciência se atreveria a dizer que estaria errado.

E se prefere e estima a verdade a todas essas outras coisas, com razão, ele a preferiria às coisas temporais de outros homens, que, por sua inocência e benevolência, ele deveria guardar e ajudar. Pois ele amaria a fé perfeita, não só acreditando simplesmente em tudo o que lhe seria confiado por uma autoridade superior e confiável, mas também afirmando fielmente o que ele julga que deve dizer e assim o diz. Pois a fé é dita assim na nossa língua porque faz o que diz; o que obviamente não ocorre com aquele que mente. E, ainda que se viole menos [gravemente a verdade], quando alguém mente sem incômodo nem prejuízo algum, com a intenção de defender a saúde ou manter a pureza do corpo, no entanto, se se viola a verdade, de fato se viola a castidade e santidade da alma que deveriam ser mantidas.

Portanto, somos forçados, não pela opinião dos homens, que muitas vezes é errônea, mas pela verdade em si, esse poder superior a tudo e absolutamente invencível, a preferir a fé perfeita à pureza do corpo. A castidade da alma é o amor ordenado que não submete o superior ao inferior. O que se pode profanar no corpo é sempre inferior ao que se pode ofender na alma. Certamente, quando alguém mente para defender a pureza do corpo, se dá conta de que, ao profanar seu corpo, não é dominado por sua própria concupiscência, senão pela alheia, e de que o que tem de tomar

cuidado é para não consentir em permiti-la. Porque essa permissão, de onde vem senão da alma?

Portanto, até mesmo a pureza do corpo não se pode corromper senão na alma, e, se esta não der o seu consentimento ou autorização, de forma alguma pode ser dito que viola a pureza do corpo, pois tudo o que aconteceu no corpo foi perpetrado por concupiscência alheia. Portanto, concluímos que devemos cuidar, sobretudo, da castidade de alma, [pois] é na alma onde está a defesa da pureza do corpo. Portanto, no que depende de nós, fortifiquemos e protejamos ambas, com a santidade de nossos costumes e boa conduta, para impedi-las de serem violadas. Mas, quando não for possível manter as duas coisas, não é óbvio o que devemos preferir? Quem não vê o que tem de preceder, a alma ao corpo ou o corpo à alma, a castidade da alma à pureza do corpo ou a pureza do corpo à castidade da alma? Quem não vê o que se deve escolher, entre permitir o pecado alheio ou cometer o próprio pecado?

Resumo: nunca mentir

42 Está claro, pois, que todos os textos das Escrituras aqui discutidos não nos admoestam outra coisa senão que nunca se deve mentir, posto que não encontramos nenhum exemplo de mentira digno de imitação, nem nos costumes nem no modo de agir dos santos. Pelo menos no que diz respeito às Escrituras, que não apontam para qualquer significado alegórico, como, por exemplo, nos eventos narrados nos *Atos dos Apóstolos*. Pois tudo o que se diz do Senhor no Evangelho, e que aos ignorantes parece ser mentira, sempre tem um significado metafórico. Quanto ao que diz o Apóstolo: “Fiz tudo com todos, para salvar a todos”,^[79] não significa que ele tenha usado [do artifício] da mentira, mas que agiu com compaixão, com tamanha caridade para salvá-los, como se ele próprio tivesse sofrido o mal do qual pretendia salvá-los. Portanto, nunca se deve mentir na doutrina da piedade. É um grande crime esse primeiro tipo de mentira e [certamente] o mais detestável.

Também não se deve mentir com o segundo tipo de mentiras, pois jamais se deve prejudicar a ninguém. Não mintas com as mentiras do terceiro tipo, porque não se deve favorecer a ninguém em detrimento de outro; nem com as mentiras do quarto tipo, isto é, pelo puro desejo de mentir, porque é um vício em si mesmo. Não mintas com o quinto tipo de mentiras, porque, se não se deve dizer a verdade com o único propósito de agradar aos homens, quanto menos a mentira, que, por si só, como mentira, é sempre detestável. Também não se deve mentir com as mentiras do sexto tipo, pois nunca se deve alterar o testemunho da verdade pelo bem temporal ou a saúde de ninguém. Nem se deve conduzir ninguém à salvação eterna por meio da mentira, nem convertê-lo aos bons costumes pelas más obras de quem o converte; pois, após sua conversão, ele acreditará que deve fazer o mesmo com outros, e assim não se converterá aos bons costumes, mas aos ruins, uma vez que se propõe a imitá-los, seguindo o modelo que foi oferecido para sua conversão.

Tampouco se deve mentir com o sétimo tipo de mentira, pois não devemos preferir a comodidade ou a saúde temporal de alguém à perfeição da fé. Nem devemos abandonar as nossas boas obras, ainda que alguém as interprete tão mal, a ponto de tornar-se interiormente pior [do que já o é] e se distanciar ainda mais do [caminho] da piedade. Pois, antes de mais nada, devemos nos manter firmes a ponto de chamar e atrair aqueles a quem amamos como a nós mesmos, e, com uma mente altamente resoluto, devemos beber nesta sentença do Apóstolo: “Para uns, somos perfume de morte que leva à morte; para outros, somos perfume de vida que leva à vida. E quem estaria à altura de tal missão?”.^[80] Também não se deve mentir com o oitavo tipo de mentira, porque, quando se trata do bem, é preferível a castidade da alma à pureza do corpo, e, entre as coisas más, aquilo que nós mesmos fazemos àquilo que [não só fazemos] mas desejamos fazer.

No entanto, dentre esses oito tipos de mentira, um homem pecará menos na proporção em que ele mente se aproximando do oitavo tipo; e pecará tanto mais quanto mais se aproxima do primeiro. Mas engana-se profundamente quem pensa que existe algum tipo de mentira que não seja pecado, pois um homem [não pode] ser considerado justo se engana os outros.

43 Tão grande é a cegueira que invade a alma dos homens que, se lhes disséssemos que algumas mentiras não são pecados, ainda assim isso seria pouco para eles, e alegariam que em alguns casos seria um erro não mentir. Dessa forma, guiados pela defesa da mentira, dizem que Paulo teria usado o primeiro tipo [de mentira], que é o mais hediondo de todos. Pois afirmam que na *Carta aos Gálatas*, assim como todas as outras, escrita [para ensinar] sobre a doutrina da religião e da piedade, [o Apóstolo] teria mentido naquela passagem que se refere a Pedro e Barnabé: “Quando viu que eles não andavam retamente conforme a verdade do Evangelho”. Pois, querendo defender Pedro do seu erro e do mau caminho em que havia caído, estava determinado a destruir o mesmo caminho da religião, o único que pode salvar, quebrando e menosprezando a autoridade das Escrituras.

Não percebem que acusam o Apóstolo não apenas do crime de mentir, mas de perjúrio na mesma doutrina da piedade, ou seja, em uma carta em que prega o Evangelho e, onde um pouco antes, tinha dito: “Tenho a Deus por testemunho que não minto nas coisas que escrevo”.^[81] Mas é hora de estabelecer limites para esta discursão: de todas as coisas até aqui consideradas, nada pode ser melhor pensado e pedido [a Deus] do que aquilo que diz o Apóstolo: “Deus é fiel e não permitirá que sejais tentados além de suas forças. Pois, junto com a tentação, dará a vós os meios de sair dela e a força para suportá-la”.^[82]

CONTRA A MENTIRA

Circunstâncias da obra

1 Muitas coisas me enviaste para ler, meu querido irmão Consêncio,^[1] várias coisas. Assim, enquanto me preparava para respondê-las, dividido [como estava] entre diferentes outros trabalhos, o ano acabou passando. Agora, me vejo reduzido ao desespero, [tentando] de algum modo responder-te para não segurar por mais tempo o portador que, devido ao tempo favorável para navegação, deseja voltar para sua terra natal. Então, li tudo o que de imediato me enviaste através do bom servo de Deus, Leonas. Depois voltei a repensar e agora a ditar a resposta e tudo o que estive meditando cuidadosamente.

Estou muito satisfeito com a tua eloquência, teu vasto conhecimento das Sagradas Escrituras, tua rapidez de raciocínio, a compaixão com que censuras os católicos negligentes, bem como o zelo com que protestas contra os hereges escondidos. Porém, não estou persuadido de que devemos livrá-los do seu engano por meio de mentiras. Pois por que havemos de empreender tanto esforço para livrá-los e resgatá-los, senão para que possamos também ensinar-lhes a verdade, ou ao menos convencê-los de seus erros e, assim, impedir que prejudiquem a outras pessoas? Este é, portanto, o nosso intuito: que sua mentira seja destruída, ou que ninguém caia nela, e assim triunfe a verdade divina. De outro modo, como poderíamos corrigir adequadamente uma mentira com outras mentiras? Ou acaso podemos perseguir os furtos com outros furtos, os sacrilégios com outros sacrilégios ou os adultérios com novos adultérios? Ou será que também vamos dizer: “Se a verdade de Deus ganha terreno com a minha mentira, façamos o mal para que resulte no bem”?^[2] [Bem] vês como o Apóstolo odeia esse procedimento. Ou ainda: “mentimos para atrair a nossa verdade os hereges mentirosos”, e: “deixe-nos fazer o mal para que resulte no bem”?

Acaso a mentira pode ser alguma vez boa, ou, em alguns casos, não ser um mal? Então, por que escreveu: “Odeia, Senhor, a todos os que praticam a iniquidade, e perderás todos aqueles que dizem mentira”?^[3] Aqui não há exceção, nem nada é dito com ambiguidade de modo que se pudesse entender [apenas] alguma coisa, e não tudo. Mas foi proferida uma sentença universal, que diz: “Perderás todos aqueles que dizem mentira”. Ou será que, porque não foi dito: “Perderás todos aqueles que dizem todos os tipos ou qualquer tipo de mentira”, então devemos supor que exista algum lugar para a mentira, de modo que uma mentira possa ser proferida e Deus não a condene? Nesse caso, Deus puniria apenas aqueles que contam mentiras injustas, e não qualquer tipo de mentira, pois haveria aquelas [não apenas] justas, mas que mereceriam ser louvadas e não condenadas?

Os priscilianistas^[4]

2 Não percebes como essa disputa favorece aquelas mesmas pessoas a quem queremos conquistar como uma grande presa por meio de nossas mentiras? Esse é o comportamento dos priscilianistas, conforme você mesmo demonstrou nesta sentença: “Assim, para justificar seu erro, citam testemunhos das Escrituras, incitando seus homens a que mintam segundo o exemplo dos patriarcas, profetas, apóstolos e anjos. E ainda acrescentam que mesmo nosso Senhor Jesus Cristo também agiu dessa forma!”. E, não encontrando outra maneira de demonstrar a veracidade de sua mentira, alegam que a verdade foi mentirosa. Todavia, essas coisas devem ser combatidas, jamais imitadas. Não devemos comungar do mesmo mal dos priscilianistas, especialmente naquilo em que demonstram serem piores que outros hereges. Pois somente eles, ou principalmente eles, se atrevem a fazer da mentira um dogma para esconder o que eles acreditam que seja sua verdade.

Assim, para justificar esse grande mal, afirmam que não há nenhum pecado em mentir com a boca aos estranhos, desde que se guarde no coração a verdade, pois assim está escrito: “Aquele que diz a verdade em seu coração”.^[5] Como se isso fosse suficiente para a justiça, [o fato] de uma mentira ser dita com a boca e escutada por um estranho, e não por uma pessoa próxima. Por isso, acham que esse também era o pensamento do apóstolo Paulo quando disse: “Despojados da mentira, falai a verdade”, e em seguida: “Cada um diga a verdade ao seu próximo, pois somos membros uns dos outros”.^[6] Como se, para com aqueles que não são nossos próximos na comunidade de verdade e, por assim dizer, os nossos membros, fosse lícito e conveniente mentir.

A mentira torna vão o martírio

3 Esse pensamento desonra os santos mártires, fazendo desaparecer, até mesmo, o valor do martírio. Segundo eles, os mártires teriam agido com mais sabedoria e retidão se não tivessem se confessado cristãos diante de seus perseguidores, pois, assim, evitariam que estes se tornassem assassinos. Porém, mentindo e negando o que eram, teriam preservado a vida do corpo e a fé no coração, ao mesmo tempo em que impediriam aqueles de cometerem o crime que já estava decidido. Desse modo, já que não se tratava de pessoas próximas à sua fé cristã, mas de inimigos da verdade, não deveriam falar com a boca a verdade que estava em seu coração.

Se, pois, Jeú, que eles maliciosamente evocam como exemplo clássico de se mentir com prudência, mentiu fingindo ser um fiel servo de Baal, para exterminar os adoradores de ídolos, com muito mais razão, dizem em sua perversidade, em tempos de perseguição, os servos de Cristo devem fingir-se servos de Satanás, para que os servos do diabo não exterminem os servos de Cristo. E assim, se Jeú rendeu sacrifício a Baal para matar os homens, por que não poderão os cristãos render sacrifícios aos ídolos para salvar os homens? Assim, que mal ele teria feito, de acordo com essa ilustre doutrina de mentirosos, ao fingir esse culto material ao diabo, se em seu coração conserva o culto íntegro ao seu Deus?

Mas os verdadeiros mártires, os santos mártires, não compreenderam dessa maneira [a doutrina] do Apóstolo. Eles viveram e sustentaram com firmeza o que está escrito: “Com o coração se crê para ser justificado, mas com a boca se confessa para a salvação”,^[7] e: “Em sua boca nunca se encontrou mentira”.^[8] E, dessa forma, se mantiveram irrepreensíveis, seguiram seus caminhos às moradas celestiais onde não precisam se proteger contra as tentações da mentira, pois ali já não há mais mentiras nem aos próximos nem aos estranhos. Eles certamente não teriam imitado a conduta de Jeú, que usando de uma mentira diabólica permitiu que cometessem um sacrilégio sangrento, mesmo que a

própria Escritura tenha silenciado sobre seu modo de ser.^[9] Mas, como está escrito que ele não possuía um coração reto diante de Deus, de que lhe serviu receber a recompensa passageira de um reino temporal como prêmio por sua obediência em exterminar completamente a casa de Acab, pela qual mostrou um enorme desejo de dominar?^[10]

Portanto, irmão, rogo-te que defendas a verdadeira doutrina dos mártires e te convido a que não sejas doutor da mentira, mas defensor da verdade diante dos mentirosos. Presta atenção às minhas palavras, pelas quais recomendo fortemente que descubras quão cuidadosamente deves fugir dessa posição da qual me falas, para descobrir, corrigir ou evitar os hereges, cujo zelo é, certamente, louvável, mas a doutrina é incauta e imprudente.

A mentira do católico é mais grave que a do herege

4 Existem muitos tipos de mentiras, mas a todos devemos condenar sem distinção, uma vez que não há mentira que não seja contrária à verdade. Pois assim como a luz e as trevas, a piedade e a impiedade, a bondade e a maldade, o pecado e a reta ação, a sanidade e a demência, a vida e a morte são completamente opostas entre si, assim também acontece com a verdade e a mentira. Portanto, quanto mais amamos a verdade, tanto mais devemos odiar a mentira.

Contudo, existem certas mentiras que, embora ditas com a intenção de enganar, em nada prejudicam a quem nelas acredita, ainda que sejam danosas para quem as diz. Por exemplo, se o irmão e servo de Deus, Fronto, tivesse te enganado nas coisas que te disse – longe de mim pensar assim! –, certamente teria prejudicado a si mesmo, não a ti, ainda que tu tivesses acreditado, sem nenhuma maldade, em seu testemunho. Porque, se essas coisas aconteceram dessa forma ou não, se se acredita que aconteceu assim, ainda que não tivessem acontecido assim, nada disso deve ser considerado como contrário à regra da verdade ou à doutrina da salvação eterna. Pois, se alguém está mentindo em relação à doutrina de Cristo, de forma que quem nele crer venha a tornar-se um hereje, quanto mais grave é a culpa de quem mente, mais miserável é aquele que nele crê.

Vê, pois, quão grave [se torna o pecado] quando mentimos contra a doutrina de Cristo, pois matamos a alma daquele que acredita em nós. Assim, sob o pretexto de atrair os inimigos dessa doutrina [para a verdade], acabamos por nos aproximar dela; e, ao conquistar os mentirosos mentindo, lhes ensinamos uma forma mais grave de mentira. Pois uma coisa é o que eles dizem quando mentem, e outra, quando estão equivocados. Porque, quando ensinam sua heresia, dizem coisas sobre as quais estão enganados, mas quando dizem sentir o que não sentem, ou não sentir o que sentem, estão proferindo mentiras. Se alguém acreditar neles, ainda que não descubra sua farsa, não perecerá por isso. Pois ninguém abandona

a fé católica por acreditar ser católico um herege que mente proferindo dogmas católicos; e, portanto, não comete nenhum mal, pois ele se engana acerca do pensamento deste homem – que se encontra velado [no interior de sua mente], não sendo possível conhecê-lo –, e não a respeito de sua fé em Deus, que deve conservar íntegra.

Apesar disso, quando ensinam sua heresia, os que neles creem e a julgam verdadeira se tornam partícipes do seu erro e de sua condenação. Ou seja, quando eles ensinam suas heresia, aqueles que são enganados e acreditam em sua falácia cometem erro mortal e, por isso, perecerão. Mas nós, quando pregamos os dogmas católicos em que temos a verdadeira fé, então quem crer se encontrará, ainda que esteja perdido. Por outro lado, quando os priscilianistas, para ocultar seu veneno, fingem ser um de nós, e algum católico acredita nele, este permanecerá fiel católico, ainda que eles permaneçam [priscilianistas]. Mas, ao contrário, se, para denunciá-lo, nos fingimos priscilianistas e aprovamos seus dogmas, como se fossem os nossos, e alguém acreditar nisso, permanecerá conosco ou se perderá com eles. O que acontecerá depois, quando chegar a hora de libertá-los e finalmente dizer-lhes a verdade, isto é, que foram enganados por nossas mentiras? Será que estarão dispostos a ouvir os ensinamentos de uma pessoa que já lhes mentiu anteriormente? Quem saberá ao certo?

Disso tudo, o que se deduz é que é mais pernicioso, ou, para ser mais gentil com o termo, é mais perigoso para o católico mentir para converter os hereges do que para os hereges mentir para escapar dos católicos. Com efeito, quem acredita no católico que mente para convencer as pessoas, ou torna-se herético ou confirma sua heresia, ao passo que aquele que acredita nos hereges que mentem para escapar não deixa de ser católico.

Para que isso fique ainda mais claro, vamos propor alguns exemplos extraídos dos mesmos textos que tu enviaste para eu ler.

Um exemplo

5 Eis que colocamos ante nossos olhos um espião habilidoso que se aproxima de um homem, suspeito de ser priscilianista, e começa a elogiar falsamente o bispo Dictínio,^[11] seja porque o tenha conhecido em vida ou apenas ouvido falar dele. Isso parece ser algo aceitável, porque se supõe ter sido católico, pois se arrependeu dos seus erros.

Depois – prosseguindo na arte de mentir –, evoca com reverência a Prisciliano, homem perverso e execrável, condenado por seus hediondos crimes e pecados. Com essa venerável evocação, são montadas poderosas armadilhas, pois, se o ouvinte não for um priscilianista convicto, será convencido para tal por essa pregação. Então, prosseguindo com seu discurso, o espião [agora] dirá que tem piedade daqueles que o autor das trevas envolveu em erros tão hediondos que os fez esquecer a dignidade de sua alma e a clareza de sua linhagem divina.

Em seguida, discorrerá sobre o livro de Dictínio, intitulado *Libra*,^[12] [que traz esse nome] devido ao fato de que contém doze questões, como se fossem doze onças. Então, fará grandes elogios a esse livro que contém horríveis blasfêmias, mas que, para ele, é muito mais valioso do que muitos milhares de libras de ouro. E, assim, essa artimanha acaba matando a alma do crente, ou, se a mesma já estiver morta, será introduzida e enterrada no mais profundo poço da morte.

Mas poderás dizer: “ela logo será libertada”. E se isso não acontecer, seja por algum obstáculo que ocorra e o impeça de concluir esse projeto, seja pela obstinação da mente do herege de negar, pelo menos em parte, aquilo que tinha começado a professar? Principalmente, se [o herético] descobrir que foi enganado por um desconhecido, ele tentará, com toda a sua astúcia, ocultar o que sente através de mentiras, sobretudo quando obteve a certeza de que isso pode ser feito sem culpa, dado o exemplo de seu tentador. E então, a esse homem, que acha que

pode salvar a verdade através da mentira, como podemos culpá-lo e condená-lo por aquilo que temos lhe ensinado?

Seguir o método dos hereges é distanciar-se da verdade

6 Nos resta, portanto, condenar, sem hesitação e com piedade sincera, a falsidade com que os priscilianistas, em sua nefasta heresia, pensam sobre Deus, sobre a alma, sobre o corpo e sobre outros assuntos. Dessa forma, em relação ao fato de que se possa mentir para esconder a verdade, seria um dogma comum para nós e para eles. E isso é um mal tão grande que mesmo essa nossa tentativa de vencê-los e convertê-los por meio de mentiras [em nada adiantaria, visto que, nesse caso,] não haveria ganhos que pudessem compensar tal dano, e assim, na tentativa de corrigi-los, acabaríamos nos tornando como eles.

Com isso, por meio dessa mentira, assim como eles foram em parte corrigidos, seríamos nós também em parte corrompidos, uma vez que não houve correção quanto ao que eles pensam, ou seja, ao fato de que se possa mentir em favor da verdade. Pois aprendemos e ensinamos a mesma coisa. É necessário mostrar isso para eles, para que assim possamos corrigi-los. Só que, nesse caso, nós não corrigimos esse erro. Isso devido ao fato de que não arrancamos deles esse pensamento equivocado de que é possível encobrir a verdade, mas, ao contrário, nos enganamos a nós mesmos ao buscá-los por meio desse mesmo artifício.

Além disso, nunca podemos conhecer a sinceridade da conversão daqueles aos quais mentimos quando estavam pervertidos, pois acaso não irão fazer, uma vez apanhados, o que a eles fizemos para apanhá-los, não só porque estavam acostumados a usar dessa artimanha, mas porque a encontraram entre nós quando aqui chegaram?

Uma única mentira arruína a fé de outras pessoas

7 E o que é mais lamentável nisso tudo é que eles já eram tidos quase como que fazendo parte dos nossos, mas agora já não conseguem encontrar nenhum motivo para acreditar. Pois surge a suspeita de que, ao expormos o dogma católico, recorreremos à mentira para ocultar não sei que outras coisas que consideramos como verdade. Certamente, tais suspeitos diriam que isso foi feito [apenas] para que eles fossem apanhados. Assim, o que responderás quando eles te disserem: “Como podemos saber se não estás usando desse artifício agora para não ser pego por nós?”. Ou quem será persuadido de que um homem minta para ganhar outro, e não minta para ser apanhado? Percebes até onde pode ir esse mal? Pois não só nos torna suspeitos perante eles e eles para conosco, mas faz com que cada irmão, não sem razão, suspeite um do outro. E assim, enquanto você recorre à mentira para ensinar a fé, obtém o contrário, isto é, que não se tem mais fé em ninguém. Além disso, se mentir é falar contra Deus, que mal mais grave poderemos encontrar que uma mentira? Não se trata assim de um mal tão ímpio que devemos evitá-lo acima de tudo?

É pior um católico que nega sua fé que um herege que nega sua heresia

8 Agora advirto que, em nossa comparação, é mais tolerável a mentira dos priscilianistas, que não sabem que falam falsamente, do que nossas mentiras, com as quais pensamos livrá-los das falsidades em que caíram por engano. O priscilianista diz que a alma é parte de Deus, de sua mesma substância e natureza. Essa é uma grande e detestável blasfêmia. Pois disso se segue que a natureza de Deus pode ser aprisionada, iludida, equivocada, perturbada, manchada, danificada e torturada.^[13] Se, portanto, o mesmo é dito por quem, por meio de mentiras, deseja libertar o priscilianista de tão grave erro, vejamos então qual a diferença entre esses dois tipos de blasfêmias.

Muitos dizem: o priscilianista acredita no que profere, mas o católico afirma sem acreditar. O primeiro blasfema sem saber, mas o segundo, sabendo. Um se volta contra a ciência, o outro contra a consciência. O priscilianista detém a cegueira da falsa percepção, mas, pelo menos, traz consigo o desejo de dizer a verdade, enquanto o católico vê a verdade em seu interior, mas mente voluntariamente. No entanto, podes retrucar: “o primeiro ensina isso para tornar os homens partícipes de seu erro e loucura, enquanto o católico o faz para libertar os homens desse erro e loucura”. Já mostramos anteriormente o quanto é prejudicial acreditar que se possa retirar algum proveito disso.

No entanto, se ponderarmos sobre esses dois males apresentados – uma vez que os bens futuros que os católicos [pretendem obter] com a conversão do herege são incertos –, perguntamos: Quem peca mais gravemente: o que engana o outro homem inconscientemente ou o que blasfema contra Deus conscientemente? Certamente, qualquer pessoa que, com piedosa solicitude, antepõe Deus ao homem sabe qual é o caso mais grave. Além disso, se temos que blasfemar contra Deus, para que os homens possam louvá-lo, sem dúvida alguma nossa doutrina e nosso exemplo ensinam aos homens não só a louvar a Deus, mas

também a blasfemar contra Ele. Porque, se nos empenhamos em atrair os homens para louvar a Deus por meio de blasfêmias e se, de fato, conseguimos, não só aprenderam a elogiar, mas também a blasfemar contra Ele.

E este é o benefício que lhes fazemos: libertá-los da heresia para blasfemar não por ignorância, mas com conhecimento de causa. Pois, enquanto o Apóstolo exorta os homens, inclusive o próprio Satanás, para que aprendam a não blasfemar,^[14] nós tentamos libertar os homens de Satanás, para que aprendam a blasfemar não por ignorância, mas com consciência. E assim, nós, seus mestres, nos aproximamos desta grande ruína, uma vez que, para conquistar os hereges, nos tornamos, antes, blasfemadores de Deus. Isso é o que temos por certo; quanto à intenção de instruí-los na verdade, e assim, libertá-los do erro, esse [assunto] é completamente incerto.

Se o católico mente, torna-se pior que o priscilianista

9 Posto que ensinamos os nossos a blasfemar contra Deus para que os priscilianistas acreditem em nós, vejamos quantos males eles dizem quando mentem para que nós creiamos neles.

Eles excomungam Prisciliano e até o amaldiçoam, assim como fazemos; dizem que a alma é uma criatura de Deus, e não uma parte dele; abominam os falsos mártires dos priscilianistas; exaltam com grandes elogios os bispos católicos, que desmascararam, combateram e esmagaram essa heresia, e muitas outras coisas desse tipo.

Pois bem, nesse caso, dizem coisas verdadeiras quando mentem; não que a verdade possa ser simultaneamente verdadeira e falsa, mas, em certo sentido, mentem e, noutro, dizem a verdade. Com isso, eles mentem quando dizem que pertencem aos nossos, e expressam a verdade quando falam sobre a fé católica. E, portanto, para que eles não sejam descobertos como priscilianistas, falam de maneira mentirosa a verdade; mas nós, para que possamos conquistá-los, não só falamos fingidamente, para que acreditem que pertencemos a eles, mas dizemos coisas falsas que sabemos que fazem parte de seus erros. E assim, quando querem parecer estar do nosso lado, dizem algo em parte falso, em parte verdadeiro. Logo, é falso que façam parte dos nossos, mas é verdade que a alma não é parte de Deus.

Todavia, quanto a nós, quando queremos que pensem que pertencemos a eles, dizemos duas coisas falsas: uma, que somos priscilianistas, e outra, que a alma é parte de Deus.^[15] Assim, eles, quando se escondem, não blasfemam, mas louvam a Deus, e quando não se escondem, mas revelam sua doutrina, não sabem que blasfemam. Então, se algum dia se converterem à fé católica, podem se confortar, dentre outras coisas, naquilo que disse o Apóstolo: “Primeiro fui blasfemo, mas obtive misericórdia de Deus, porque não sabia o que fazia”.^[16] Nós, ao contrário, para que se abram para nós, os enganamos com uma mentira que acreditamos ser justa, e, a fim de ganhá-los e atraí-los, confessamos

abertamente pertencer aos blasfemadores priscilianistas, e assim, para que creiam em nós, blasfemamos sem a desculpa de fazê-lo por ignorância. Porque quando um católico blasfema, porque quer se passar por herege, ele nunca pode dizer que não sabia o que fazia.

Renegar a Cristo de mentira é renegá-lo de fato

10 Nesses casos, irmão Consêncio, devemos sempre nos lembrar com temor destas palavras: “Aquele que me negar diante dos homens, eu o negarei diante de meu Pai que está nos céus”.^[17] Acaso não nega a Cristo diante dos homens aquele que o nega perante os priscillianistas, a fim de desmascará-los e subjugá-los por meio de uma mentira blasfema? E quem duvida – diga-me, por obséquio – que Cristo seja negado quando se diz que Ele não é o que realmente é, e, [ao contrário,] se afirma aquilo em que os priscilianistas acreditam?

Objeções e respostas

11 Mas me dirás: “esta é a única maneira de desmascarar os lobos vestidos com pele de cordeiro, que de seus esconderijos assolam o rebanho do Senhor”. Agora, dize-me: como os priscilianos se tornaram conhecidos antes dessa caçada baseada em mentiras? Como se penetrou no covil do próprio fundador, este certamente mais astuto e, portanto, mais protegido? Quantos foram capazes de aceitar a misericórdia da Igreja, tantos confessos e condenados, e um número quase incontável de convertidos, e outros ainda em processo de conversão?

O Senhor, quando usa de sua misericórdia, oferece muitos caminhos para que possamos encontrá-lo, dois dos quais são mais felizes que os outros: aquele [no qual se encontram as pessoas] que desejaram se afastar [mas não se afastaram], e o outro, cujas pessoas se afastaram, mas depois se mostraram arrependidos e retornaram, e, em ambos os casos, denunciaram seus sedutores. Assim, torna-se mais fácil destruímos seu erro pernicioso, não os apanhando com mentiras, mas com discursos verdadeiros. Por isso, debes dedicar-te a escrever obras desse tipo, já que o Senhor te conferiu dom para isso.

Esses salutareis escritos, pelos quais se destrói a insana perversidade dos priscilianistas, devem ser difundidos cada vez mais entre todos os católicos, pelos bispos que falam com o povo ou pelos estudiosos inflamados pelo zelo divino. Estas serão as armadilhas santas que verdadeiramente apanharão os priscilianistas, sem o recurso de mentiras. Pois, vencidos dessa forma, eles confessarão espontaneamente o seu erro, e corrigirão gentilmente os seguidores conhecidos de sua maléfica seita e, movidos pela misericórdia divina, os trarão até nós. E se, por acaso, tiverem vergonha de confessar as tramoias de suas frequentes mentiras, então serão curados pela mão oculta e misericordiosa de Deus.

Contra a mentira usem-se o amor e as armas da verdade

12 Talvez repliques: “porém, mais facilmente penetraremos em seus esconderijos se fingirmos ser o que eles são”. Se isso fosse lícito ou apropriado, Cristo o teria recomendado às suas ovelhas para que, vestidas com pele de lobo, se misturassem entre eles para poder descobri-los através da arte das falácias; mas não lhes disse isso, mesmo quando previu que as iria enviar para o meio de lobos.^[18]

Mas me dirás: “não precisávamos procurá-los, pois estavam muito às claras, mas era necessário apenas suportar suas cruéis mordidas”. E o que aconteceu em relação aos tempos vindouros, anunciados [nas Escrituras], quando [o Cristo] previu que teríamos lobos vorazes vestidos em pele de cordeiro? Não havia espaço naquele momento para dar este conselho e dizer: “e vós, para desmascará-los, vesti-vos em pele de lobo, mas interiormente permanecei como ovelhas”? Não, ele não falou isso, mas como que [profetizando] afirmou: “muitos virão até vós vestidos em pele de ovelhas, mas por dentro são lobos vorazes”. Ele não acrescentou: “com suas mentiras os descobrireis”, mas sim, “por seus frutos os conhecereis”.^[19]

A mentira deve ser evitada pela verdade, conquistada pela verdade e aniquilada pela verdade. Longe de nós superar as blasfêmias dos ignorantes blasfemando conscientemente! Longe de nós evitar os pecados comentendo falácias! Pois como é que os vamos evitar se, para evitá-los, acabamos por fazê-los? Se, para descobrir o que blasfema inconscientemente, blasfemamos conscientemente? É muito pior o que eu faço do que aquilo que tento corrigir, se, para desmascarar o que nega a Cristo sem saber, nego Cristo sabendo, se para salvar [o inimigo] encontro minha ruína, uma vez que para ganhá-lo tenho de perecer.

A fé deve ser professada

13 Acaso dirás que quem procura desmascarar os priscilianistas dessa maneira [ou seja, por meio de mentiras] não nega a Cristo, uma vez que, por sua boca, ele afirma coisas que não acredita em seu coração? Como se, na verdade – como foi dito antes –, quando foi dito que “com o coração se crê para alcançar a justiça”, em vão tenha sido adicionado, “e com a boca se confessa para alcançar a salvação”.^[20] Acaso não guardaram, em seu coração, a fé em Cristo quase todos aqueles que o negaram ante seus perseguidores? E, no entanto, exceto aqueles que ressuscitaram pela penitência, todos pereceram, exatamente por não confessarem com a boca a sua salvação.

Quem seria tão tolo ao ponto de pensar que o apóstolo Pedro sentiu no coração o que disse com a boca quando negou a Cristo? Certamente, naquela negação permaneceu interiormente a verdade, enquanto em seu exterior proferiu a mentira. E se isso não bastar, por que dissolveu com as lágrimas aquilo que tinha falado com a boca,^[21] se bastaria para a sua salvação o que acreditava de coração? Por que, então, dizendo a verdade em seu coração, puniu com lágrimas tão amargas uma mentira que disse com a boca? Por que se sentiu imensamente culpado por não ter confessado com sua boca a verdade que acreditava em seu coração [tão necessária] para sua salvação?

A verdade deve estar dentro e fora

14 Portanto, sobre aquilo que está escrito: “O que diz a verdade em seu coração”, não deve ser interpretado como se, enquanto se mantém a verdade no coração, pode-se dizer mentira com a boca. Mas foi por essa razão que foi dito: é possível falar com a boca uma verdade e esta não lhe servir de nada, pois [quem fala essa verdade apenas pela boca e] não a sente em seu coração é como se não acreditasse no que diz. Esse é o caso dos hereges, especialmente dos priscilianistas, que certamente não acreditam na verdade católica, mas falam de modo a nos fazer acreditar que são dos nossos.

Eles dizem a verdade com a boca, mas não em seu coração. E assim, devem ser diferenciados daqueles sobre os quais foi dito: “Eles dizem a verdade em seu coração”. O católico deve ter essa verdade em seu coração, porque assim ele acredita e deve dizer-lhe com sua boca para que assim comece a praticá-la. E, portanto, não deve dizer nenhuma falsidade contra ela, nem em seu coração nem em seus lábios, de modo que creia em seu coração para justificá-la e, assim, com sua boca a confesse para a sua salvação. Pois no mesmo Salmo em que se diz: “O que disse a verdade no seu coração”, foi adicionado imediatamente: “não teve engano em sua língua”.^[22]

A necessidade do discernimento

15 E quanto ao que diz o Apóstolo: “Renunciando a toda mentira, cada um diga a verdade ao seu próximo, pois somos membros uns dos outros”,^[23] não pode ser entendido como se fosse permitido falar a mentira com aqueles que ainda não são membros do Corpo de Cristo conosco. Mas isso foi dito para que cada um de nós considere os que ainda não são membros do Corpo de Cristo como se fossem, mesmo que ainda que não o sejam. Isso o Senhor nos mostrou como exemplo quando disse que o samaritano estrangeiro se fez próximo daquele ao qual mostrou sua misericórdia.^[24] Assim também devemos ter por próximo e não por estranho todo aquele com quem convivemos, para que este não permaneça um estranho para nós; e, se lhe ocultamos algumas verdades, é porque ainda não foi feito participante da nossa fé e dos nossos sacramentos, no entanto nem por isso se deve dizer-lhe coisa falsa.

16 Houve também, no tempo dos apóstolos, alguns que não pregavam a verdade com veracidade, isto é, com espírito sincero. Sobre estes, disse o Apóstolo que não anunciaram a Cristo com pureza [de coração], mas por inveja e contenda. Mesmo assim, alguns foram tolerados ao anunciarem a verdade com espírito dissimulado, mas nunca se elogiou ninguém por anunciar, com reta intenção, a mentira. Finalmente, disse o Apóstolo: “Que Cristo seja anunciado, seja por pretexto, seja por verdade”.^[25] Mas de modo algum disse que Cristo seja proclamado, mesmo que tenhamos que começar negando-o.

Nunca se admita a mentira, nem a bem intencionada

17 Assim, há muitas maneiras de descobrir hereges escondidos entre nós, sem ultrajar a fé católica ou aprovar a impiedade herética. Mas, se não for possível retirar esses ímpios hereges de suas tocas, a não ser desviando nossa língua do reto caminho da verdade católica, seria mais tolerável que permanecessem ocultos onde estão, pois mentir seria um ato precipitado de nossa parte. Seria mais tolerável deixar as raposas soterradas em suas tocas, que permitir aos caçadores persegui-las e cair no poço da blasfêmia. Seria mais tolerável que a perfídia dos priscilianistas permanecesse encoberta sob o véu da verdade, que permitir que os católicos renunciem à sua fé, para não submetê-la aos elogios mentirosos dos priscilianistas.

Porque se, de fato, eram justas as blasfêmias mentirosas pelo fato de serem proferidas com a boa intenção de descobrir os hereges ocultos, também poderiam ser castos os adultérios cometidos com o mesmo intuito. E o que dizer, então, se uma das numerosas mulheres priscilianistas lançasse os olhos sobre um José católico, lhe prometendo descobrir o esconderijo dos membros de sua seita se ele a tomasse em adultério – e estando certo de que, se aceitasse, ela cumpriria o que prometeu –, devemos considerar que esse [crime de adultério] deva ser cometido? Ou devemos entender que, de forma alguma, esse preço deve ser pago em troca desse tipo de recompensa? Então, por que não nos permitimos encontrar hereges e capturá-los oferecendo o corpo ao adultério, mas acreditamos que estamos autorizados a fazê-lo permitindo que a boca se prostitua com blasfêmia? Ou será lícito defender, pelo mesmo motivo, ambas as coisas, de modo que sejam justificadas pelo fato de serem usadas para deter os injustos; ou, se a sã doutrina nos proíbe ter relações corporais com mulheres indecentes – isso sem considerar o espírito –, ainda que seja para descobrir hereges, ela também nos proíbe professar para este mesmo propósito, não apenas de coração, mas também com a boca, uma heresia impura, ou blasfemar a casta religião católica.

Pois a soberania da alma, à qual deve estar sujeito todo movimento inferior do homem, sofre um grave insulto quando o homem não faz o que deve, seja com palavras ou com algum dos seus membros.

Além disso, o que se faz na palavra se faz também com um membro, porque a língua é um membro com o qual se faz a palavra, e nenhum dos nossos membros realiza qualquer ato se antes não for concebido no coração, ou melhor, no interior do pensamento: por meio do seu consentimento se dá o que se realiza no exterior, nos seus membros. Portanto, nenhuma alma está absolvida ao realizar um ato como este, [ou seja,] mentir alegando que esse ato não provém do coração, uma vez que isso não aconteceria se a alma não decidisse fazê-lo.

A mentira, um mal em si, não pode ser boa

18 Certamente, interessa muito saber a causa, a finalidade e a intenção com que algo seja feito, mas para aquilo que é um pecado em si mesmo não pode haver causa boa nem finalidade boa, nenhuma aparente ou suposta reta intenção que possa justificá-lo. Já as obras humanas, que não são por si mesmas pecaminosas, serão boas ou más de acordo com as causas de cada uma. Por exemplo, dar comida aos pobres é uma boa obra, se realizada com misericórdia e reta intenção, assim como a união conjugal, quando realizada para gerar filhos, e com boa-fé de regenerá-los pelo batismo. Essas obras, e outras do mesmo teor, são boas ou más conforme as suas causas, pois nessas mesmas obras pode haver causas más e se converterem em pecados. Por exemplo, quando se dá comida aos pobres por vanglória, ou quando, por pura lascívia, se une o homem à sua mulher, ou quando não gera filhos para oferecê-los a Deus, mas ao diabo.

Mas quando as mesmas obras são pecados em si mesmos, tais como assaltos, estupros, blasfêmias e outras do mesmo teor, quem dirá que se possa cometer esses pecados, tendo como fim uma causa boa, de modo que não sejam pecados, ou, o que é mais absurdo, que sejam pecados justos? Quem se atreverá em dizer que, para ter o que dar aos pobres, roubaremos os ricos ou diremos falsos testemunhos, especialmente se isso não prejudicar os inocentes, mas que assim livraremos os culpados da sentença dos juízes?

Assim, dois bens se seguem desse comércio de mentiras: conseguir dinheiro para alimentar os necessitados e enganar o juiz para que não castigue a um homem. Da mesma forma, por que não poderíamos falsificar testemunhos verdadeiros e inventar outros tantos para que as heranças e legados não caiam em mãos indignas, que não fazem nenhum bem, senão que os damos àqueles que alimentam os famintos, vestem os nus, acolhem os peregrinos e constroem igrejas? Por que não fazer aqueles males

para que venham estes bens, uma vez que, por estes bens, aqueles deixam de ser males?

E, além disso, se algumas mulheres indecentes e ricas estiverem dispostas até mesmo a pagar seus amantes sedutores, por que não deveria usar essas artes e essas partes um homem misericordioso, quando as vai dedicar a uma boa causa, como adquirir bens para fazer chegar aos indigentes? Isto sim tem a ver com o que diz o Apóstolo: “Aquele que furtava, não fure mais, antes trabalhe com suas próprias mãos fazendo o que é bom, e assim terá o que distribuir com os pobres”.^[26] Então, pois, não só o mesmo roubo, mas também o falso testemunho, o adultério e toda obra má já não serão um mal, mas um bem, pois se fez com a intenção de ter com o que fazer o bem. Quem poderá afirmar essas coisas, senão aquele que pretende subverter os assuntos, as leis e a moralidade humana?

Que delito mais criminoso, que pecado mais infame, que sacrilégio mais ímpio que não se pode declarar bom e justo; não só com impunidade, mas como uma ação gloriosa, de modo que ao perpetuá-lo não só não se deve temer qualquer punição, mas esperar um prêmio; se uma vez concordamos que todas as más ações dos homens não são uma questão do que é feito, mas do propósito com o qual isso é feito, então qualquer ato inspirado por um bom motivo não pode ser julgado um ato mal?

Mas se merecidamente a justiça pune o ladrão mesmo que tenha dito e mostrado que roubou bens supérfluos dos ricos para a alimentação necessária dos pobres; se merecidamente pune o falsário, ainda que tenha afirmado que corrompeu o testamento alheio para fazer herdeiro aquele que haveria de dar abundantes esmolas e não ao que não teria de fazer nenhuma; se merecidamente pune o adúltero, ainda que prove que cometeu adultério por misericórdia, [por exemplo,] para salvar um homem da morte; e, por último – para nos aproximarmos ainda mais do assunto em questão –, se merecidamente se castiga aquele que, consciente de sua torpeza, cometeu adultério com alguma mulher dos priscilianistas, com a finalidade de descobrir o seu esconderijo; te

rogo, portanto, que, como diz o Apóstolo: “Não ofereçam vossos membros como instrumentos de injustiça para o pecado”.^[27]

Portanto, não podemos oferecer nem as mãos, nem as genitálias ou qualquer outro membro a qualquer ação pecaminosa para descobrir os priscilianistas. O que nos tem feito nossa língua, nossa boca ou nossa voz, para que as ofertemos como armas de pecado, e de um pecado tão grande como é blasfemar contra Deus conscientemente, para capturar os priscilianistas e nos livrarmos de suas blasfêmias inconscientes?

Pecados leves e graves

19 Talvez alguém dirá: “Então podemos comparar aquele ladrão comum e aquele que rouba com a intenção de fazer obras de misericórdia?”. Quem diria isso? No entanto, um não é considerado bom porque o outro é pior. Pior é roubar por ganância que roubar por misericórdia, mas se todo roubo é um pecado, temos de nos abster de todo tipo de roubo. Quem se atreverá a dizer que um é pecado e o outro não, pois uma coisa é o pecado mortal e outra o pecado venial? Por enquanto, a questão é saber se foi feito isso ou aquilo, ou seja, se houve ou não pecado, e não quem pecará de forma mais leve ou mais grave.

Porquanto a lei também pune mais levemente os furtos do que os crimes de luxúria, no entanto ambos são pecados, ainda que um seja mais grave e o outro mais leve. Desse modo, é mais leve o roubo pela ganância que o adultério com a intenção de socorrer alguém. De forma que, seguindo a sua própria espécie, esses pecados tornam-se mais leves do que outros do mesmo gênero, que parecem ser cometidos com boa intenção; ainda que, talvez estes, em comparação com os de outros tipos, pareçam ser mais graves do que os leves. Assim, é mais grave roubar por ganância do que por misericórdia, da mesma forma que é mais grave cometer adultério por luxúria do que por misericórdia, e ainda é mais grave adulterar por misericórdia que roubar por ganância. Mas, agora não interessa o que é mais leve ou o que é mais grave, mas que coisas são pecados e quais não são.

Ninguém, pois, pode dizer que se deve pecar quando se sabe que isso é um pecado, mas pode dizer se se deve perdoar ou não, quando se tem cometido o pecado desta ou daquela outra maneira.

Passagens difíceis das Escrituras

20 Contudo, admitamos: há certos pecados de compensação que perturbam a consciência humana [de tal forma] que consideramos merecedores de louvor ou que tenham sido cometidos retamente. Quem duvida ser um grande pecado um pai entregar suas filhas aos ímpios para fornicação? E, no entanto, houve uma causa pela qual um homem justo pensou que isso deveria ser feito: quando os sodomitas, em um momento de abominável luxúria, se lançaram sobre os convidados de Ló. Este disse: “Tenho duas filhas que ainda não conheceram varão; eu as trarei para vós: façam com elas o que quiserem, mas a esses homens não façais mal algum, porque eles estão hospedados sob meu teto”.^[28]

Que diremos desse fato? Não nos horroriza o crime que os sodomitas pretendiam cometer contra os convidados daquele homem justo, a ponto de o mesmo pensar que tudo que poderia fazer para evitar aquela atrocidade seria fazer o que fez? No entanto, nos impressiona, sobretudo, o fato de que, em virtude de sua justiça, Ló tenha sido salvo da destruição de Sodoma, e porque era um mal menor cometer essa desonestidade com as mulheres do que com os homens, se poderia dizer que esse fato se deve à santidade daquele homem justo, que preferiu que esse mal fosse antes cometido contra suas filhas do que contra os seus convidados. E isso não apenas desejou interiormente, mas afirmou com palavras, e o teria cumprido se aqueles homens tivessem aceito.

Mas, se abrirmos essa via de compreensão, ou seja, que podemos cometer pequenos pecados para que outros maiores não sejam cometidos, logo as fronteiras [do pecado] serão ampliadas e os seus limites desaparecerão. E assim, destruídas e removidas todas as barreiras, uma enxurrada de pecados entrará no mundo e reinará sem limite a campo aberto. A partir do momento em que for admitido que um homem pode cometer um pecado menor para evitar outro maior, naturalmente, evitaremos adultério por roubo, incesto por adultério; e se alguma impiedade nos parecer mais

grave que o incesto, até o incesto será admitido por nós, pois assim se poderá conseguir que outras pessoas não cometam uma maldade pior. E, em cada tipo de pecado, poderiam pensar que se pode trocar roubos por roubos, adultérios por adultérios, incestos por incestos, e sacrilégios por sacrilégios, os nossos pecados pelos dos outros, não só os menores pelos maiores, mas também chegando ao cúmulo de considerar cometer menos pecados que um número maior.

Por esse raciocínio, as demais pessoas nunca estariam obrigadas a evitar o pecado, mas apenas a pecar menos, pois assim também nós o fazemos. Dessa forma, estaríamos totalmente à mercê do inimigo, que poderia nos dizer: “Se não cometeres esse pecado, vou cometer um maior; se não realizares este crime, eu vou cometer muitos outros”. E assim, parece que devemos admitir o crime se desejarmos evitar o crime. O que seria pensar dessa maneira, senão delirar, ou melhor, perder a lucidez? Na verdade, tenho a obrigação de evitar a condenação que me vem da minha própria culpa, não da culpa dos outros, posto que a condenação é perpetrada contra mim ou contra outras pessoas. Pois assim está escrito: “A alma que pecar, essa é que deverá morrer”.^[29]

21 Portanto, está claro que não devemos pecar para evitar que outras pessoas cometam pecados mais graves, nem contra nós mesmos, nem contra outrem. Assim, devemos refletir sobre a atitude de Ló, para saber se é um exemplo que devemos imitar ou evitar.

O que nos parece mais importante destacar nesse caso é que, diante de tão terrível mal, bem como da impiedade perversa dos sodomitas sobre seus hóspedes, desejando Ló livrar-se [daquele mal], sem, no entanto, poder fazê-lo, a alma daquele homem justo ficou de tal modo perturbada, que preferiu seguir a tempestade nebulosa do medo humano, e não o que a tranquila serenidade da Lei divina pedia. Todavia, se nós [pudéssemos] consultá-lo, clamaria para que não agíssemos daquela forma, e [certamente] nos convidaria a evitar os nossos próprios pecados, e diria que de modo algum deveríamos pecar por temor de pecados alheios.

Assim, aquele homem justo, perturbado pelo medo dos pecados dos outros, que a ninguém pode manchar senão por consentimento, não cometeu seu pecado por querer submeter as suas filhas à concupiscência dos ímpios. E, quando lemos essas coisas nas Sagradas Escrituras, não devemos imaginar que, porque acreditamos que essas coisas de fato aconteceram, devemos também crer que assim devamos proceder, [isto é,] imitando servilmente esses exemplos, sem que venhamos a violar os preceitos [divinos]. Ou, acaso, porque Davi jurou que mataria Nabal, mas, em seguida, conduzido pela clemência, não o fez,^[30] devemos também imitá-lo, jurando precipitadamente cumprir o que mais tarde veremos que não se deve fazer? Como o medo perturbou Ló a ponto de fazer-lhe optar por prostituir suas filhas, a ira transtornou a Davi de forma que jurasse precipitadamente.

Finalmente, se fosse possível perguntar por que fizeram essas coisas, um responderia: “Temor e tremor me sobrevêm, e a escuridão me envolve”,^[31] e o outro poderia dizer: “Meus olhos estão turbados pela ira”.^[32] Não deve, pois, nos surpreender que o primeiro estivesse perturbado, envolto na escuridão do medo, nem que o segundo, cego pela raiva, não visse o que deveria ver; por isso, ambos fizeram o que não deveriam fazer.

22 E quanto ao santo rei Davi, basta dizer que não poderia ter se irritado, nem mesmo contra aquele ingrato que lhe pagou o bem com o mal. Ainda que, na condição de homem, a ira tenha lhe surpreendido, ele não deveria ter deixado que ela prevalecesse [ao ponto] de jurar o que não poderia cumprir sem usar de violência, nem deixar de cumprir sem cometer crime de perjuro. Quanto a Ló, perseguido pela loucura libidinosa dos sodomitas, quem se atreveria a dizer-lhe: “Nada temas, não te preocupes, não te espantes, não te horrorizes, não temas? Mesmo que teus hóspedes, com os quais tanto insististe para se abrigarem em tua casa com tamanha generosidade, sejam subjugados e oprimidos por homens tão perversos, e assim venham a sofrer infâmias daquelas que só podem ser cometidas contra mulheres”. Que homem, mesmo um companheiro desses criminosos, ousaria dizer tal coisa a um

hospedador tão piedoso? Com muito mais razão, ele diria: “Faze o que puderes para que não aconteça exatamente aquilo que temes. Mas que este medo não te leve a ser responsável pela maldade que cometeriam com suas filhas, caso aceitassem pecar com os sodomitas, nem por sua violação forçada, caso não aceitassem. Não cometas tu um grande pecado, por mais que te horrorize outro pecado alheio maior. Pois, por maior que seja a diferença entre o teu pecado e o dos outros, o teu será sempre teu e o dos outros sempre dos outros”. A menos que, para defender Ló, alguém seja duramente pressionado a raciocinar de forma a dizer: “é melhor receber que cometer uma injúria”. Embora os hóspedes de Ló não fossem cometer uma injúria, mas receber.

Assim, esse santo homem preferiu que suas filhas sofressem essa desonra no lugar de seus hóspedes, porque ele era senhor de suas filhas, e sabia que, nesse caso, elas não pecariam, porque sofreriam sem pecar um pecado ao qual não dariam consentimento. Além disso, não foram elas que se ofereceram ao estupro, ainda que tenham permitido para evitar que cometessem [tamanho crime] com aqueles homens, isto é, com os hóspedes do seu pai. Tampouco elas seriam responsáveis pelo consentimento voluntário à paixão concupiscente dos outros. Tampouco o pai pecou por não oferecer a si mesmo, em vez de seus hóspedes, muito embora o mal cometido a uma pessoa seja menor que aquele cometido a duas pessoas. Mas Ló resistiu com todas as suas forças para não ser contaminado com qualquer tipo de consentimento, pois ainda que o furor libidinoso [dos sodomitas] triunfasse sobre sua força física, pela recusa do seu consentimento ele não seria manchado pelo pecado dos outros. Também não pecou ao oferecer suas filhas [aos sodomitas], uma vez que não as forçou a pecar, mas apenas a tolerar o estupro. Por exemplo, é como se Ló tivesse oferecido seus servos aos pecadores para que os matassem, e, assim, evitasse que seus hóspedes padecessem.

Sobre esse assunto não devemos nos alongar, pois demandaria muito tempo [dado o seu teor controverso]. Assim, se o senhor usa corretamente do seu direito de proprietário sobre o seu servo, este poderia entregá-lo à morte, mesmo sendo inocente, para que o seu

amigo, também inocente, não fosse maltratado em sua casa por violentos malfeitores. Mas, certamente, de maneira alguma se pode dizer corretamente que Davi deveria ter jurado fazer o que, depois, viu que não devia fazer. E, assim, descobrimos que nem tudo o que os santos e justos homens fizeram legitimamente devemos ter sempre como regra de costume. Ao contrário, devemos aprender quão ampla e quão longe podem chegar as palavras do Apóstolo: “Irmãos, e se alguém for surpreendido em alguma falta, vós, que sois espirituais, corrigi com espírito de mansidão essa pessoa. E cada um olhe para si mesmo, para que não seja também tentado”.

[33]

Portanto, os precedentes da culpa estão nessas situações em que se comete um erro: seja praticando porque naquele momento não se percebeu [que seria um pecado] ou, se percebeu, [não perseverou] e foi vencido; ou porque a verdade lhe estava oculta, ou [ainda] porque foi compelido a pecar devido a sua fraqueza.

Uma coisa é ocultar a verdade, outra é mentir

23 O que mais nos inquieta, em todos os nossos atos, inclusive nos homens bons, são os pecados de compensação, de modo que nem sequer são julgados como pecados; ao contrário, há tantas razões para praticá-los que mais parece que se peca se tal pecado não for cometido. E a mentira prevaleceu de tal forma na opinião das pessoas que ela já não é considerada como um pecado, pois acreditam até que ela possa ser correta, como, por exemplo, quando alguém mente para o benefício de outro, ou para evitar danos ao outro. Para defender esse tipo de mentira, se acredita estar apoiado em muitos exemplos das Escrituras Sagradas. No entanto, ocultar a verdade e proferir uma mentira não são a mesma coisa.

Embora todo aquele que mente deseje esconder a verdade, no entanto, nem todo aquele que quer esconder a verdade mente, já que muitas vezes ocultamos a verdade não ao mentir, mas ao silenciar. Por isso, tampouco mentiu o Senhor quando disse: “Eu tenho muitas coisas a dizer, mas agora ainda não estais prontos para as receber”.^[34] [Preferiu] não falar coisas verdadeiras, porque julgou que não estavam preparados para ouvir, mas não falou nenhuma falsidade. Se não tivesse dito isso, isto é, que eles não eram capazes de suportar as coisas que Ele não quis lhes dizer, lhes teria ocultado essa parte da verdade, mas, talvez a gente não saberia que isso poderia ser feito de forma reta, ou, pelo menos, não poderíamos confirmar tal exemplo.

Consequentemente, quem assegura que se pode mentir não menciona convenientemente que Abraão chamou Sara de irmã. Pois não disse: “eis minha mulher”, mas disse: “eis minha irmã”, porque esta lhe era tão próxima de parentesco que poderia ser chamada, sem mentir, de irmã. Isso foi confirmado quando ele foi destituído e retornou, ao responder, dizendo: “É de fato minha irmã por parte de pai, não de mãe”,^[35] ou seja, por linha paterna, não materna. Portanto, silenciou para algo verdadeiro, não disse nada falso; omitiu que era sua esposa e disse que era sua irmã. Isto fez

também seu filho Isaac, pois sabemos que se casou com uma parente.^[36] Portanto, mentir não é esconder a verdade quando se cala, mas dizer o que é falso quando se fala.

Os mistérios ocultos sob as palavras da Sagrada Escritura

24 Quanto ao que fez Jacó, que usou sua mão para, ao que parece, enganar seu pai, se examinarmos com sinceridade e diligência, veremos que não se trata de uma mentira, mas sim de um mistério. Pois se chamarmos mentira a todas as metáforas e símbolos – que não podem ser tomados em seu sentido literal, mas apenas os usamos para dar sentido a outras coisas, e, portanto, devem ser entendidos em sentido alegórico – então todos [as metáforas e símbolos] seriam mentiras, o que não pode ser aceitável. Por isso, quem pensa assim tende a jogar essa calúnia sobre todas as locuções e figuras de linguagem. Então, até a mesma metáfora, isto é, a transposição de um vocábulo do seu sentido próprio para outro figurado, também teria de ser chamada de mentira. Como quando dizemos: as ondas da lavoura, as videiras [que brotam] gemas, a flor da juventude, os cabelos de neve. Sem dúvida, não encontramos ondas, gemas, flores nem neve naquelas coisas às quais nos referimos, apenas transferimos [o sentido] de outras palavras para elas, então não devem ser pensadas como mentiras.

O mesmo princípio se aplica às Sagradas Escrituras ao referir-se a Cristo como rocha,^[37] ou ao coração dos judeus como sendo de pedra,^[38] ou ao referir-se a Cristo como leão,^[39] ou mesmo ao diabo também como leão,^[40] e inúmeros outros casos deveriam também ser tidos como mentiras. E o que dizer das metáforas que atingem até as expressões chamadas de antífrase, ou seja, quando se afirma abundantemente o que não é: que é doce o que é amargo; chamar bosque luminoso ao que não tem luz, e indulgente aquele que não perdoa? E tantos outros casos que temos nas Sagradas Escrituras, como quando, se referindo ao diabo, aquele santo homem, Jó, diz ao Senhor: “Vejam se ele não te bendirá na tua face”,^[41] ao que temos que entender: “que ele não te amaldiçoará”. A mesma expressão foi usada quando os detratores de Nabot o acusaram de um crime que ele não havia cometido: “Ele bendiz o rei”,^[42] quando queriam dizer: “maldiz”.

Todas essas formas de falar, se são julgadas como mentiras, deve-se supor que sejam mentiras também as expressões ou ações figurativas. Como não são mentiras, mas apenas uma linguagem usada para auxiliar na compreensão da verdade, usa-se no sentido alegórico. Então, não só o que fez ou disse Jacó ao seu pai para que o abençoasse, nem, tampouco, o que disse José, para enganar seus irmãos,^[43] nem o louco fingimento de Davi,^[44] ou coisas similares, podem ser julgadas como mentiras, mas como palavras e ações proféticas que visam compreender [e revelar] outras verdades.

Essas verdades estão ocultas, sob véus simbólicos, para excitar o espírito piedoso do investigador, e não se aviltam ao se apresentarem desnudas e evidentes. Pois ainda que as aprendamos em outros lugares, de forma aberta e manifesta por outras passagens, nesse caso, ao descobrirmos os seus mistérios, elas parecem renascer em nosso entendimento de forma doce e renovada. O fato de serem coisas obscuras não impede o estudioso de desvelá-las, ao contrário, torna-as mais interessantes, pois, por serem obscuras, instigam o desejo com mais ardor e, assim, as desvelamos com maior prazer. De qualquer maneira, essas metáforas dizem coisas verdadeiras e não falsas, pois significam coisas verdadeiras, seja em palavra ou ação: o que significam é o que elas dizem. Mas se julga que são falsas porque não se entende realmente o que significam ou o que elas dizem, mas se acredita que dizem coisas que são falsas.

Para que isso se torne mais simples, nos exemplos acima, citam o que fez Jacó. Certamente, cobriu seus membros com pelos. Se procurarmos a causa desse fato, de imediato pensaremos que ele mentiu, pois fez isso para que se pensasse que ele era quem de fato não era. Mas se nos detivermos no sentido alegórico, ao que o fato realmente está associado, entenderemos que a pele de cabrito representa os pecados, e o fato de Jacó ter sido coberto por ela representa que ele carregava pecados que não eram seus, mas dos outros. Portanto, diante do verdadeiro sentido, ninguém poderá dizer que realmente isso se trate de uma mentira. E o mesmo [que se diz]

de sua ação, podemos dizer de suas palavras. Porque, quando o pai disse: “Quem és tu, meu filho?”, ele respondeu: “Eu sou Esaú, teu primogênito”.^[45]

Se isso se refere àqueles irmãos gêmeos, pode parecer uma mentira, mas se essas palavras e ações forem tomadas em seu sentido figurado, entenderemos que o seu corpo é a Igreja, sobre a qual está escrito: “Quando virdes Abraão, Isaac e Jacó e todos os profetas no Reino de Deus, então sereis expulsos. E muitos dos que virão do Oriente e do Ocidente, do Norte e do Sul tomarão lugar no banquete do Reino de Deus. Quanto aos últimos, serão os primeiros, e os primeiros serão os últimos”.^[46] É assim que, de certa forma, o irmão mais novo retirou [do irmão mais velho] a maior parte do direito de primogenitura e transferiu-o para si mesmo. Ao referir-se a esse evento, há coisas tão verdadeiras com significados tão verossímeis que podemos perguntar: quem poderá julgá-lo como algo feito ou dito de forma mentirosa? Porque as coisas que ele significa não é que não sejam verdadeiras, mas são ou passadas ou presentes ou futuras, e certamente têm um significado real, e de nenhum modo são mentiras. Mas seria ir longe demais para analisar em detalhes todo o sentido dessa metáfora profética, que brilha na palma da verdade, porque com o mesmo sentido com o qual foram pronunciados brilharam com toda a luz em seu cumprimento.

A oposição que usa as Escrituras para justificar suas mentiras

25 Embora tenha me colocado neste discurso, ele pertence mais a ti [que a mim], uma vez que tens desmascarado os priscilianistas no que diz respeito aos seus dogmas falsos e perversos. Observa se, ao investigar [a doutrina priscilianista], não afigure que desejas ensiná-la, quando [na verdade] o intuito é refutá-la. Portanto, faz o teu melhor para que sejam derrotados, tu que conseguiste deixá-los expostos.^[47] Ademais, não venha a acontecer que, enquanto investimos contra esses homens mentirosos, deixemos suas mentiras irrefutáveis. Assim, é preferível encontrar essas pessoas traiçoeiras e destruir as mentiras escondidas em seus corações, do que poupar suas falsidades.

Pois bem, entre os dogmas priscilianistas que devemos destruir está o que afirma que para esconder os seus sentimentos religiosos o piedoso deve mentir. E não apenas quando se tratar de coisas que se relacionam diretamente com a doutrina religiosa, mas também quando se tratar da religião, para que não fique exposta a estranhos. Assim, por exemplo, [segundo eles] deve-se negar a Cristo para que eles não pareçam cristãos diante de seus inimigos. Peço-te, pois, que te apresses para destruir esse dogma ímpio e infame que pretende se fundamentar com argumentos extraídos das Sagradas Escrituras, para que pareça que a mentira não só deve ser perdoada e tolerada, mas até mesmo honrada.

A ti, portanto, compete – ao refutar essa detestável seita – demonstrar que os testemunhos das Sagradas Escrituras devem ser interpretados ou de modo que se entenda que as mentiras não devem ser consideradas, ou que devem ser entendidas da maneira que precisam ser entendidas [ou seja, em seu sentido alegórico], ou, ainda, se realmente houver mentiras [nos Textos Sagrados], elas não devem ser imitadas, e, em todo caso, pelo menos no que se refere à doutrina da religião, em nada se pode mentir. Assim, ao destruir seus fundamentos, eles serão completamente aniquilados. Por isso, serão considerados menos adequados para serem

seguidos, e, assim, serão julgados com mais cuidado, uma vez que professam mentiras e escondem sua heresia.

É aqui que devemos combater primeiro: derrubando sua própria fortaleza com [duros] golpes da verdade. [E então], como eles não terão onde se refugiar, não devemos oferecer outro lugar para que se escondam, a não ser para aqueles que foram descobertos por aqueles que fingiram seduzir, embora não tenham conseguido, e assim digam: “só queríamos tentá-los, pois os prudentes católicos nos ensinaram que se pode usar dessa artimanha para descobrir os hereges”. Mas devo insistir com mais detalhes e explicar por que digo que existem três argumentos [que podem ser usados] para falar com aqueles que buscam justificar suas mentiras pelo testemunho das Sagradas Escrituras.

Em primeiro lugar, devemos mostrar-lhes que nada do que ali se encontra deve ser considerado mentira: basta ser interpretado segundo o seu real significado; em seguida, se ali houver alguma mentira de forma explícita, esta não deve ser imitada; e, em terceiro lugar, contrariando a opinião de todos aqueles que pensam que é permitido a um homem bom mentir em certas ocasiões, saibam que de nenhum modo se deve mentir em matéria de religião. Esses são, portanto, os três argumentos que pouco antes te recomendei e que quase te impus para que os coloques em prática.

O caso de Pedro e Paulo

26 Para demonstrar que algumas coisas que parecem mentira nas Escrituras não são o que se pensa, se entendidas corretamente, não te debes parecer de pouca importância que sempre encontremos “pseudoexemplos” de mentiras nos Livros Proféticos e não nos apostólicos. Pois todas aquelas coisas, citadas literalmente, como argumento de que alguém mentiu, se leem nos ditos livros, e não só são escritas, mas também se relatam muitos fatos em sentido metafórico, porque também têm sido realizadas em sentido alegórico.

Nessas figuras, o que parece uma mentira, se bem entendido, se vê que é verdade. Mas os apóstolos, nas suas cartas, falaram de forma diferente e, assim, também se escreveu nos *Atos dos Apóstolos*, revelando no Novo Testamento o que estava escondido em metáforas proféticas. Finalmente, em todas as cartas apostólicas, e no Grande Livro^[48] em que, com toda a verdade, narram a verdade e os fatos canônicos, não há ninguém a mentir de tal modo que se possa propor como exemplo para autorizar a liberdade de mentir.

Pois, com razão, foi repreendido e corrigido o fingimento de Pedro e Barnabé, pelo qual obrigavam a judaizar os gentios, para que, em seguida, a ninguém fizesse mal, nem tampouco servisse à posteridade como exemplo a ser imitado. Pois, como o apóstolo Paulo viu que não andavam retamente, conforme a verdade do Evangelho, disse a Pedro perante todos: “Se tu, sendo judeu, vives ao estilo dos gentios, e não dos judeus, por que obrigar a judaizar os gentios?”.^[49] E isso que ele fez, de maneira alguma pendemos a pensar que fez falsamente, mas para não parecer inimigo da Lei e dos Profetas manteve e realizou certas observâncias legítimas dos costumes judaicos.

Na verdade, a esse respeito, é bem conhecida sua opinião, na qual estava bem fundamentada: não proibir os judeus que acreditavam em Cristo de manterem as tradições dos seus pais, nem forçar os gentios a observar [tais costumes] para se tornarem

cristãos. Assim, não fugiriam dos sacramentos que Deus lhes impôs, como se fossem sacrilégios; nem pensariam que fossem tão necessários, uma vez revelado o Novo Testamento, que sem eles não poderiam se salvar aqueles que se converteram a Deus. Certamente havia alguns que acreditavam e pregavam isso, mesmo depois de receber o Evangelho de Cristo. Pedro e Barnabé concordavam com eles, fingidamente, para forçar os gentios a judaizarem-se. Pois levá-los a judaizar era pregar-lhes como obrigatórios esses sacramentos, como se o Evangelho recebido de Cristo não oferecesse a salvação sem a necessidade deles.

Isso é o que equivocadamente pensaram alguns, que pareciam temer Pedro, e era isso que Paulo censurava. Quanto ao que disse: “Tornei-me tudo para todos para salvar a todos”,^[50] o fez por meio da compaixão, não por meio da mentira. Um torna-se semelhante àquele que queria ajudar quando lhe socorre com tanta misericórdia quanto desejaria se estivesse com ele, se o mesmo estivesse no mesmo estado de miséria. Portanto, se fez igual àquele não para enganá-lo, mas para se colocar no seu lugar. Daí as palavras do Apóstolo citadas anteriormente: “Irmãos, e se alguém for surpreendido em alguma falta, vós, que sois espirituais, corrigi com espírito de mansidão a essa pessoa”, olhando para “si mesmos, para que não sejais também tentados”.

Mas se, por ter dito: “Tornou-me um judeu com os judeus, e como aqueles que estavam sujeitos à lei”,^[51] pensamos que aceitou de forma fraudulenta os sacramentos da antiga Lei, teríamos de pensar também que, do mesmo modo falacioso, aceitou a idolatria dos gentios, porque também disse que assim se tinha feito sem lei para ganhar aqueles que viveram sem lei, o que, certamente, não fez. Pois em nenhum lugar fez sacrifício aos seus ídolos ou os adorou, mas antes mostrou livremente, como um mártir de Cristo, que se tinha de detestar [essas práticas] e fugir delas.

Consequentemente, nenhuma ação e nenhuma palavra apostólicas são apresentadas como exemplos de mentira a serem imitados. Mas, dos fatos ou ditos proféticos, acredita-se que se possam extrair argumentos, porque tomam a mentira como

alegorias proféticas, que, por vezes, parecem mentira. Mas quando as relacionamos a coisas que, para significá-las, assim foram ditas e feitas, vemos que seu significado é verdadeiro, e, portanto, em hipótese alguma são mentiras, visto que a mentira é a significação de uma coisa falsa com o desejo de enganar, e não há falso significado quando se significa uma coisa por outra; pois, se se entende corretamente, o significado é verdadeiro.

Não há passagem no Evangelho que permita a mentira

27 Podemos encontrar algumas expressões no Evangelho do nosso Salvador em que Ele próprio se dignou a ser o Profeta dos Profetas. Assim são aquelas palavras que Nosso Senhor proferiu se referindo à mulher que sofria com hemorragias: “Quem me tocou?”^[52], e aquelas se referindo a Lázaro: “Onde o colocaram?”.^[53] Naturalmente, Ele sabia muito bem de tais coisas, todavia perguntou como se não soubesse. Desse modo, fingiu não conhecer, para que o seu aparente desconhecimento tivesse outro significado. E, por se tratar de uma significação verdadeira, certamente não proferiu nenhuma mentira.

Na verdade, aquela mulher que padecia com fluxo de sangue e Lázaro morto já há quatro dias representavam todos aqueles que, de certo modo, desconheciam Aquele que tudo conhecia. A mulher representava os povos gentios, de quem foi anunciado: “As pessoas que eu não conhecia, me serviram”;^[54] e Lázaro, separado dos vivos, jazia como uma parábola profética, lá onde foi dito: “Fui jogado diante de seus olhos”.^[55] E assim, na pergunta de Cristo, como se Ele não soubesse quem era aquela mulher nem onde Lázaro havia sido colocado, foi prenunciado tudo isso, e com essa significação verdadeira se evitou toda mentira.

28 O mesmo é verdade para um fato acerca do qual argumentam os priscilianistas: O Senhor Jesus, depois da ressurreição, andava com os discípulos e, enquanto se aproximava da aldeia para onde iam, fingiu ir mais adiante, segundo narra o Evangelista: “Mas Ele fingiu ir mais adiante”.^[56] Inclusive, foi utilizada a mesma palavra com a qual os mentirosos gozam de impunidade,^[57] como se fosse mentira tudo o que se finge, quando se fingem tantas coisas para poder significar, através delas, outras ainda mais verdadeiras.

Portanto, se Jesus não tivesse outra intenção ao fingir ir mais adiante, com razão se poderia pensar que se tratasse de uma mentira: mas, se compreendermos corretamente e nos referirmos àquilo que Ele realmente desejava indicar, veremos que havia ali um

mistério. Caso contrário, devemos dizer que todas as [narrativas alegóricas] que dizem coisas verdadeiras serão mentiras, pois elas, de fato, não aconteceram, mas de alguma forma se assemelham àquilo que queremos indicar com elas. Daí aquela prolixa narrativa dos dois filhos de um pai: o filho mais velho, que ficou com ele, e o mais novo, que partiu para uma região distante.^[58] Assim, por esse tipo de recurso [isto é, o fingimento], os homens atribuíram feitos e ditos humanos a animais irracionais e a coisas que não fazem sentido, de modo que, através de tais narrativas fictícias, porém muito significativas, se intuisse o que queriam com mais autoridade.

E não só isso: entre os escritores da literatura secular, como em Horácio, um rato fala com outro, e uma formiga com uma raposa, e com essa narrativa fictícia atribui-se significado ao tema em questão.^[59] Por isso, também Esopo usa suas fábulas para esse fim, e não houve ninguém tão ignorante que ousasse chamá-las de mentiras. Igualmente nas Letras Sagradas, como no *Livro de Juízes*, no qual as árvores pedem um rei e falam com o azeite, figo, vinha e mato.^[60] Tudo isso são histórias fictícias que apontam para um objetivo, que é chegar a um significado verdadeiro, por meio de uma ficção, e não através de uma mentira.

Digo isso por causa do que foi escrito sobre Jesus: “Ele fingiu ir mais adiante”, para que ninguém, com base nessas palavras, como [fazem] os priscilianistas, queira ter por lícita a mentira, inclusive insinuando que Cristo tenha mentido. Quem quiser entender o que Cristo renunciou com esse fingimento, atente para o que Ele fez e para o que realizou depois desses atos. Pois, logo depois, foi para muito mais longe, acima dos céus, e ainda assim, não abandonou os seus discípulos. [Fez isso] para significar o que mais tarde Ele realizaria com seu poder divino;^[61] assim com esse gesto humano, fingiu fazê-lo no presente. E assim, o verdadeiro significado foi renunciado num axioma fictício, e a verdade foi revelada mais tarde numa realização futura. Por isso, só entenderá que Cristo mentiu, fingindo [daquela forma], quem negar o que Ele cumpriu ao realizar o que aquilo significava.

Há exemplos no Antigo Testamento que não devem ser imitados

29 Como os hereges mentirosos não encontram, nos escritos do Novo Testamento, exemplos de mentira a serem imitados para apoiar essa disputa, julgam haver abundantes [exemplos] de mentira nos Livros Proféticos do Antigo Testamento, e como ali aqueles feitos e ditos a que se referem não aparecem de forma clara, a não ser para aqueles poucos que entendem o seu verdadeiro significado, eles acreditam encontrar e descobrir ali muitas mentiras. Mas, na tentativa de encontrar modelos a imitar, nos quais possam se esconder para poder enganar, enganam e mentem a si mesmos em sua iniquidade.^[62]

Mas, quanto a essas pessoas [citadas no Antigo Testamento], não se pode acreditar que queriam profetizar, uma vez que desejavam enganar através dos seus atos e de suas palavras; embora seus atos e palavras tragam em si um sentido profético, engendrado previamente pela onipotência daquele que sabe extrair o bem do mal praticado pelos homens. No entanto, em relação ao que disseram aquelas pessoas, não há dúvida de que são mentiras.

Todavia, isso não significa que [esses exemplos] devam ser imitados pelo fato de se encontrarem nesses livros, que merecidamente são chamados de santos e divinos; pois neles estão escritas as boas e más ações dos homens; aquelas devemos seguir, estas, evitar. Em algumas dessas ações nos é dada uma sentença, e outras tacitamente são deixadas a nosso juízo, porque não só devemos nos alimentar de verdades evidentes, mas também devemos nos exercitar em assuntos mais obscuros.

30 Por que os priscilianistas se permitem imitar a mentira de Tamar e não a fornicção de Judá?^[63] Ambas são coisas narradas nas Escrituras, sem condenação ou elogios, cabendo a nós fazer um juízo. Mas seria de admirar que se permitisse imitá-los com impunidade. Sabemos que Tamar mentiu não por viver uma vida devassa, mas sim pelo desejo de conceber. Quanto a Judá, ainda que seu ato não seja considerado fornicção, alguém poderia cometê-lo para libertar um homem, da mesma forma que a mentira

daquela mulher, que só mentiu para conceber um homem. Assim, seria permitido cometer um ato de fornicção no primeiro caso, se a mentira for admitida no segundo?

Portanto, devemos considerar com grande cuidado essa doutrina, não só no que diz respeito à mentira, mas em todas as ações humanas nos quais existem “pecados de compensação”. Mas não se conclua que tenhamos de abrir caminho não só para certos pecados menores, mas também para todos os tipos de crimes, pois não pode haver nenhum crime, nem de infâmia nem de sacrilégio, em que não se possa encontrar uma causa que pareça correta para justificá-lo, e isso significaria a falência da honradez humana.

Não há mentira justa

31 Não se pode julgar de outro modo aquele que afirma existir mentira justa, pois não há pecado justo, assim como não há coisa injusta que seja justa. Que coisa mais absurda! Pois o que é um pecado senão o que é contrário à justiça? Digamos, então, que existem pecados graves e pecados leves, apesar da opinião dos estoicos, que dizem que todos os pecados são iguais; mas dizer que há pecados justos e injustos, que é senão dizer que há iniquidades justas e injustas? Como disse o apóstolo João: “Todo aquele que comete pecado, pratica a iniquidade, porque o pecado é iniquidade”.

[64] Portanto, o pecado jamais pode ser algo justo, exceto se atribuímos o nome pecado a algo que não o seja, mas ao que é feito ou sofrido em relação ao pecado.

Assim, por vezes denominamos pecados os sacrifícios oferecidos pelos pecados ou penalidades impostas aos pecadores por seus pecados. Na verdade, estes podem ser chamados de pecados justos, porque os sacrifícios são justos e a punição é justa. Mas as coisas que são contrárias à Lei de Deus não podem ser justas, conforme a Palavra de Deus: “Tua lei é a verdade”;**[65]** e, assim, aquele que é contra a verdade não pode ser justo. Mas quem pode duvidar de que toda mentira é contrária à verdade? Portanto, nenhuma mentira é justa. Assim sendo, quem não tem certeza de que tudo o que é justo vem da verdade? Por isso, diz São João: “Nenhuma mentira vem da verdade”.**[66]** Portanto, não há nenhuma mentira que seja justa.

Consequentemente, quando nos é dado um exemplo de mentira, extraído das Sagradas Escrituras, ou não é mentira, mas acredita-se que é, porque não é compreendido; ou, se é mentira, não pode ser imitado, porque jamais será justo.

32 Porém, sobre o que está escrito que Deus beneficiou as parteiras dos hebreus**[67]** e Raab, a meretriz de Jericó,**[68]** isso não aconteceu porque elas haviam mentido, mas porque usaram de misericórdia para com homens de Deus. Elas não foram

recompensadas pelos seus erros, mas por sua bondade; por sua generosidade da alma, e não por sua mentira iníqua. E assim como não seria estranho, nem mesmo um absurdo, que Deus lhes tenha perdoado suas más ações cometidas anteriormente, em consideração às boas obras que se seguiriam posteriormente, assim também não devemos nos surpreender com o fato de que, na mesma circunstância, vendo ambas as coisas ao mesmo tempo, isto é, o ato de compaixão e o ato de mentir, Ele tenha recompensado o bem e perdoado o mal em consideração ao bem. Haja vista que, se os pecados cometidos pela concupiscência da carne, e não por misericórdia, se perdoam por outras obras de misericórdia que serão realizadas posteriormente, por que não haveriam de ser perdoados por misericórdia aqueles pecados que, por misericórdia, foram cometidos? Pois mais grave é o pecado que é cometido com a intenção de prejudicar do que aquele cometido com a intenção de ajudar. E, portanto, se aquele [pecado] se justifica por uma obra de misericórdia que será realizada posteriormente, porque este, considerado mais leve, não se justificaria pela mesma misericórdia humana, se ele precede o ato de pecar ou coexiste com o pecado?

No entanto, observa-se que uma coisa é dizer: eu não deveria ter pecado, mas, já que pequei, devo então fazer obras de misericórdia para apagar o pecado; e outra coisa é dizer: devo pecar, porque não posso ser misericordioso de nenhuma outra maneira. Por isso afirmo que uma coisa é dizer: façamos o bem, porque temos pecado; e outra coisa é dizer: pequemos para fazer o bem. Ali se diz: façamos o bem, porque temos feito o mal, mas aqui se diz: “Façamos o mal para conseguir o bem”.^[69] E assim, ali se trata de cegar a fonte do pecado, e aqui de se precaver contra uma falsa doutrina do pecado.

33 Agora, precisamos entender que aquelas mulheres, no Egito e em Jericó, foram recompensadas por sua humanidade e compaixão com um prêmio certamente temporal, de forma que, mesmo sem elas saberem, foi prenunciado, com um sinal profético, um sentimento eterno. Quanto a saber se alguma vez se pode mentir para salvar a vida de alguém, é uma questão que até mesmo os

mais doutos suam para resolver, e excede por completo àquelas mulheres que viviam instaladas e envoltas nos costumes de seu povo.

Assim, a paciência de Deus tolera essa ignorância, como outras coisas igualmente desconhecidas, mas que serão conhecidas pelos filhos dos homens não neste mundo, mas no futuro. E ainda, por causa da benevolência que eles mostraram aos seus servos, Ele lhes concedeu recompensas terrenas, mas que continham um significado celestial. E, de fato, Raab, livre de Jericó, foi incorporada ao povo de Deus, no qual, progredindo, poderia alcançar a recompensa imortal e eterna, que jamais poderia ser alcançada através da mentira.

Por outra parte, embora Raab tenha feito aquela obra boa e louvável, dada a sua condição de vida, ainda não poderia ser-lhe imputada aquela exigência [evangélica] que diz: “Seja em sua boca, sim, sim ou não, não”.^[70] Em relação às parteiras hebreias que julgavam apenas segundo a carne, de que lhes serviria a recompensa temporal, com a qual fizeram suas casas, se não tivessem progredido em direção à casa de Deus, da qual se canta: “Bem-aventurados os que habitam em tua casa, eles te louvarão pelos séculos dos séculos”.^[71]

É certo que [tudo isso] se aproxima muito da justiça, que não recorre à mentira, a não ser com a intenção de beneficiar outra pessoa, porém sem prejudicar a ninguém. Assim, seu comportamento é digno de louvor: não [o ato] em si mesmo, mas [no que diz respeito] à esperança que oferece e à disposição do seu espírito. Todavia, quando perguntamos se é bom ou não que o homem minta alguma vez, não nos referimos àquele homem sujeito à escravidão, juntamente com seus filhos, que viveu no Egito, ou em Jericó ou que pertencia à Babilônia ou mesmo à Jerusalém terrena, mas aos cidadãos daquela cidade lá de cima, que é livre, e é a nossa mãe eterna nos céus.^[72] E então, para os filhos dessa cidade, a resposta é: “Nenhuma mentira pode vir da verdade”. Pois, de fato, somos filhos da verdade.

É sobre os filhos dessa cidade que está escrito: “Em sua boca não se achou mentira”.^[73] É também acerca dos filhos dessa cidade que está escrito: “O filho que recebe essa doutrina está muito longe de estar perdido; após recebê-la a guardará para si e nada de falso sairá de sua boca”.^[74] Se desses filhos da Jerusalém celeste, a cidade santa e eterna, tendo em vista sua condição humana, por um deslize sair [de suas bocas] uma mentira, humildemente eles pedirão perdão na esperança de receber, lá em cima, a glória.

A mentira em casos extremos

34 Mas talvez alguém pergunte: “Então Raab e as parteiras teriam agido melhor se não tivessem mentido e, conseqüentemente, não tivessem realizado a sua obra de misericórdia?”.

Na verdade, se as mulheres hebreias estivessem entre aquelas das quais perguntamos se seria permitido alguma vez proferir algum tipo de mentira, elas, fazendo uso de sua liberdade, teriam se recusado a mentir, bem como a matar aquelas crianças. Mas talvez penses: então elas também teriam morrido! Mas analisa as conseqüências: elas teriam morrido com uma recompensa incomparavelmente maior nas moradas celestiais do que aquelas que tinham em suas moradas terrenas. E morreriam para ir desfrutar da felicidade eterna, tendo sofrido a morte pela mais pura verdade.

E quanto à meretriz de Jericó, poderia fazer o mesmo? Poderia entregar seus hóspedes, que estavam escondidos, aos seus perseguidores, contando-lhes toda a verdade, em vez de enganá-los com mentiras? Ou poderia dizer a quem perguntasse: “Sei onde eles estão, mas temo a Deus e não os trairei?”. Certamente, poderia dizer isso, se fosse uma “verdadeira israelita em que não há falsidade”,^[75] assim como ela seria no futuro, pela misericórdia de Deus, ao ir para a cidade celeste. Porém, podes contestar: “[mas agindo assim,] ao ouvirem sua declaração, os soldados a teriam matado e em seguida invadido sua casa, e os procurariam”. Bem, mas encontrariam seus hóspedes, os quais tinham sido escondidos tão diligentemente? Pois essa mulher muito prudente já tinha previsto que tudo isso pudesse acontecer, e os escondeu em um lugar onde eles não poderiam ser descobertos, mesmo se os guardas não acreditassem em sua mentira. Então ela, ainda que fosse executada por seus cidadãos por causa de sua obra de misericórdia, teria terminado esta vida mortal com uma morte preciosa aos olhos do Senhor,^[76] e sua boa obra realizada em favor dos seus hóspedes não teria sido em vão.

Mas insistes: “O que aconteceria se os perseguidores, procurando em todos os lugares da casa, chegassem ao lugar onde

ela havia escondido seus hóspedes?”. Ou, dito de outra forma: o que aconteceria se eles não dessem crédito a essa mulher tão vil e tão profana, não só quando mentia, mas quando cometia perjúrio? Ainda assim, suponho que teria acontecido aquilo que ela temia. [Mas pergunto:] onde colocamos a vontade de Deus e o seu poder? Ou talvez Deus não pudesse proteger essa mulher, [fazendo com que] ela não mentisse aos seus concidadãos, nem traísse aqueles homens de Deus, protegendo-os de toda desgraça? Pois Aquele que os tinha guardado, após a mulher mentir, poderia tê-los salvo mesmo se Raab não tivesse mentido. A menos que tenhamos esquecido o que aconteceu em Sodoma, onde alguns homens, inflamados de desejos vergonhosos por outros homens, nem sequer conseguiram encontrar a porta da casa em que estavam aqueles que procuravam.

Assim, quando um homem justo, em situação completamente semelhante [à de Raab], se recusou a mentir em benefício dos seus hóspedes, sem saber que eram anjos, temia que eles sofressem uma violência pior que a morte; certamente poderia ter respondido a quem perguntou a mesma coisa que disse a mulher de Jericó, já que perguntou praticamente a mesma coisa. Mas esse homem santo, não querendo manchar a sua alma com a mentira, em benefício dos corpos dos hóspedes, preferiu oferecer os corpos de suas filhas à violência do apetite libidinoso dos estrangeiros.^[77] Então aquele homem fez tudo o que pôde para garantir a saúde temporal dos homens. Porém, chegou ao extremo em que ele não podia mais garantir tal saúde, a não ser pecando ele mesmo, de forma que não tinha mais nada a fazer a não ser pecar.

Por conseguinte, [o caso de] Raab em Jericó é digno de louvor e [o seu exemplo] deve ser imitado pelos cidadãos da Jerusalém celeste, por ter dado hospitalidade a estranhos, aqueles homens de Deus; por ter se arriscado ao acolhê-los, por ter acreditado em seu Deus, por ter escondido com tanta diligência e, [por fim,] por ter dado o fiel conselho para retornarem por outro caminho. Mas, quanto à sua mentira, ainda que ali se encontre algum significado profético, não pode ser oferecida sensatamente como exemplo a ser

imitado. Ainda que Deus lhe tenha honrado de maneira memorável pelo bem que fez e tenha perdoado piedosamente o seu pecado.

É preciso demonstrar que não é mentira aquilo que parece ser

35 Assim sendo, uma vez que teríamos de ter muito tempo para tratar de todos os casos de mentiras que Dictínio apresenta em seu [trabalho intitulado] *Libra*^[78] como exemplos a serem imitados, penso que essa regra pode ser aplicada não só a esses dois exemplos, mas a outros semelhantes, para demonstrar aquilo que não é mentira, mas que eles pensam ser, ou quando a verdade for omitida, sem que seja proferida nenhuma falsidade, ou quando o verdadeiro significado tenha que ser deduzido de outra coisa, como uma espécie de metáfora, palavras ou atos, que são abundantes nos Livros Proféticos. Ou, ao contrário, quando estamos convencidos de que a mentira é verdadeira, mas é preciso mostrar que ela jamais deve ser imitada; e, se alguma vez esse pecado ou qualquer outro nos surpreender, não devemos justificá-los, senão que temos de pedir perdão. Esta é, pelo menos, ao que me parece, a conclusão de tudo o que temos discutido.

E a mentira que provoca a morte?

36 Mas, como somos homens e vivemos entre homens, confesso que não estou ainda na categoria daqueles que em nada perturbam os pecados de compensação. Às vezes me vence, nas relações humanas, o sentido humano e não consigo resistir quando me é dito: Eis que o homem, padecendo de uma doença grave, pergunta se seu único e amado filho está vivo; no entanto, já sem forças, ele não pode suportar que lhe seja anunciada a verdade, ou seja, que o seu filho está morto. Que deves responder: que ele está morto ou que está vivo, ou ainda que não sabes?

Dessas três opções, só poderás optar por uma. E ele não pensará em mais nada, exceto que o seu filho esteja morto, ou ele logo não perceberá que não toleras a mentira e que estás com medo de falar [a verdade], se te calares completamente? Das três respostas, duas são falsas: ele vive e não sei, e isto não se pode dizer sem mentir. Mas a única que é verdadeira, isto é, que está realmente morto, se a disseres, perturbarás o enfermo de tal forma que ele poderia morrer, e as pessoas te acusariam de sua morte. E quem suportaria ouvir tais homens, que exageram tamanho mal de recusar uma mentira que pode salvar uma vida a preferir uma verdade capaz de matar?

Essas objeções me inquietam profundamente, mas seria extraordinário se [essa inquietação] viesse da sabedoria. Pois, quando ponho ante os olhos do meu coração a beleza inteligível daquele de quem da boca nada procede de falsidade, mas onde mais e mais fulgurante brilha a verdade, ali reverbera o palpitar da minha fraqueza; no entanto, me enchendo de tal maneira no amor de tanta beleza, desprezo todas as coisas humanas que dela me apartam. Mas seria demais pedir que esse sentimento persevere, de modo que não diminua pela força da tentação? Porém, quando contemplo a luz do bem, na qual não há nenhuma sombra de mentira, não me admira que os homens nos chamem de assassinos da verdade por nos recusarmos a mentir e, por isso, sermos causadores da morte de homens.

Acaso também seria homicida a castidade, se uma mulher impura desejasse ardentemente o adultério e tu não lhe concedesses, e esta morresse perturbada com raiva por causa desse amor furioso? Pois, em verdade, lemos: “Somos o bom perfume de Cristo em todos os lugares, tanto para aqueles que se salvam como para aqueles que se perdem; para uns somos odor da vida que causa vida, para outros, odor de morte que causa a morte”; e acaso também chamamos de homicida ao bom perfume de Cristo? Mas, como somos homens, muitas vezes esses problemas e contradições geralmente nos superam ou fadigam os sentidos humanos, por esse motivo o Apóstolo acrescenta: “E quem está apto a isto?”.^[79]

Não se deve ensinar a mentira

37 Acrescente-se que há ainda outro risco mais lamentável ainda, se admitirmos que se pode mentir para preservar a saúde de um doente, que pergunta pela vida do seu filho. O mal crescerá de forma gradual, sem que ninguém perceba, e essas pequenas concessões se tornarão um monte de mentiras infames, de forma que não conseguiremos mais pará-las ou contê-las. Seria como se tentássemos combater uma grande peste com soluções mínimas, [esperando] que elas fossem capazes de manter [esse flagelo] afastado. Por isso, muito providencialmente foi escrito: “Aquele que despreza as coisas pequenas gradualmente cairá”.^[80] A razão disso é que homens apreciam tanto esta vida que hesitam antepô-la à verdade, para que um homem não venha a morrer.

Assim, para retardar a morte inevitável de um homem, desejam não só que mintamos, mas que cometamos crime de perjúrio, de modo que, para que não passe rápido a existência vã de um homem, tomemos em vão o nome do Senhor Deus? E há até, entre eles, mestres^[81] que estabelecem e fixam regras sobre quando se deve ou não cometer perjúrio. Onde estais, fontes de lágrimas? O que fazemos? Para onde vamos? Onde vamos nos esconder da ira da verdade, se negligenciarmos não só o fato de evitar a mentira, mas se nos atrevermos a ensinar o perjúrio? Vejam, pois, esses protetores e defensores da mentira a que categorias e tipos de mentiras querem justificar.

Eles concedem, pelo menos, que não se possa mentir em relação ao culto divino; que se abstenham das blasfêmias e dos perjúrios, pelo menos onde o nome de Deus [for invocado], ou onde se coloque Deus como testemunha, ou onde o juramento divino for interposto, ou onde a religião de Deus for proclamada ou discutida; que ninguém minta, ninguém elogie, ninguém ensine ou recomende a ninguém dizer que a mentira é justa. Quanto às outras espécies de mentira, aquele que gosta de mentir, escolha para si a mentira que pensa ser a mais branda e mais inofensiva.

Dito isso, de uma coisa eu sei: aquele que ensina a mentir deseja ser visto como mestre da verdade. Porque, se for falso o que ele ensina, quem estará disposto a estudar uma falsa doutrina, na qual é enganado tanto quem ensina como quem aprende? Porém, se encontra algum discípulo, ele afirma que ensina a verdade, quando, na verdade, ele ensina que se deve mentir. Como pode a mentira vir a ser verdade? Pois contra isso afirma o apóstolo João: “Nenhuma mentira pode vir da verdade”.^[82] Em suma, não é verdade que alguma vez se possa mentir, e o que não é verdadeiro não se deve propor absolutamente a ninguém.

A verdade não ensina a mentir

38 Mas a fraqueza humana, exercendo o seu papel, com o apoio de uma grande multidão, proclama que a sua causa é invencível, e, se contradizendo, indaga: “Como poderemos ajudar aos homens que se encontram em perigo se somente pelo engano poderão livrar-se do infortúnio – seja ele próprio ou alheio –, se o nosso discernimento humano nos inclina a não mentir?”. Se me quiserem escutar com paciência, multidão de mortais e de doentes, eu lhes responderei algo em nome da verdade.

Certamente, a piedosa, a verdadeira e a santa castidade não procede senão da verdade, e quem age contra ela trabalha contra a verdade. Por que, então, quando não há outra maneira de ajudar quem está em perigo, eu não cometo adutério, que é contrário à verdade, uma vez que é contrário à castidade? E para ajudar aqueles que estão em perigo, venho a proferir mentiras, que em si mesmas e abertamente [também] são contrárias à verdade? O que seduz tanto na castidade que ofende a verdade? Pois toda castidade vem da verdade, não do corpo, pois a verdade é a castidade da alma, e é também na alma onde reside a castidade corporal.

Finalmente, como ainda há pouco falei e agora repito: aqueles que me contradizem e apoiam a mentira, na tentativa de me persuadirem, o que eles dizem se não dizem a verdade? Mas, se quero ser ouvido, por que não dizer a verdade, se quero fazer-me verdadeiro dizendo mentira? Como pode a mentira tomar por protetora a verdade? Ou, talvez, vencerá sua adversária para vencer a si mesma? Quem poderá tolerar tamanho absurdo?

Portanto, de nenhuma forma devemos dizer que são verdadeiros os que dizem que às vezes se deve mentir, nem que a verdade nos ensina a mentir, o que seria um grande absurdo e uma grande tolice. Pois se ninguém aprende a adulterar pela castidade, nem a ofender a Deus pela piedade, nem a fazer o mal a outro pela bondade, como vamos aprender pela verdade que se deva mentir? Pois, se a verdade não nos ensina isso, [então isso] não é verdade,

e se não é verdade, não se deve aprender, e se não se deve aprender, jamais devemos mentir.

Mentira, blasfêmia, perjúrio

39 Mas alguém disse: “O alimento sólido é próprio para o perfeito”.

[83] É verdade que muitas coisas são toleradas, devido à fraqueza humana, que não estão de acordo com a autêntica verdade. Deixa que afirme isso – que, de certa forma, algumas mentiras são permitidas – aquele que não tem medo das consequências das coisas que deveriam ser temidas. Em todo caso, nunca se deve chegar ao extremo de permitir que as mentiras se convertam em blasfêmias e perjúrios. Pois nunca é apropriado defender uma causa de perjúrio, ou, o que é ainda mais desprezível, um crime de blasfêmia contra Deus. Pois não deixa de ser uma blasfêmia o que se blasfema mentindo.

Alguém poderá dizer que não cometeu perjúrio porque mentiu jurando. Mas alguém pode jurar falso com a verdade? Assim, tampouco pode haver blasfêmia ao dizer a verdade. É certo que jura mais levemente em falso o que não sabe que é falso, pois julga ser verdade o que jura, como Saulo jurou de forma mais desculpável porque fez isso por ignorância.**[84]**

Da mesma forma, é pior blasfemar do que jurar falso, porque jurando em falso se coloca Deus como testemunha de uma coisa falsa, mas, quando se blasfema, coisas falsas são ditas do próprio Deus. Agora, o perjúrio e a blasfêmia são tanto mais imperdoáveis quando se sabe ou se acredita que são falsas as coisas que se afirmam ao jurar falso ou blasfemar. Em suma, quem afirma que se deve mentir para salvar a saúde temporal de um homem, e ainda que chegue a dizer que, por esse motivo, se pode blasfemar ou perjurar, se desvia completamente do caminho da salvação e da vida eterna.

E mentir para a salvação de alguém?

40 Mas, às vezes, somos colocados frente ao perigo da nossa salvação eterna, e bradamos que, enquanto tal perigo não possa ser afastado de outra maneira, devemos fazê-lo com mentiras. Por exemplo, quando um homem não batizado está nas mãos de ímpios infiéis, e não se pode alcançá-lo para o batizar e regenerar, a não ser mentindo para enganar seus guardiões. Ante esse odiosíssimo clamor, que nos força a mentir, não para salvar as riquezas e glórias efêmeras desta vida temporal, mas pela salvação eterna do homem, em quem me refugiarei, senão em ti, ó Verdade? E assim, tu me propões o exemplo da castidade.

Por que, então, se por ventura alguém pudesse obter desses guardas, à custa da fornicção, permissão para batizar este homem, nos recusaríamos a cometer essa falta por ser contrária à castidade e, todavia, para enganá-los com uma mentira, faríamos o que é contrário à verdade? No entanto, não há dúvida de que ninguém pode amar a castidade, a menos que a verdade esteja ordenada para ele. Consequentemente, para conseguir batizar esse homem, [é necessário] enganar os guardiões com mentiras, pois assim ordena a verdade. Mas como a verdade vai ordenar que se minta para batizar um homem, se a castidade não ordena que se cometa adultério para que esse homem seja batizado? Mas por que a castidade não ordena isso, se não for pelo fato de que a verdade não o ensina? Então, se devemos fazer apenas o que a verdade ensina, e se a verdade ensina que não devemos violar a castidade, mesmo com o propósito de batizar um homem, como podemos ensinar que, para batizar um homem, [devemos fazer] aquilo que é contrário à própria verdade?

Mas, assim como nossos olhos são fracos para contemplar o sol diretamente e, no entanto, podem olhar com satisfação as coisas iluminadas pelo sol, da mesma forma as almas capazes de se deleitar com a beleza da castidade não são capazes de contemplar diretamente a pureza da verdade, que ilumina a castidade. Assim, quando alguma coisa se mostra contrária à verdade, certamente

deve-se rejeitar com horror, da mesma forma que se deve rejeitar com horror quando se propõe a fazer algo contrário à castidade. Pois [conforme está escrito], “o filho que recebe essa doutrina está muito longe de estar perdido; após recebê-la a guardará para si e nada de falso sairá de sua boca”;^[85] de modo que é tão proibido desejar ajudar um homem por meio da mentira, quanto obrigá-lo a fornicar.

Com isso, o Pai ouvirá sua oração, para que possa ajudá-lo sem mentir, pois o mesmo Pai, cujas decisões são insondáveis, quer ajudá-lo. Dessa forma, esse tal filho se abstém tanto da mentira quanto do pecado. Uma vez que, às vezes, usa-se a palavra mentira como referindo-se ao [próprio] pecado. Por isso, quando se diz: “Todos os homens são mentirosos”,^[86] é como se dissesse: todo homem é pecador. E o mesmo se aplica àquela frase: “A verdade de Deus prevalece sobre minha mentira”.^[87] Portanto, quem mente como um homem, peca como um homem, e será alcançado por aquela frase que foi pronunciada: “Todos os homens são mentirosos, e se dissermos que não temos pecado algum, nós mesmos nos enganamos, e a verdade não está em nós”.^[88]

Mas, se nada de falso sai de sua boca, viverá sob a graça do que foi dito: “Aquele que é nascido de Deus não peca”.^[89] Pois, se tivéssemos unicamente essa origem, ninguém pecaria; e, quando chegarmos a viver unicamente dele, ninguém mais pecará. Mas até agora arrastamos o peso da corrupção, da qual temos nascido, ainda que, de acordo com o princípio da nossa regeneração, sejamos renovados interiormente dia a dia.^[90] Mas quando isso que é corruptível for revestido da incorruptibilidade, a vida absorverá tudo e não haverá nenhum agulhão de morte. Porque o agulhão da morte é o pecado.^[91]

Epílogo

41 Portanto, as mentiras devem ser evitadas e devemos agir retamente, ou [em caso de erro] nos confessar e fazer penitência. Porque, infelizmente, as mentiras são abundantes nesta vida; assim, não vamos multiplicá-las ensinando-as. Logo, se alguém achar correto mentir para ajudar um homem cuja salvação, seja temporal ou eterna, está em perigo, então escolha outro tipo de mentira, de modo que, pelo menos, poderemos convencê-lo a não perjurar ou blasfemar sem que haja razão para tal, pois esses pecados são considerados mais graves, ou, no mínimo, tão grandes quanto os de luxúria.

Acontece muitas vezes que os homens, quando suspeitam da infidelidade de suas esposas, as obrigam a jurar [com o intuito de saber] se cometeram ou não adultério, o que certamente não fariam se não acreditassem que mesmo aqueles que não temem cometer adultério temem cair em perjúrio. E, certamente, algumas mulheres desavergonhadas, que não temiam enganar seus maridos em concúbito ilícito, temiam colocar Deus como testemunha de sua falsa fidelidade. Por qual motivo, então, um homem casto e religioso se recusaria a ajudar, por meio do adultério, outro homem a ser batizado, mas consentiria fazê-lo por meio de perjúrio, que até os adúlteros temem? Se perjurar já é por si algo nefasto, quanto mais blasfemar!

Longe, pois, esteja o cristão de negar ou blasfemar a Cristo, para conseguir que outro se torne cristão. Busque quem esteja perdido para encontrá-lo, todavia sem ensinar tais coisas, que botam a perder quem já foi encontrado. Assim, pois, debes refutar e destruir aquele livro, cujo nome é *Libra*.^[92] Primeiramente, deve-se “cortar a cabeça” da regra pela qual dogmatizam [afirmando] que se deve mentir para ocultar a religião. Além disso, devemos nos esforçar para demonstrar que o testemunho que os priscilianistas tomam dos Livros Sagrados para apoiar suas mentiras, em parte, não são mentiras e, em parte, são, e por isso não devem ser imitadas.

E se a fraqueza humana for tamanha ao ponto que se façam algumas pequenas concessões à custa da verdade, em todo caso deve-se manter e defender como indiscutível que em relação à religião divina jamais se deve mentir. E, quanto àqueles que permanecem escondidos, assim como não é lícito descobrir os adúlteros com adultérios, nem os assassinos com assassinatos ou feiticeiros com feitiçarias, da mesma forma não devemos procurar mentirosos por meio de mentiras, nem blasfemos por meio de blasfêmias; isso foi o que concluímos com as discussões que mantivemos ao longo desta obra, e elas foram tantas que estava quase pensando que já não chegaríamos ao fim, isto é, neste lugar que chegamos.

Coleção **PATRÍSTICA**

1. *Padres Apostólicos*, Clemente Romano; Inácio de Antioquia; Policarpo de Esmirna; O pastor de Hermas; Carta de Barnabé; Pápias; Didaqué
2. *Padres Apologistas*, Carta a Diogneto; Aristides; Taciano; Atenágoras; Teófilo; Hérmiás
3. *I e II Apologias e Diálogo com Trifão*, Justino de Roma
4. *Contra as heresias*, Irineu de Lião
5. *Explicação do símbolo (da fé) – Sobre os sacramentos – Sobre os mistérios – Sobre a penitência*, Ambrósio de Milão
6. *Sermões*, Leão Magno
7. *Trindade (A)*, Santo Agostinho
8. *Livre-arbítrio (O)*, Santo Agostinho
- 9/1. *Comentário aos Salmos (Salmos 1-50)*, Santo Agostinho
- 9/2. *Comentário aos Salmos (Salmos 51-100)*, Santo Agostinho
- 9/3. *Comentário aos Salmos (Salmos 101-150)*, Santo Agostinho
10. *Confissões*, Santo Agostinho
11. *Solilóquios – Vida feliz (A)*, Santo Agostinho
12. *Graça I (A)*, Santo Agostinho
13. *Graça II (A)*, Santo Agostinho
14. *Homilia sobre Lucas 12 – Homilias sobre a origem do homem – Tratado sobre o Espírito Santo*, Basílio de Cesareia
15. *História eclesiástica*, Eusébio de Cesareia
16. *Dos bens do matrimônio – Santa virgindade (A) – Dos bens da viuvez – Cartas a Proba e a Juliana*, Santo Agostinho
17. *Doutrina cristã (A)*, Santo Agostinho
18. *Contra os pagãos – Encarnação do Verbo (A) – Apologia ao imperador – Apologia de sua fuga – Vida e conduta de Santo Antônio*, Santo Atanásio
19. *Verdadeira religião (A) – Cuidado devido aos mortos (O)*, Santo Agostinho
20. *Contra Celso*, Orígenes
21. *Comentários ao Gênesis*, Santo Agostinho
22. *Tratado sobre a Santíssima Trindade*, Santo Hilário de Poitiers
23. *Da incompreensibilidade de Deus – Da providência de Deus – Cartas a Olímpia*, São João Crisóstomo
24. *Contra os Acadêmicos – Ordem (A) – Grandeza da Alma (A) – Mestre (O)*, Santo Agostinho

25. *Explicação de algumas proposições da carta aos Romanos – Explicação da carta aos Gálatas – Explicação incoada da carta aos Romanos*, Santo Agostinho
26. *Examerão – Seis dias da criação (Os)*, Santo Ambrósio
- 27/1. *Comentário às cartas de São Paulo – Homilias sobre a Epístola aos Romanos – Comentários sobre a Epístola aos Gálatas – Homilias sobre a Epístola aos Efésios*, São João Crisóstomo
- 27/2. *Comentário às cartas de São Paulo – Homilias sobre a Primeira carta aos Coríntios – Homilia sobre a Segunda carta aos Coríntios*, São João Crisóstomo
- 27/3. *Comentário às cartas de São Paulo – Homilias sobre as cartas: Primeira e Segunda de Timóteo, a Tito, aos Filipenses, aos Colossenses, Primeira e Segunda aos Tessalonicenses, a Filemon, aos Hebreus*, São João Crisóstomo
28. *Regra Pastoral*, Gregório Magno
29. *Criação do homem (A) – Alma e a ressurreição (A) – Grande catequese (A)*, Gregório de Nissa
30. *Tratado sobre os princípios*, Orígenes
31. *Apologia contra os livros de Rufino*, São Jerônimo
32. *Fé e o símbolo (A) – Primeira catequese aos não cristãos – Continência (A) – Disciplina cristã (A)*, Santo Agostinho
33. *Demonstração da pregação apostólica*, Irineu de Lyon
34. *Homilias sobre o Evangelho de Lucas*, Orígenes
- 35/1. *Obras Completas I*, Cipriano de Cartago
36. *O Sermão da Montanha e Escritos Sobre a Fé*, Santo Agostinho
37. *A Trindade, Escritos éticos, Cartas*, Novaciano
38. *Homilias e Comentário ao Cântico dos Cânticos*, Orígenes
39. *Mentira (A) - Contra a mentira*, Santo Agostinho

Introdução:

Marcos Roberto Nunes Costa

Traduções da Patrologia Latina, confrontadas com as edições espanhola (BAC) e italiana (NBA).

Numeração dos parágrafos segundo o Corpus Augustinianum Gissense

Direção editorial:

Claudiano Avelino dos Santos

Supervisão:

Heres Drian de Oliveira Freitas

Coordenação de revisão:

Tiago José Risi Leme

Capa:

Marcelo Campanhã

Coordenação de desenvolvimento digital:

Alexandre Carvalho

Desenvolvimento digital:

Daniela Kovacs

Conversão EPUB:

PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430

A mentira. Contra a mentira [livro eletrônico] / Santo Agostinho; tradução e notas de Antônio Pereira Júnior, Marcos Roberto Nunes Costa, Agostinho Belmonte. - São Paulo: Paulus, 2019.

2,9 Mb (Coleção Patrística)

Títulos originais: *De mendacio. Contra mendacium.*

ISBN 978-85-349-5027-5 (e-book)

1. Veracidade e falsidade - Aspectos religiosos 2. Veracidade e falsidade - Obras anteriores a 1800 3. Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430. De mendacio 4. Agostinho, Santo, Bispo de Hipona, 354-430. Contra mendacium I. Título II. Pereira Júnior, Antônio III. Costa, Marcos Roberto Nunes IV. Belmonte, Agostinho V. Série

CDD 241.673

19-0904

CDU 241:177.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Mentira: Aspectos religiosos

2. Questões sobre moralidade religiosa : mentira

1ª edição, 2019 (e-book)

© PAULUS – 2019

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091 – São Paulo (Brasil)

Tel.: (11) 5087-3700

paulus.com.br • editorial@paulus.com.br

[\[Facebook\]](#) • [\[Twitter\]](#) • [\[Youtube\]](#) • [\[Instagram\]](#)

Seja um leitor preferencial **PAULUS**.

Cadastre-se e receba informações sobre nossos lançamentos e nossas promoções:

paulus.com.br/cadastro



NOTAS

INTRODUÇÃO

[1] *De mendatio* (doravante *mend.*) 1; grifo nosso.

[2] M. H. de OLIVEIRA, *Tudo mentira*, p. 1; grifo nosso. Texto disponível em: <<http://esagfilosofia.no.sapo.pt/cienciadefinitivo/superinteressante/tudomentira.pdf>>. Acesso em: 20.04.2015.

[3] M. LAGANÀ, “Problematiche filosofiche della menzogna”, *Illuminazioni* 15 (2011) 33-67, Suplemento n. 3, p. 33. Ademais das bibliografias citadas nestas notas, servimo-nos também de: G. C. ALESSIO, “Verità e menzogna nella teoria letteraria del medioevo”, em VV.AA., *De mendacio e Contra mendacium di Agostino D’Ippona*, Palermo: Edizioni Augustinus, 1997, 117-41; G. C. CERIOTTI, “*Excursus*: inquietum cor (Confessioni I, 1,1)”, em VV.AA., *Le confessioni di Agostino D’Ippona – Libri I-II*, Palermo: Edizioni Augustinus, 1984, 79-88; *Id.*, “Menzogna e iganno dal *De diversis quaestionibus octaginta tribus* al *De mendacio*”, em VV.AA., *De mendacio e Contra mendacium di Agostino D’Ippona*, Palermo: Edizioni Augustinus, 1997, 53-8; e M. DÍAZ Y DÍAZ, “El *Contra mendacium* de Augustín: sus circunstancias”, em VV.AA., *De mendacio e Contra mendacium di Agostino D’Ippona*, Palermo: Edizioni Augustinus, 1997, 59-116.

[4] Dentre os pagãos, temos Platão, que trata do tema da mentira, por exemplo, nas seguintes obras: *Teeteto* 187c-201d; *República*, livros 2 (337 d-e e 382 a-c), 3 (389 b-d e 414 b-e), 5 (459 c-d); e Aristóteles, em que o tema da mentira aparece, por exemplo, nas obras: *Ética a Nicômaco* 4,1127a,15-30 e 1127b,5-10 e *Metafísica* 5,29,1025a.

[5] Dentre os cristãos, temos, por exemplo, Clemente de Alexandria, no *Stromateis* 7,8-50 e 7,9-53; Orígenes, nas obras *apud* Jerônimo, *Contra Rufinum* 1,18, *Contra Celsum* 4,18-19 e *Hom. in Ieremiam* 20,3-4; Sulpício Severo (v. s. *Martini* 9), Paulino de Nola (*Carmina* 16,52-74) e João Crisóstomo (*De sacerdotio* 1,6).

[6] “*Mendacio, De/Mendacium, Contra*”, em A. FITZGERALD (coord.), *Agostinho através dos tempos: uma enciclopédia*, São Paulo: Paulus, 2019, p. 658-660, p. 658.

[7] G. GREGGERSEN, “Se não é verdade, o que é? Agostinho contra a mentira”, *Revista Eletrônica Mirabilia* 4 (2005) 38-49, p. 39, chega a dizer que por “essas duas obras poderiam até valer-lhe o mérito de ser o inaugurador da ‘teologia da verdade’”, visto que, completa mais adiante (p. 41), “ninguém antes de Agostinho foi tão categórico na rejeição da mentira”.

[8] Além dos dois supracitados opúsculos, Agostinho trata parcialmente do tema da mentira noutras obras, como, por exemplo, nas *Confissões* (10,66), nos *Solilóquios* (2,16-17), no diálogo *O Mestre* (2,13), no tratado *A verdadeira religião* (61) etc.

[9] M. BETTETINI, “Introduzione”, em SANT’AGOSTINO. *Sulla bugia*, trad., introd., note e apparati di M. Bettetini, Milão: Bompiani, 2001, 5-23, p. 6. A propósito dos embates entre Agostinho e Jerônimo acerca de uma passagem do apóstolo Paulo (Gl 2,14), indicamos as *Epístolas* trocadas entre ambos, nomeadamente: *ep.* 28,3-3, de Agostinho a Jerônimo; *ep.* 75,4, resposta de Jerônimo a Agostinho; *ep.* 81,1, de Agostinho a Jerônimo; e *ep.* 82,8, resposta de Jerônimo a Agostinho.

[10] Para G. GREGGERSEN, *art. cit.*, p. 49, “no *CM* Agostinho pode ter pretendido corrigir alguma coisa do *SM*, mas só o que conseguiu foi reiterar e aprofundar tudo o que já havia dito anteriormente”. Já na p. 41 esse comentador havia dito que “os dois únicos acréscimos que Agostinho fará em *CM* à anterior é o conceito tripartite de moral (causa, fim, intenção), que não seria capaz de justificar a mentira e a concessão ao silêncio ou omissão como não sendo mentira.

[11] A esse respeito diz Agostinho em *retr.* 1,27: “Escrevi também um livro *De mendacio*, que, ainda que cansativo de se ler, é, sem embargo, de grande utilidade como exercício de raciocínio e inteligência e estimula grandemente ao amor à verdade. Havia mandado retirá-lo de entre meus opúsculos porque me parecia obscuro, espinhoso e sobremaneira difícil, motivo pelo qual nem sequer havia chegado a publicá-lo. Depois de haver escrito outro opúsculo intitulado *Contra mendacium*, me convenci ainda mais da decisão de destruí-lo, e assim o mandei; mas não se fez. Ao revisar agora todos os meus opúsculos, o encontrei incólume e, depois de corrigi-lo, mandei conservá-lo, sobretudo porque nele há alguns pontos necessários que não se encontram no outro. Ademais, aquele se intitula *Contra mendacium*, e este *De mendacio*, indicando já no título que aquele é um ataque aberto contra a mentira, enquanto que este é, sobretudo, um ensaio de discussão e busca. Um e outro tendem, sem embargo, ao mesmo fim”.

[12] Consêncio fez chegar até Agostinho as doutrinas priscilianistas através da *ep.* 119, de 419, a qual acompanha “muitas coisas para serem lidas” (1,1), escritas por membros da seita, dentre as quais, provavelmente, a obra *Libra*, do priscilianista Dictínio, à qual faz referência em *mend.* 5; 35 e 41. Além do *mend.*, Agostinho escreveu as *ep.* 120 e 205, em resposta à referida *ep.* 119 de Consêncio. Essa motivação é reforçada em *retr.* 2,60, em que diz: “[...] Então escrevi também um livro sobre a mentira. A razão dessa obra reside no fato de que, para descobrir os hereges priscilianistas, que pensam que é

correto ocultar sua heresia não só negando-a e mentido senão que cometendo também perjúrio, alguns católicos creem que podiam se fazer passar, eles mesmos, por priscilianistas, a fim de infiltrar-se em seus lugares ocultos. Escrevi essa obra como uma proibição de semelhante maneira de proceder”.

[13] Doutrina herética pregada por Prisciliano, no seio do cristianismo, como ênfase nos ideais de austeridade e pobreza, tendo como fundamento uma mistura de princípios cristãos com elementos derivados da seita gnóstico-maniqueísta ensinada por Mani, bem como do pensamento de Orígenes, que via este mundo físico como lugar de purificação das almas pecadoras, que poderiam passar por este mundo tantas vezes quanto fosse necessário para atingir a perfeição. As principais teses do priscilianismo são as seguintes: de Deus emanou uma série de seres divinos, entre os quais se incluem os anjos e as almas dos homens; o corpo de Cristo era espiritual e tinha apenas a aparência da carne (docetismo); a matéria foi criada pelo demônio para aprisionar os filhos de Deus. O priscilianismo foi condenado, definitivamente, como heresia, no 1º Concílio de Braga, em 563, e influenciaria, mais tarde, um novo movimento herético, no século XI, chamado Valdenses, o qual, no afã de viver radicalmente a pobreza evangélica, condenava toda e qualquer forma de propriedade, principalmente dentro da Igreja, mesmo a indispensável à vida cotidiana. Combaterá essa nova heresia, ou nova versão dos priscilianistas, a grande mística/visionária Hildegarda de Bingen.

[14] O comentador A. PAVÃO (“Como concordar com a filosofia moral de Kant e discordar de seu opúsculo sobre a mentira: observações sobre ética e direito em *Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade*”, *Kant e-Prints*, Série 2, 6/2 (2011) 71-83, p. 72, nota 2) “esclarece que Kant pensa que a referência de Benjamin Constant a um tal ‘filósofo alemão’ diz respeito a ele. Porém, Kant provavelmente vestiu inadvertidamente a carapuça. Presumivelmente foi o professor J. D. Michaelis, de Göttingen, quem expôs a opinião contra a qual se dirige B. Constant. O texto *Des réactions politiques* foi publicado em maio de 1796. Ora, nesse tempo, Kant não havia ainda publicado a *Doutrina da virtude*, supostamente o alvo da crítica (§ 9, sobre a mentira). O fato é que o próprio Kant reconhece não conseguir se lembrar onde teria dito isso, embora confesse ter dito em algum lugar (cf. DM A 302, nota). Na verdade, em nenhum texto de Kant, antes do opúsculo, se encontra esse exemplo”. Segundo M. LAGANÀ, *art. cit.*, p. 52, Kant “leu o texto de Constant numa tempestiva tradução alemã publicada parceladamente pela revista *Frankreich im Jahre 1797. Aus den Briefen deutscher Männer in Paris* de Karl Friedrich Cramer, reconhecendo sua própria posição naquela crítica”.

[15] Max Stirner (pseudônimo de Johann Kaspar Schmidt) está entre os chamados “jovens hegelianos” e é considerado como um dos precursores do pensamento de Nietzsche e do Associacionismo Egoísta e Individualista (União de Egoístas).

[16] Sobre as posições de Kant, Benjamim Constant e Schopenhauer acerca da mentira, cf. N. M. de FIGUEIREDO, “Sobre um suposto direito de mentir: um paralelo entre Kant, Arthur Schopenhauer e Constant, e alguns conceitos schopenhauerianos”, *Urutagua. Revista Acadêmica Multidisciplinar* 7, texto disponível em: <www.uem.br/urutagua/007/07/figueiredo.htm>. Acesso em: 09.06.2016. Já para as posições de Max Stirner e Jean Paul Sartre acerca da mentira, cf. M. LAGANÀ, *art. cit.*

[17] Cf. S. M. de CONTALDO, “Jurar dizer a verdade, somente a verdade? Breve comentário ao *De mendacio* de Agostinho”, em C. A. LÉRTORA MENDOZA *et al.* (orgs.), *Filosofia medieval: continuidad y rupturas. XIV Congreso Latinoamericano de Filosofía Medieval - Actas I*, Buenos Aires: FEPAL, 2013, 421-30, p. 423.

[18] L. S. BLANS, *A análise da mentira em Santo Agostinho*, dissertação, Santa Maria: UFSM, 2012, p. 270.

[19] *mend.* 2; grifo nosso.

[20] *mend.* 3; grifo nosso. Daí o comentador H. L. MACHADO, *A te morientem: veredas da ficção literária no pensamento de Santo Agostinho*, dissertação, Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p. 71, dizer que o cerne da explicação (ou definição) agostiniana ao problema da mentira encontra-se no chamado princípio evangélico do “duplo coração” ou das “duas bocas”, em que, como enfatiza L. BLANS, *op. cit.*, p. 80, “há um contraste entre aquilo que se crê interiormente e aquilo que se confessa exteriormente”, que aparece de forma rápida no início da primeira obra (*mend.* 3), e será amplamente desenvolvido em 32-34, intitulado “*As duas bocas, da voz e do coração: do que se diz da boca: a boca que mente etc.*”, em que interpreta a passagem evangélica: “A boca que mente mata a alma” (cf. *mend.* 32-34). Igualmente ressalta esse ponto M. BETTETINI, *op. cit.*, p. 5, na introdução à sua tradução do *De mendacio*, ao dizer que “o mentiroso tem um *cor duplex*, o coração duplo, dirá Agostinho. Não é mentiroso aquele que diz o falso, porque este poderia enganar-se ou estar brincando, poderia dizer o falso para induzir a crer na verdade: mentiroso é aquele que tem uma dupla *voluntas*, que quer enganar exprimindo, com palavras ou outros meios, qualquer coisa diferente daquilo que é verdadeiro, com a clara intenção de fazer passar o falso pelo verdadeiro”. Cf. também M. LAGANÀ, *art. cit.*, p. 38, o qual diz que “a peculiaridade do mentiroso – para Agostinho – consiste em ter um coração duplo, ou seja, um duplo pensamento”; e S. M. de CONTALDO, *op. cit.*, p.

426, que esclarece que “por ‘boca’ Agostinho entende o cerne do coração, onde forja e de onde jorram todas as coisas que expressamos com nossa voz. Na intenção de enganar é o coração do sujeito que mente”.

[21] Definição esta que assumirá, depois, Santo Tomás de Aquino, que na *Suma Teológica* diz: “A mentira é um ato vicioso oposto à virtude da veracidade, pelo qual alguém enuncia voluntariamente uma proposição que ele sabe ou acredita ser falsa” (*S. Th.* II/II q, 110. art. 1). Ou seja, mentir é um ato proposital com a intenção de dizer algo falso ou exprimir algo diferente daquilo que o indivíduo pensa. Portanto, nesses dois pensadores, temos uma antecipação do que dirá, mais tarde, um contemporâneo nosso: “Por definição, o mentiroso sabe a verdade – se não toda a verdade, pelo menos a verdade daquilo que pensa; sabe o que ele quer dizer, sabe a diferença entre aquilo que pensa e aquilo que diz: sabe que mente” (J. DERRIDA, “História da mentira: prolegômenos”, *Estudos Avançados* 10 [1996] 7-39, p. 13).

[22] Daí o filósofo J. DERRIDA, *art. cit.*, p. 20, dizer, mais tarde, que “o mentiroso deve saber aquilo que faz e aquilo que pretende fazer mentindo; do contrário não mente”.

[23] *mend.* 3.

[24] Z. LOPARIC, “Kant e o pretenso direito de mentir”, *Kant e-prints*, Série 2, 1/2 (2006) 57-72, p. 58.

[25] KANT, *apud* Z. LOPARIC, *art. cit.*, p. 61.

[26] *Art. cit.*, p. 37.

[27] L. BLANS, “A eloquência do silêncio na análise agostiniana da mentira”, em M. CARVALHO e V. FIGUEIREDO (orgs.), *Filosofia antiga e medieval*, Curitiba: ANPOF, 2013, 305-14, p. 306. Para um estudo da estrutura lógica das análises agostinianas da mentira, à luz da filosofia analítica, cf. F. T. SAUTTER, “A análise agostiniana da mentira”, *Ethic@* 12/2 (2013) 193-206.

[28] L. BLANS, “A eloquência...”, p. 306. Daí S. PÉREZ CORTÉS, “La prohibición de mentir”, *Espiral – Estudos sobre Estado y Sociedad* 2/6 (1996) 21-44, p. 23, dizer que “se a verdade é uma, a falsidade, ao contrário, tem muitíssimas faces”.

[29] A esse respeito, diz S. Pérez Cortés, *art. cit.*, p. 24: “Agostinho não dá à mentira um sentido epistemológico, senão moral: a falsidade não se determina na relação entre um juízo racional e um estado de coisas, e não é um problema que afeta a referência ou a verdade do enunciado, senão unicamente ao impulso ético do agente [...]. A mentira é um problema moral porque repousa na intenção do anunciador e não na verificação do enunciado. Igualmente M. Bettetini, “Il *De mendacio*: bugie ed ermeneutica”, em VV.AA. *De mendacio e Contra mendacium di Agostino D’Ipbona*, Palermo: Edizioni

Augustinus, 1997, 33-52, p. 37, fazendo uma relação de continuidade entre o *mend.*, o *De dialectica* e o *De Magistro*, diz que “o *De mendacio*, em um livro único, se apresenta como uma verdadeira e própria investigação sobre a mentira, aprofundando assim aquilo que parte do *De dialectica* e do *De magistro* em que à obscuridade e à ambiguidade da palavra em si acrescenta-se também a perversidade voluntária de querer mentir por parte daquele que fala”.

[30] *mend.* 5. Igualmente, mais tarde, no *c. mend.*, definirá a mentira como “uma significação falsa unida à vontade de enganar” (*c. mend.* 26).

[31] J. DERRIDA, *art. cit.*, p. 9-10. A passagem do *mend.* de Agostinho a que se refere Jacques Derrida diz: “Quem enuncia um fato que lhe parece digno de crença, ou acerca do qual formava opinião de que é verdadeiro, não mente, mesmo que o fato seja falso” (*mend.* 3).

[32] J. DERRIDA, *art. cit.*, p. 8, grifo nosso. Igualmente acentua o comentador M. LAGANÀ, *art. cit.*, de p. 38-9, ao dizer que “Agostinho pontua com extrema precisão a essência da ação mentirosa na vontade de enganar (*fallendi cupiditas*), com a consequência de que o *cor duplex* e a *duplex cogitatio* constituem os elementos necessários e suficientes da mentira unicamente se são acompanhados pela *animi sui sententia*, pela intenção de mentir”.

[33] A esse respeito acentua M. LAGANÀ, *art. cit.*, p. 42, que, “com Agostinho, o tema da mentira adquire uma série de determinações que estão na base das sucessivas reflexões medievais. Fundamentalmente, dentre elas está aquela que liga intrinsecamente a mentira ao pecado, instituindo, acerca do tema, uma diferença radical em relação à tradição clássica, nomeadamente aquela grega [...] para quem, independentemente de qualquer valoração de ordem moral, a mentira é considerada obra do engano”. E da concepção de mentira como pecado nasce a noção de proibição, uma vez que esta impede ou pelo menos atrapalha o processo de salvação, finalidade de todo homem vindo a este mundo; daí que, num sentido inverso, “a falta e sua proibição resultam inseparáveis de um horizonte de pecado e salvação pessoal sem o qual essa proibição carece de sustentação. E na constituição deste contexto a figura inevitável é Santo Agostinho” (S. PÉREZ CORTÉS, *art. cit.*, p. 23).

[34] *Sobre a inspiração poética (Íon) & Sobre a mentira (Hípias Menor)*, trad. e introd. de André Malta, Porto Alegre: L&PM, 2008, p. 64-5.

[35] L. BLANS, *op. cit.*, p. 44-5.

[36] J. L. GONZÁLEZ VALDERRAMA, *Mentira*, p. 1. Texto disponível em: <<http://www.saga.unal.edu.co/etexts/PDF/Ponencias2010/Leonardogonzalez.pdf>>. Acesso em: 2015.

[37] *Ibid.*, p. 1.

[38] Este é exatamente o ponto que dá ensejo ao artigo de Diego Sazo Muñoz, que inicia sua problematização levantando a seguinte questão acerca do sistema político platônico: “Como, em uma sociedade perfeita, baseada nos princípios da virtude e justiça, deve existir o uso da mentira por parte dos governantes? Não é uma contradição nos princípios?” (D. SOZO MUÑOZ, “Entre el ocultamiento y el engaño: el rol de la mentira política em la *República* de Platón”, *Pléyade* 1 [2008] 23-39, p. 23).

[39] PLATÃO, *República* 2, 382c-d.

[40] PLATÃO, *República* 2, 389b.

[41] G. CASERTANO, *Paradigmas da verdade em Platão*, trad. de Maria da Graça Gomes de Pina, São Paulo: Loyola, 2007, p. 114.

[42] PLATÃO, *República* 2, 389b. Igualmente, mais adiante, diz que “os magistrados se veem muitas vezes obrigados a recorrer a enganos e mentiras visando o bem-estar dos cidadãos, [pelo que] a mentira é útil quando nos servimos dela como um remédio” (PLATÃO, *República* 5, 459c-d).

[43] G. CASERTANO, *op. cit.*, p. 34. E mais adiante (p. 243), completa: “Até o filósofo, portanto, o homem político bom, encontra-se diante da necessidade de persuadir a seguir a verdade: só que isto não é o dado, a realidade tal como ela é, é sim o que deve ser, a realidade como deveria ser; e para poder persuadir a fazer uma vida justa devem saber e poder usar também meios como o mito, a mentira, o encanto: aliás, estes, quando usados em vista da justiça, transformam-se até na coisa mais verdadeira”.

[44] ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco* 4,1127b-5.

[45] ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco* 4,1127b-15. Igualmente em *Metafísica*, Aristóteles acentua o caráter deliberativo e imoral da mentira, ao dizer “ser mentiroso o homem que sem escrúpulos e deliberadamente se serve de discursos falsos, não por outra coisa senão por ele mesmo, e também que provoca em outras pessoas este tipo de discurso, de igual maneira que chamamos falsas as coisas que provocam uma imagem falsa” (ARISTÓTELES, *Metafísica* 5,29-1025a; grifo nosso). Daí M. LAGANÀ, *art. cit.*, p. 44, dizer que, em Aristóteles, “o que faz um homem mentiroso não é simplesmente a capacidade de mentir – o mero conhecimento –, mas o propósito – a vontade – de ser mentiroso”.

[46] *mend.* 1.

[47] Cf. G. GREGGERSEN, *art. cit.*, p. 37.

[48] No opúsculo *mend.*, esses tipos de mentiras são analisados ao longo dos parágrafos 3-24, e reunidos ou resumidos no parágrafo 25, que traz como título: *Oito tipos de mentiras*.

[49] O comentador P. ZAGORÍN, *apud* PÉREZ CORTÉS, *art. cit.*, p. 25, destaca que Agostinho não poderia admitir, em hipótese alguma, nem por uma única vez, a ideia de que se possa encontrar exemplos de mentiras nas Escrituras Sagradas, pois, “se admitirmos uma vez só uma mentira útil nessa Autoridade Suprema, nada restaria nos livros, porque qualquer um que encontre algo difícil de praticar ou de crer poderá recorrer a esse precedente e explicar o caso como a ideia ou a prática de um autor mentiroso”, ou seja, “se se admite a existência de mentiras nas Escrituras, que autoridade lhes resta? [...] Pois não pode haver doutrina verdadeira num ensinamento no qual o que ensina engana e o ensinado é enganado” (PÉREZ CORTÉS, *art. cit.*, p. 25). Igualmente destaca esse ponto S. M. de CONTALDO, *op. cit.*, p. 427, ao dizer que “não é difícil compreender a razão de ser essa a mentira capital. Falseando-se a doutrina religiosa, todo o edifício doutrinário cristão pode ruir. Abalada a base que fundamenta e orienta a vida, o que ficaria de pé? Como conciliar coerência ética e discurso cristão? Vale dizer, a mentira na ou da doutrina religiosa dissocia palavra e ação”. Daí a rejeição à interpretação de Jerônimo, o qual, para Agostinho, abriria um perigoso precedente, conforme já mencionamos anteriormente.

[50] Encontramos uma radicalização dessa tese no *Sermão* 81,6, quando, diante da justificativa de que todo homem é mentiroso, diz que é preferível “antes não ser homem, a ser mentiroso”.

[51] Aqui, vale salientar, embora haja uma aproximação entre Agostinho e Kant, por ambos tratarem a mentira como um problema moral, entretanto, há uma diferença considerável na maneira como cada um trata o problema: enquanto Agostinho “encarou a mentira como o uso condenável do dom divino da palavra que fora concedido ao homem para transmitir seus pensamentos aos seus semelhantes, e não para enganá-los. Neste particular, não endossou o pensamento de seu grande mestre Platão. Kant, por sua vez, apreende a mentira, qualquer tipo que seja, como um aniquilamento da dignidade humana” (P. N. de OLIVEIRA e P. L. de AMORIM, “Ética da mentira”, *Filosofando: Revista de Filosofia da UESB* 1/2 (2013) 75-87, p. 80). Igualmente faz essa ressalva Mario A. L. Guerrero, em “A mentira de um ponto de vista ético e político em Celso Lafer”, *Revista Saberes* 1/2 (2009) 113-33, p. 118, o qual, seguindo os passos de Sissela Bok, diz que “enquanto Santo Agostinho encara a mentira como um uso condenável do dom divino da palavra concedido ao homem para transmitir seus pensamentos aos seus semelhantes e não para enganar os outros, Kant encara a mentira – qualquer tipo de mentira, sem exceções – como um aniquilamento da dignidade humana”.

[52] I. KANT, *Fundamentação da metafísica dos costumes*, trad. de Paulo Quintela, Lisboa: Edições 70, 2007, p. 15. Igualmente no *Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade*, trad. de Theresa Calvet de Magalhães e Fernando Rey Puente, em F. REY PUENTE (org.), *Os filósofos e a mentira*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p. 4, Kant defende a tese de que “a veracidade nas declarações que não se pode evitar é um dever formal do homem em relação a quem quer que seja, por maior que possa ser o prejuízo que daí decorre para ele ou para outrem”.

[53] Segundo M. J. da C. S. VIDAL, *Sobre o problema da mentira na filosofia prática de Kant*, tese, Natal: UFRN, 2014, p. 54, nota 42, “*Lições de Ética* é resultado de uma junção de versões de Menzer e Collins das anotações de aulas dos cursos oferecidos por Kant na década de oitenta. A *Filosofia Moral* de Collins é a base para a versão castelhana, sendo essa confrontada com a versão de Paul Menzer, publicada por ocasião do aniversário de 200 anos de Kant”. Por conta disso, completa na página seguinte a mesma comentadora (*ibid.*, p. 55, nota 44), “não há uma aceitação das *Lições de Ética* como parte do sistema, por ser resultado das anotações de alunos e por não haver uma precisão dos cursos, visto que foram oferecidos em vários semestres”.

[54] I. KANT, *Lecciones de ética*, trad. de R. Rodriguez Aramayo y C. Roldán Panadero, Barcelona: Editorial Crítica Grupo Grijalbo, 1988, p. 275.

[55] *Ibid.*, p. 60.

[56] Abreviatura usada por Maria José Vidal para o *Sobre o suposto direito de mentir por amor à humanidade*.

[57] M. J. da C. S. VIDAL, *op. cit.*, p. 93.

[58] *c. mend.* 20.

[59] S. M. de CONTALDO, *op. cit.*, p. 430.

A MENTIRA

[1] São lançados aqui os problemas aos quais procurará dar uma resposta ao longo do texto.

[2] Vemos aqui uma expressa defesa da verdade e uma categórica rejeição a todo e qualquer tipo de mentira, que será a tônica de toda a obra.

[3] Em latim *ioci*, traduzido aqui por “anedotas”, também chamadas de “piadas”, que são pequenas histórias, gracejos, semelhantes aos causos, geralmente engraçadas, jocosas, porém não verídicas, criadas com o intuito de brincar e/ou ironizar de uma determinada situação. Logo, segundo, L. S. BLANS, *A análise da mentira em Santo Agostinho*, dissertação, Santa Maria: UFSM, 2012, p. 65, Agostinho a exclui da categoria de mentiras porque nelas

falta um elemento importante para a constituição da mentira: a intenção de enganar.

[4] Desde já é lançado o princípio de que só há mentira se houver intenção deliberada de mentir.

[5] “Mente aquele que tem uma coisa em seu espírito e enuncia outra diferente com palavras ou outros sinais”. Essa é a definição clássica que assume já no início da obra e preservará até o fim, inclusive na segunda obra, *c. mend.*, na qual está implícita a questão da vontade ou intenção. Essa definição será assumida, depois, por Santo Tomás de Aquino, que na *Suma Teológica* diz: “A mentira é um ato vicioso oposto à virtude da veracidade, pelo qual alguém enuncia voluntariamente uma proposição que ele sabe ou acredita ser falsa” (S. Th. II/II qu, 110. art. 1). Ou seja, não é essencial a intenção de prejudicar o próximo; o essencial é dizer algo de falso ou exprimir algo diferente daquilo que o indivíduo pensa. Portanto, há nesses dois pensadores uma antecipação do que dirá mais tarde um contemporâneo nosso: “Por definição, o mentiroso sabe a verdade – se não toda a verdade, pelo menos a verdade daquilo que pensa; sabe o que ele quer dizer, sabe a diferença entre aquilo que pensa e aquilo que diz: sabe que mente” (J. DERRIDA, “História da mentira: prolegômenos”, *Estudos Avançados* 10/27 (1996), 7-39, p. 13.

[6] O tema do “duplo coração” ou “duas bocas” será amplamente desenvolvido abaixo, nos capítulos 31-33.

[7] É por isso que Agostinho inicia a obra intitulada *A continência* (cf. em PatrPaulus 32, 2013) analisando e interpretando alegoricamente as palavras do salmista: “põe guarda, Senhor, à minha boca; vigia a porta de meus lábios” (Sl 141,3); quando, em plena sintonia com a filosofia da interioridade agostiniana, da qual decorre a chamada “moral da intenção”, diz que a boca fala aquilo que o coração sente, daí reinterpretar o supracitado Salmo dizendo que a palavra “boca”, ali expressa, deve ser entendida como o “coração, ou a boca do coração”, de forma que a guarda ou a trava deve ser colocada no “coração”, para que esse não pense coisas más, que podem vir a ser postas para fora pelos lábios da boca. Essa questão será mais bem trabalhada abaixo, nos capítulos 31-33.

[8] Vemos, mais uma vez, implicitamente, a “moral das intenções” comentada na nota anterior.

[9] Eis a resposta ou recomendação de Agostinho para que não caiamos em mentira.

[10] Reafirmação da definição clássica de mentira, assumida no início da obra, a qual será preservada até o fim, inclusive na segunda obra, *c. mend.*:

“mente aquele que tem uma coisa em mente e expressa outra diferente com palavras ou outros sinais” (3).

[11] Cf. Gn 18,15.

[12] Cf. Gn 27,19.

[13] Cf. Ex 1,19-20.

[14] Ex 20,16.

[15] Sb 1,11.

[16] Sl 5,7.

[17] Mt 5,37.

[18] Ef 4,25.

[19] Cf. Ez 16,52.

[20] Cf. Gl 2,12-13.

[21] 1Cor 7,18-20.

[22] Rm 2,25.

[23] Cf. At 16,1-3.

[24] Gl 5,2.

[25] Gl 2,14.

[26] Aqui, vale destacar a famosa querela envolvendo Jerônimo e Agostinho, quando aquele acusa o apóstolo Paulo de não falar com sinceridade acerca da necessidade (ou não) da circuncisão, interpretação esta que seria criticada por Agostinho, uma vez que abriria um perigoso precedente, conforme já mencionamos na introdução geral a este trabalho. Para um maior conhecimento dos argumentos de ambas as partes na questão, indicamos as *ep.* 28,3-3, de Agostinho a Jerônimo; *ep.* 75,4 – resposta de Jerônimo a Agostinho; *ep.* 81,1, de Agostinho a Jerônimo e *ep.* 82,8 – resposta de Jerônimo a Agostinho.

[27] Sl 5,6-7.

[28] Cf. Mt 10,28.

[29] Sb 1,11.

[30] Lv 19,18; Mt 22,39; 19,19.

[31] Jo 15,12-13.

[32] Em *mend.*, a palavra “violação” encontra o seu correspondente latino no termo “*corruptio*”, que pode ser traduzido tanto por “violação”, como pelo seu cognato “corrupção”. Assim, poderemos optar por utilizar tanto de um quanto do outro vocábulo. O sentido epistemológico do texto é que norteará o critério.

[33] Diversas são as obras em que Agostinho defende a superioridade da alma sobre o corpo, como, por exemplo, nos *Solilóquios*, uma obra escrita no “retiro de Cassicíaco”, quando, comentando as palavras de Cornélio Celso acerca da dor física, diz: “E a razão dada por ele não me parece absurda: somos compostos de duas partes, a alma e o corpo. A melhor é a alma, e a menos boa, o corpo” (*sol.* 2,21). E essa superioridade é uma condição natural, ou seja, ontologicamente a alma é superior ao corpo. Tanto que é através da alma que o homem é considerado imagem e semelhança de Deus. Daí Agostinho dizer que mesmo uma alma corrompida é superior a um corpo incorrupto, conforme vemos no *A natureza do bem*, em sua exposição da disposição hierárquica dos bens, em que, segundo a ordem natural das coisas, “pode acontecer que certa natureza superiormente ordenada segundo o modo e a espécie natural seja, mesmo corrompida, melhor do que outra incorrupta, segundo seu modo de grau mais baixo e uma espécie natural inferior. Assim [...], nas naturezas superiores e espirituais, é melhor um espírito racional mesmo corrompido por uma vontade má, do que um irracional incorrupto. E qualquer espírito, mesmo corrompido, é melhor do que qualquer corpo incorrupto [...]. Por muito corrompido que seja um espírito, ele pode dar vida a um corpo. Por isso, mesmo corrompido ele é melhor do que um corpo incorrupto” (*nat. b.* 5). Inclusive, Agostinho transpõe essa condição ontológica de superioridade da alma sobre o corpo para além da temporalidade, para a eternidade, quando diz que, apesar de, na ressurreição, recebermos um corpo restaurado, igual ao seu estado originário antes do pecado original, ao que chama de “corpo espiritual”, mesmo assim, na escatologia o corpo será inferior à alma, conforme está escrito no *Comentário aos Salmos*: “Ainda quando nosso corpo for já celeste e espiritual, corpo angélico na companhia dos anjos, nem assim dará conselhos à alma, porque, por ser corpo, o corpo sempre está abaixo da alma, e qualquer alma vil resulta ser mais excelente que o mais excelente corpo” (*en. Ps.* 145,3).

[34] Como observa E. MUSATTI, *Il problema del corpo in s. Agostino*. Roma: Edizioni Borba, 1989, 69-70, apesar de falar da corrupção do corpo e do poder que este tem em se voltar contra a alma, “Agostinho, porém, jamais fala de corrupção corpórea em si mesma. Nunca a liga à natureza própria do homem. É o homem que permite a desobediência da alma que se rebela à sua vontade e que se turba: é o homem que se concebe como carne [...]”. E, mais adiante, baseado no princípio agostiniano de que a alma é ativa e o corpo um instrumento a serviço da alma, completa: “Portanto, ao falar de corrupção da carne, se deve pensar que na concepção agostiniana esta segue a corrupção da alma, que em tudo é condutora. A corrupção está, porém, na carne no sentido que a alma a esta se volta de modo não correto; a

corrupção tem sua razão de ser e a sua causa na corrupção da alma. Sem esta não pode existir, como não pode existir nenhum apetite. A corrupção da carne é, portanto, a corrupção da alma incapaz de gerir adequadamente o corpo, seu instrumento. Deve-se, portanto, dizer que é a alma que o corrompe”. Portanto, a corrupção não nasce do corpo, mas da alma, e estende-se ao corpo, ou seja, ao homem todo. Bem como o mesmo MUSATTI, *op. cit.*, p. 127, falando acerca da insistência de Agostinho em demonstrar que, em si, o corpo (e com ele o sexo) é um bem e que o pecado da concupiscência não está no corpo, mas na alma, que usa mal do corpo, diz: “A concupiscência, fruto do orgulho do homem, conduz a um uso incorreto do instrumento corpo por parte da alma, como o carpinteiro que usa mal o martelo [...]. A concupiscência é um sinal evidente do decaimento ontológico da alma, de um estado da alma que possui menos ser”. E, mais adiante, completa: “A concupiscência é, portanto, a incapacidade intrínseca da alma de determinar e gerir a si mesma segundo a sua natureza. O papel do corpo na concupiscência é semelhante àquele da sensação e do objeto: a concupiscência provém da alma [...]”. Por fim, para não nos alongarmos muito, o próprio Agostinho, em *Os costumes da Igreja católica e os costumes dos maniqueus*, falando acerca dos vícios e virtudes do homem, diz explicitamente que estes dois elementos pertencem à alma: “Mas seguramente [...] não é para o corpo que se dá preceitos, não para o corpo que se coloca à procura de uma disciplina. Enfim, a tarefa que nós temos a empreender é de descobrir e aprender os bons costumes: coisas próprias da alma. Não é, pois, do corpo quando nós nos esforçamos de adquirir a virtude” (*mor.* 5,8). Muito embora pertençam à alma, não podemos esquecer de que a ação desta incide diretamente sobre o corpo, daí Agostinho dizer que “o corpo governado por uma alma virtuosa é muito melhor regido [...]” (*Ibid.*).

[35] O termo usado por Agostinho para designar a primazia da alma sobre o corpo é *praestantior*, derivado do substantivo latino *praestantia*, que pode ser traduzido literalmente para o português pela palavra pouco usual “prestância”, que significa, dentre outros: superioridade, excelência, primazia, proeminência.

[36] Em s. 81,5, intitulado “A mentira proibida pela Lei Divina”, tratando do mesmo assunto, diz Agostinho: “O homem poderoso, levado pela ira, mata o corpo, mas a ‘boca que mente mata a alma’. Ele poderá matar o corpo, mas o corpo haveria de morrer, mesmo que não fosse morto [por ele]. Quanto à alma, a que não for morta pela maldade, será recebida na verdade para sempre. Conserva, pois, o que podes conservar e que morra o que um dia há de morrer [...]”. E mais adiante, no parágrafo 6, diante da justificativa de que

todo homem é mentiroso, radicaliza dizendo que é preferível “antes não ser homem a ser mentiroso”.

[37] Cf. Gn 19,8.

[38] Nova formulação da famosa máxima agostiniana “crer para compreender, compreender para melhor crer”.

[39] Mais uma vez temos a reafirmação da definição clássica de mentira assumida no início da obra, a qual será preservada até o fim, inclusive na segunda obra *c. mend.*, segundo a qual “mente aquele que tem uma coisa em mente e expressa outra diferente com palavras ou outros sinais” (3 e 5).

[40] Ex 20,15-16.

[41] 1Cor 15,15.

[42] Ex 20,16.

[43] Sl 5,7.

[44] Ex 20,15.

[45] Cf. Mt 15,2.20.

[46] Cf. Gl 4,22-24.

[47] Cf. 1Cor 10,1-11.

[48] Mt 5,39.

[49] Jo 28,23.

[50] At 23,3.

[51] Cf. Rm 9,1; Fl 1,8; Gl 1,20.

[52] Mt 5,34-37.

[53] Mt 5,37.

[54] Mt 6,25.

[55] Cf. Jo 12,6.

[56] Cf. At 11,28-30.

[57] Lc 10,7; cf. Mt 10,10.

[58] Gl 6,6.

[59] 1Cor 9,12.

[60] Sl 14,3.

[61] Sb 1,6-11.

[62] Mt 15,16-20.

[63] Eclo 7,14.

[64] Nesta parte do texto, Agostinho utiliza o termo latino *perfectus* (perfeito) e, mais adiante, *proficio* (proficientes ou aqueles que estão em progresso),

para referir-se ao grau ou estado de perfeição das pessoas que percorrem sua via ascética de espiritualidade cristã. Segundo a Teologia Ascética, os graus de perfeição são três: o *principaliter* (principiante), o *proficio* (proficiente) e o *perfectus* (perfeito). Assim, a vida ascética do cristão é fundamentada numa série de exercícios e práticas (orações, jejuns, penitências, imitação das virtudes) que conduzem, paulatinamente, o asceta no caminho *da perfeição cristã*. Isso posto, podemos identificar no *mend.* uma breve referência a esse estilo de vida ascética vivida na Igreja durante o século V.

[65] Cf. Eclo 5,5-7.

[66] Sl 5,7.

[67] Jo 3,21.

[68] Ex 20,12.16.

[69] Cf. Mt 8,22.

[70] Pr 29,27.

[71] Gl 6,4.

[72] Mt 5,34.

[73] Agostinho elege o amor como força motriz da moralidade. Nas *Confissões*, diz: “o meu amor é meu peso, por ele sou levado aonde quer que eu vá” (*conf.* 13,9). Ao que conclui no tratado 83 *Questões Diversas*, 35: “Cada homem é aquilo que ama”. Para o santo Doutor, o amor está, pois, na própria natureza humana: “trata-se de um apetite natural, pressuposto pela vontade livre, que deve, iluminada pela luz natural da razão, orientá-lo somente para Deus, sumo bem” (*ep.* 140,3.4). O amor é, pois, uma atividade decorrente do próprio ser humano. Onde se deduz que, tendo-se no fundo do coração a raiz do amor, dessa raiz não pode sair senão o bem, o que resulta na tão citada máxima agostiniana: “Ama e faze o que queres” (*lo. ep. tr.* 7,8). Assim sendo, o problema da moralidade é, portanto, o da reta escolha das coisas amadas, da intensidade ou medida em que se amam essas coisas, ou seja, da reta ordem do amor. Daí que “vive justa e santamente quem é perfeito avaliador das coisas. E quem a estima, exatamente, mantém amor ordenado. Dessa maneira, não ama o que não é digno de amor, nem deixa de amar o que merece ser amado. Nem dá primazia, no amor, àquilo que deve ser menos amado, nem ama, com igual intensidade, o que deve amar menos ou mais, nem ama menos ou mais o que convém amar de forma idêntica” (*doctr. chr.* 1,27), “muitos, ao contrário, amando o que não se deve amar, são miseráveis; e mais miseráveis ainda quando dele gozam” (*civ.* 8,8).

[74] O mesmo princípio ético-moral individual que recomenda que devemos amar a Deus sobre todas as coisas também recomenda que “cuidemos, pois, com todo esforço, de que cheguem a Ele, também, aqueles que amamos

como a nós mesmos” (*ep.* 155), transformando-se em um princípio ético-político-social da *Civitas*, segundo o qual “como só um justo vive da fé, assim também o conjunto e o povo de justos viverão dessa fé que age pela caridade, que leva o homem a amar a Deus como deve e ao próximo como a si mesmo (*civ.* 19,23), uma vez que “uma coisa não é a ventura da *Civitas* e outra do homem, pois toda *Civitas* não passa de sociedade de homens que vivem unidos” (*idem* 1,15). Desse dualismo ético-moral nasce a famosa teoria política agostiniana das “duas cidades”, que reúnem ou congregam, na prática, dois tipos de homens, de amores ou de vontades: “Dois amores fundaram, pois, ‘duas Cidades’, a saber: o amor próprio, levado ao desprezo a Deus, a terrena; o amor a Deus, levado ao desprezo de si próprio, a Celestial. Gloria-se a primeira em si mesma, e a segunda, em Deus, porque aquela busca a glória dos homens, e tem esta por máxima glória a Deus, testemunha de sua consciência [...]” (*civ.* 14,29). Ou seja, conforme Étienne Gilson, “damos ao conjunto dos homens, unidos por seu amor comum a um certo objeto, o nome de ‘Cidade’; diremos também que há tantas Cidades quantos são os amores coletivos. Ora, basta recordar as conclusões anteriores para entender que, visto que há, no homem, dois amores, assim serão também ‘duas Cidades’, as quais se reduzem todos os outros agrupamentos humanos. O conjunto dos homens que se encontram unidos pelo amor comum às coisas temporais forma a primeira: a Cidade terrena; o conjunto dos homens unidos entre si pelo vínculo do amor divino formam a segunda Cidade, a Cidade de Deus” (E. GILSON, *Introduzione allo studio di sant’Agostino*, trad. di V.V. Ventisette, Genova: Marietti, 1997, p. 199).

[75] 1Cor 3,16-17.

[76] O *sensus extremus* traduzido aqui por *sentido inferior*, corresponde na noética agostiniana a uma faculdade da alma semelhante à razão (*ratio*), porém inferior em grau de perfeição. Essa faculdade situa-se entre os sentidos externos e a própria razão, sendo por meio desta que se pode apetercer ou rejeitar determinado objeto sensível. Ela está presente também nos animais. E, em outros escritos de Agostinho, como por exemplo, no *lib. arb.* 2,8, ela aparece com o nome de *sentido interior* ou *sentido interno* (*sensus interior*).

[77] Cf. 1Cor 15,53.

[78] “Para este fim”, ou seja, para união da alma com a Verdade, numa realidade metafísica-transcendente superior a esta.

[79] 1Cor 9,22.

[80] 2Cor 2,16.

[81] Gl 2,14; 1,20.

[82] 1Cor 10,13.

CONTRA A MENTIRA

[1] Temos aqui o destinatário da presente obra, que havia enviado a Agostinho algumas questões que não ficaram devidamente esclarecidas na obra anterior, *A mentira*.

[2] Rm 3,7-8.

[3] Sl 5,5-6.

[4] Priscilianistas: adeptos de uma doutrina gnóstica cristã desenvolvida na Península Ibérica (a Hispânia romana), a partir dos ensinamentos de Prisciliano (340-385 d.C.), bispo católico da cidade de Ávila, que introduzia ou acrescentava à ortodoxia católica doutrinas orientais trazidas para a Península por um gnóstico egípcio de Mênfis, chamado Marcus. Como resultado dessa fusão, os priscilianistas defendiam, principalmente, as seguintes teses estranhas à ortodoxia: que de Deus emanou uma série de seres divinos, entre os quais se incluem os anjos e as almas dos homens (emanitismo-panteísmo); o corpo de Cristo era espiritual e tinha apenas a aparência da carne (docetismo); a matéria foi criada pelo demônio para aprisionar os filhos de Deus (maniqueísmo). O priscilianismo foi condenado como heresia no Primeiro Concílio de Braga, em 563.

[5] Sl 14,3.

[6] Ef 4,25.

[7] Rm 10,10.

[8] Ap 14,5.

[9] 2Rs 10,17.

[10] *Ibid.*

[11] Dictínio, ou Dictino (350-430), foi bispo da cidade de Astorga, na Espanha, e defensor do priscilianismo. Por volta do ano 400, converteu-se ao catolicismo, renegando a doutrina de Prisciliano, e abjurou completamente tudo o quanto havia escrito sobre essa heresia, inclusive a possibilidade de mentir em prol da religião.

[12] Obra não preservada de Dictínio. Seu nome *Libra* se deve ao fato de ser dividida em 12 (doze) partes, tal qual a *Libra Romana*. O pouco que sabemos sobre o seu conteúdo se dá graças às citações de Agostinho na presente obra.

[13] Influência do maniqueísmo.

[14] 1Tm 1,20.

[15] Eis um dos princípios da heresia priscilianista: que a alma humana é parte de Deus (panteísmo).

[16] 1Tm 1,13.

[17] Mt 10,33.

[18] Mt 10,16.

[19] Mt 7,15-16.

[20] Rm 10,10.

[21] Mt 26,69-75.

[22] Sl 14,3.

[23] Ef 4,25.

[24] Lc 10,30-37.

[25] Fl 1,15-18.

[26] Ef 4,28.

[27] Rm 6,13.

[28] Gn 19,8.

[29] Ez 18,4.

[30] 1Rs 25,22-35.

[31] Sl 54,6.

[32] Sl 6,8.

[33] Gl 6,1.

[34] Jo 16,12.

[35] Gn 20,2.12.

[36] Gn 24; 26,6.

[37] 1Cor 10,4.

[38] Ez 36,26.

[39] Ap 5,5.

[40] 1Pd 5,8.

[41] Jó 2,5.

[42] 1Rs 21,13.

[43] Gn 42,9.

[44] 1Rs 21,13.

[45] Gn 27,16-19.

[46] Lc 13,28-30.

[47] Discurso dirigido a Consêncio, a quem a obra é direcionada, conforme vimos no início.

[48] Trata-se da compilação do Antigo Testamento juntamente com as cartas apostólicas e os Evangelhos em um “único” livro (βύβλος), a Bíblia Sagrada. A referência de Santo Agostinho à compilação desses livros no texto *supra* destaca-se pelo fato de o mesmo ter participado ativamente em dois concílios (ou Sínodos) que trataram sobre a definição do Cânone Católico das Sagradas Escrituras: o Concílio de Hipona, em 393, e o 3º Concílio de Cartago, em 397.

[49] Gl 2,13-14.

[50] Gl 6,1.

[51] 1Cor 9,20.

[52] Lc 8,45.

[53] Jo 11,34.

[54] Sl 17,45.

[55] Sl 30,23.

[56] Lc 24,28.

[57] A palavra à qual Santo Agostinho se refere é o vocábulo latino *finxit* (pretérito perfeito do verbo *finjo*: dentre outros significados, fingir), usado na versão da Bíblia Vulgata. Por se tratar de uma forma pretérita, deve ser traduzida por *fingiu*. Daí a ressalva do nosso autor, dada a inadequação do vocábulo para referir-se à pessoa de Jesus Cristo.

[58] Lc 15,11-32,

[59] HORÁCIO, *Serm.* 2,6; *Epist.* 1,7.

[60] Jz 9,8-15.

[61] Segundo o Bispo de Hipona, a passagem que é analisada neste parágrafo (Lc 24,28) – os discípulos de Emaús – é uma clara referência ao mistério da Ascensão de Cristo aos céus (Lc 24,50-53).

[62] Sl 26,12.

[63] Gn 38,14-18.

[64] 1Jo 3,4.

[65] Sl 118,142.

[66] 1Jo 2,21.

[67] Ex 1,17-20.

[68] Js 2; 6,25.

[69] Rm 3,8.

[70] Mt 5,37.

[71] Sl 83,5.

[72] Gl 4,25-26.

[73] Ap 14,5.

[74] Pv 29,27.

[75] Jo 1,47.

[76] Sl 115,15.

[77] Gn 19,5-11.

[78] Nova alusão a obra não preservada de Dictínio, acerca da qual já comentamos.

[79] 2Cor 2,15-16.

[80] Eclo 19,1.

[81] Certamente mais uma referência aos priscilianistas, que vem combatendo desde o início do texto.

[82] 1Jo 2,21.

[83] Hb 5,14.

[84] 1Tm 1,13.

[85] Pv 29,27.

[86] Sl 115,41.

[87] Rm 3,7.

[88] 1Jo 1,8.

[89] 1Jo 3,9.

[90] 2Cor 4,16.

[91] 1Cor 15,53-56.

[92] Nova alusão à obra não preservada de Dictínio.

Hildegarda de Bingen

Scivias

(Scito Vias Domini)
Conhece os caminhos do Senhor



Scivias

de Bingen, Hildegarda

9788534946025

776 páginas

[Compre agora e leia](#)

Scivias, a obra religiosa mais importante da santa e doutora da Igreja Hildegarda de Bingen, compõe-se de vinte e seis visões, que são primeiramente escritas de maneira literal, tal como ela as teve, sendo, a seguir, explicadas exegeticamente. Alguns dos tópicos presentes nas visões são a caridade de Cristo, a natureza do universo, o reino de Deus, a queda do ser humano, a santificação e o fim do mundo. Ênfase especial é dada aos sacramentos do matrimônio e da eucaristia, em resposta à heresia cátara. Como grupo, as visões formam uma summa teológica da doutrina cristã. No fim de Scivias, encontram-se hinos de louvor e uma peça curta, provavelmente um rascunho primitivo de Ordo virtutum, a primeira obra de moral conhecida. Hildegarda é notável por ser capaz de unir "visão com doutrina, religião com ciência, júbilo carismático com indignação profética, e anseio por ordem social com a busca por justiça social". Este livro é especialmente significativo para historiadores e teólogas feministas. Elucida a vida das mulheres medievais, e é um exemplo impressionante de certa forma especial de espiritualidade cristã.

[Compre agora e leia](#)



Santa Gemma Galgani - Diário

Galgani, Gemma

9788534945714

248 páginas

[Compre agora e leia](#)

Primeiro, ao vê-la, causou-me um pouco de medo; fiz de tudo para me assegurar de que era verdadeiramente a Mãe de Jesus: deu-me sinal para me orientar. Depois de um momento, fiquei toda contente; mas foi tamanha a comoção que me senti muito pequena diante dela, e tamanho o contentamento que não pude pronunciar palavra, senão dizer, repetidamente, o nome de 'Mãe'. [...] Enquanto juntas conversávamos, e me tinha sempre pela mão, deixou-me; eu não queria que fosse, estava quase chorando, e então me disse: 'Minha filha, agora basta; Jesus pede-lhe este sacrifício, por ora convém que a deixe'. A sua palavra deixou-me em paz; repousei tranquilamente: 'Pois bem, o sacrifício foi feito'. Deixou-me. Quem poderia descrever em detalhes quão bela, quão querida é a Mãe celeste? Não, certamente não existe comparação. Quando terei a felicidade de vê-la novamente?

[Compre agora e leia](#)



DOCAT

Youcat, Fundação

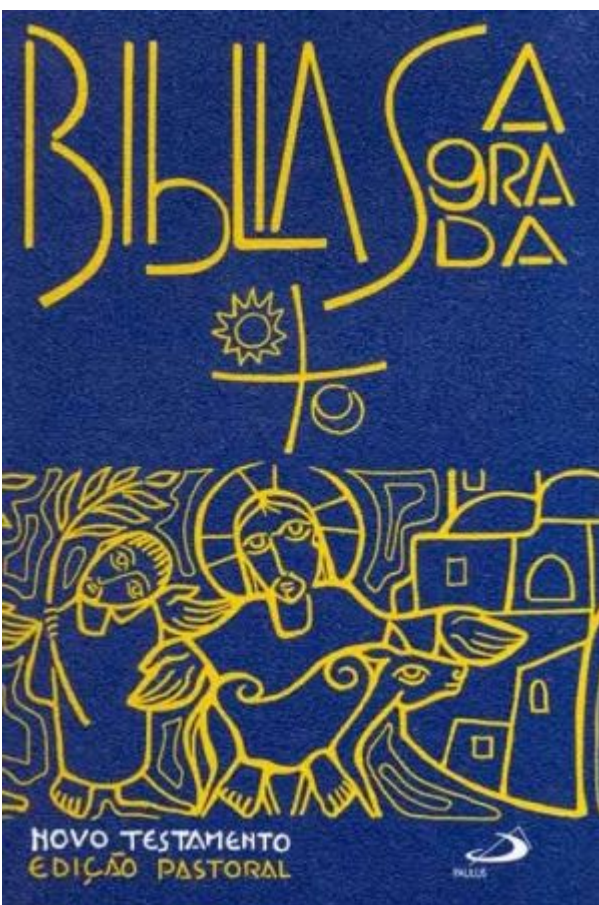
9788534945059

320 páginas

[Compre agora e leia](#)

Dando continuidade ao projeto do YOUCAT, o presente livro apresenta a Doutrina Social da Igreja numa linguagem jovem. Esta obra conta ainda com prefácio do Papa Francisco, que manifesta o sonho de ter um milhão de jovens leitores da Doutrina Social da Igreja, convidando-os a ser Doutrina Social em movimento.

[Compre agora e leia](#)



Bíblia Sagrada: Novo Testamento - Edição Pastoral

Vv.Aa.

9788534945226

576 páginas

[Compre agora e leia](#)

A Bíblia Sagrada: Novo Testamento - Edição Pastoral oferece um texto acessível, principalmente às comunidades de base, círculos bíblicos, catequese e celebrações. Esta edição contém o Novo Testamento, com introdução para cada livro e notas explicativas, a proposta desta edição é renovar a vida cristã à luz da Palavra de Deus.

[Compre agora e leia](#)

LEE MARTIN McDONALD

A origem da Bíblia

Um guia para os perplexos



A origem da Bíblia

McDonald, Lee Martin

9788534936583

264 páginas

[Compre agora e leia](#)

Este é um grandioso trabalho que oferece respostas e explica os caminhos percorridos pela Bíblia até os dias atuais. Em estilo acessível, o autor descreve como a Bíblia cristã teve seu início, desenvolveu-se e por fim, se fixou. Lee Martin McDonald analisa textos desde a Bíblia hebraica até a literatura patrística.

[Compre agora e leia](#)